

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

GABRIELA DO PRADO GIRALDI

LIMITES INSTITUCIONAIS E IMPACTOS SOCIAIS:
a interrupção do projeto “IFSP: Conheça-nos!”

SÃO CARLOS-SP
2018

GABRIELA DO PRADO GIRALDI

LIMITES INSTITUCIONAIS E IMPACTOS SOCIAIS:
a interrupção do projeto “IFSP: Conheça-nos!”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos, da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de Mestre em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos.

Orientador: Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho

São Carlos-SP
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Gabriela do Prado Giraldi, realizada em 23/08/2018:

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UFSCar

Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina
UFSCar

Prof. Dr. Fabiana Alexandre Ferreira
IFSP - Sertãozinho

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho ao anjo que chegou
e partiu tão rapidamente de nossas vidas...*

AGRADECIMENTOS

Filha de trabalhadores e da década neoliberal, embora fosse uma estudante dedicada, eu não acreditava que seria capaz de ingressar numa universidade pública, a não ser que fosse para trabalhar. Este estudo simboliza mais que a superação pessoal dessa ideia: materializa o meu desejo de eliminar esse pensamento limitador, socialmente construído, da mente de outros adolescentes...

E chegar aqui só foi possível graças a participação de seres e pessoas em minha vida. Por isso...

... agradeço a Deus, por permitir o meu encontro com essas almas! Agradeço aos meus pais, Dirce e Nivaldo, por acreditarem no poder transformador da educação e por me darem todo o suporte e incentivo para que eu seguisse meus estudos. Amo muito vocês.

Agradeço ao meu marido Danilo, pelo apoio incondicional, por não me deixar desistir, por todas as vezes que enxugou minhas lágrimas e me ouviu falar sobre o projeto "IFSP: Conheça-nos!". Por dividir momentos e incentivar meus sonhos, enfim, por todo seu amor.

Agradeço a minha irmã Bia e as amigas Carol, Lilian e Priscila, pelas conversas, risadas, desabafos e sobretudo, por serem tão empáticas nos momentos em que precisei.

Agradeço a minha amiga Mariella da UFABC. Obrigada pelas orientações, ideias, socorros, abraços, conversas, cumplicidade, enfim, pela ajuda de sempre tanto pessoal, acadêmica e profissional.

Agradeço muitíssimo ao meu orientador, Prof. Dr. Joelson, pelo conhecimento compartilhado, sempre tão entusiasmado nas aulas e orientações. Por todos os esclarecimentos, pela paciência e pelo apoio integral nessa jornada. Quem dera se todos os professores do mundo fossem como você!

Agradeço aos idealizadores do PPGGOSP, pela essência do programa proposto; à sua equipe administrativa, pelo suporte em todo o processo; e ao corpo docente, por compartilharem seus conhecimentos e fomentarem profundas reflexões sobre a gestão pública.

Agradeço aos colegas de sala do PPGGOSP, em especial a Fabiana e a Simone, pelas conversas, trabalhos e momentos compartilhados.

Agradeço aos colegas de trabalho do IFSP, Álvaro, Elide, Priscila e Dr. Marco, pelo apoio e por tornarem o cotidiano mais leve e divertido. Em especial, agradeço à minha chefe Elaine pela confiança e pelo incentivo em minha vida profissional e acadêmica.

Agradeço aos colegas da equipe do Projeto "IFSP: Conheça-nos!", Douglas, Priscila e Renan, bem como aos bolsistas e voluntários, por transformarem uma ideia em realidade; pelo comprometimento, dedicação e momentos mais que descontraídos.

Agradeço a todos que contribuíram com ideias, materiais e documentos para esse estudo, em especial a Profa. Záida Brianezi, a Dra. Juliana Gimenes Gianelli, aos setores do IFSP – Câmpus São João da Boa Vista e aos professores da banca de qualificação e de defesa, Profa. Dra. Fabiana Alexandre Ferreira e Prof. Dr. Wagner de Souza Leite Molina.

Não há dúvida de que podemos pensar na escola como instituição que pode contribuir para a transformação social. Mas uma coisa é falar de suas potencialidades...uma coisa é falar “em tese”, falar daquilo que a escola poderia ser. Uma coisa é expressar a crença de que, na medida em que consiga, na forma e no conteúdo, levar as camadas trabalhadoras a se apropriarem de um saber historicamente acumulado e desenvolver a consciência crítica, a escola pode concorrer para a transformação social; outra coisa bem diferente é considerar que a escola que aí está já esteja cumprindo essa função. Infelizmente essa escola é sim reprodutora de certa ideologia dominante... é sim negadora dos valores dominados e, em certo sentido, legitimadora da injustiça social, na medida em que recoloca as pessoas nos lugares reservados pelas relações que se dão no âmbito da estrutura econômica. Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

Vitor Henrique Paro, 2017

RESUMO

A criação e o fortalecimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo fazem parte de um pacote de medidas novo-desenvolvimentistas adotadas para a execução da política pública de educação. Após alguns anos de implantação do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP, percebeu-se a necessidade de estreitar o seu relacionamento com a comunidade local e regional. Assim, surgiu o projeto “IFSP: Conheçamos!”, executado no período de 2015 a 2016, o qual aliou a extensão universitária à comunicação pública, no sentido de informar os serviços oferecidos pela instituição e se relacionar com o seu público. Ocorre que após dois anos cumprindo os objetivos propostos e gerando resultados positivos, o referido projeto foi interrompido. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é identificar a motivação do seu fim e suas consequências, tentando propor caminhos para a continuidade das ações de popularização da escola. Isso porque a descontinuidade das atividades do projeto sugere que limites institucionais foram determinantes para a sua interrupção. Para cumprir os objetivos almejados, o presente estudo se estruturou por meio de levantamento bibliográfico, análises documentais e de dados secundários, bem como de entrevistas com agentes representativos (membros do projeto) e observação participante, haja vista que a pesquisadora fazia parte da equipe. Entre barreiras de ordem societal, organizacional e pessoal, pode-se dizer que todas elas contribuíram de alguma forma para a interrupção do projeto. Porém, os fatores de ordem organizacional foram preponderantes para a sua descontinuidade. Questões relacionadas à cultura e aos nichos de poder existentes na organização foram os principais causadores da desistência da equipe em persistir com a execução das atividades, revelando assim um grave problema de gestão democrática da escola. Pode-se concluir que as consequências ou impactos sociais que se resultam desse cenário são a perpetuação de um ciclo vicioso que mantém uma instituição pública impermeável aos interesses da coletividade. Não havendo a democratização dos serviços, além de abrir espaços para interesses individualistas, a instituição escolar deixa de cumprir seu papel transformador na sociedade, conforme previsto em seus documentos institucionais e legais, refletindo, pois, nos indicadores sociais de desenvolvimento do país. Por fim, espera-se que este trabalho venha a contribuir para a agenda de pesquisas empíricas sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como sobre comunicação em instituições públicas, com reflexão de ideias e ações da área que contribuam para a democratização da política pública de educação.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Democratização da Educação Pública. Comunicação pública. Gestão Democrática. Instituto Federal de São Paulo.

ABSTRACT

The creation and strengthening of the Federal Institute of Education, Science and Technology of São Paulo are part of a package of developmental measures adopted for the implementation of public education policy. After a few years of implementation of the São João da Boa Vista Campus of the IFSP, it was noticed the need to strengthen its relationship with the local and regional community. Thus, the project "IFSP: Conheça-nos!" has been implemented from 2015 to 2016, which combines the university extension to public communication, in order to inform the services offered by the institution and to relate to its public. It happens that after two years fulfilling the objectives proposed and generating positive results, the mentioned project was interrupted. Therefore, the objective of this work is to identify the motivation of its end and its consequences, trying to propose ways for the continuity of the popularization actions of the school. This is because the discontinuity of the project activities suggests that institutional limits were decisive for its interruption. In order to fulfill the objectives, the present study structured through a bibliographical survey, documentary and secondary data analysis, as well as interviews with representative agents (project members) and participant observation, since the researcher was part of the team. Among societal, organizational and personal barriers, it can be said that all of them contributed in some way to the interruption of the project. However, organizational factors were preponderant to their discontinuity. Issues related to culture and the niches of power existing in the organization were the main cause of the team's discontinuance in persisting with the execution of the activities, thus revealing a serious problem of democratic school management. It can be concluded that the social consequences or impacts that result from this scenario is the perpetuation of a vicious cycle that keeps a public institution impervious to the interests of the community. Since there is no democratization of services, besides opening spaces for individualistic interests, the school institution fails to fulfill its transforming role in society, as provided for in its institutional and legal documents, thus reflecting the country's social development indicators. Finally, it is hoped that this work will contribute to the agenda of empirical research on the Federal Institutes of Education, Science and Technology, as well as on communication in public institutions, reflecting ideas and actions of the area that contribute to democratization of public education policy.

Keywords: Development. Democratization of Public Education. Public Communication. Democratic Management. Federal Institute of São Paulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Ranking das maiores economias do mundo segundo o Produto Interno Bruto em valores correntes (US\$ em bilhões)	19
Figura 1 – Ranking de desenvolvimento humano de países selecionados – 2015.....	20
Figura 2 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010-2015)	21
Figura 3 – Evolução da quantidade de universidades federais no Brasil – 2003-2010	39
Figura 4 – Evolução da quantidade de unidades pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 1909-2016.....	39
Figura 5 – Evolução da distribuição percentual de estudantes no ensino superior da rede pública, por quintos ^a do rendimento mensal domiciliar per capita no Brasil – 2004-2014 ^b	41
Figura 6 – Evolução do Índice de Gini ^a da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, no Brasil e suas Grandes Regiões – 2004 a 2014 ^b	42
Figura 7 – Mapa dos câmpus do Instituto Federal de São Paulo - 2016	55
Figura 8 – Fachada do CEPRO (2006)	58
Figura 9 – Notícia sobre a prestação de serviços dos alunos do CEPRO à comunidade sanjoanense	59
Quadro 2 – Cursos oferecidos no CEFET – UNED São João da Boa Vista (2007 – 2008) ..	62
Figura 10 – Estrutura organizacional da UNED São João da Boa Vista do CEFET-SP	63
Figura 11 – Fachada do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP – 2015	64
Quadro 3 – Cursos oferecidos no IFSP - Câmpus São João da Boa Vista (2009 – 2017) ...	65
Figura 12 – Comunidade escolar na Greve Geral, de 28 de abril de 2017, contra a Reforma Trabalhista e da Previdência.....	66
Figura 13 – Estrutura organizacional do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP.....	67
Figura 14 - Interdependência dos desafios institucionais que fundamentaram o projeto “IFSP: Conheça-nos!”	77
Quadro 4 – Avaliação institucional do IFSP quanto ao acesso da sociedade em geral à instituição – De 2014 a 2016.....	84
Figura 15 - Foto da visita da equipe do projeto de extensão “IFSP: Conheça-nos!” na escola Estadual Dr. Teófilo Ribeiro de Andrade – 2015	88
Figura 16 - Alunos que desconheciam o Câmpus São João da Boa Vista do IFSP e passaram a ter interesse em estudar na referida escola, após assistirem à palestra do projeto IFSP: Conheça-nos! – 2015.....	89
Figura 17 - Evolução do total de curtidas em publicações da página oficial do IFSP – Câmpus São João da Boa Vista no Facebook, no período de janeiro a junho/2016	92
Figura 18 - Foto do momento da gincana durante a visita da equipe do projeto de extensão “IFSP: Conheça-nos!” na escola Estadual Dr. José Nogueira de Barros – 2016.....	93
Figura 19 – Evolução de inscritos nos processos seletivos, de 2015 a 2018, para ingresso nos cursos técnicos do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de alunos de graduação em São João da Boa Vista – Censo Educacional do Ensino Superior – 2012	81
Tabela 2 - Número de alunos de ensino médio e profissional em São João da Boa Vista – Censo Educacional do Ensino Básico – 2014	81

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CEPRO	Centro de Educação Profissional de São João da Boa Vista
CFESP	Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional, Científica e Tecnológica
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGGOSP	Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PRX	Pró-Reitoria de Extensão
PT	Partido dos Trabalhadores
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
RNB	Renda Nacional Bruta
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Centro Educacional do Serviço Social da Indústria
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIGPROJ	Sistema de Informação e Gestão de Projetos do MEC
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UEP	Unidades de Educação Profissional
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL E EMPÍRICA SOBRE O CASO BRASILEIRO	15
2.1 Um termo em desenvolvimento: breves reflexões.....	15
2.2 Educação e desenvolvimento: do capital humano ao humano no capital.....	23
2.3 Caminho contraditório: a educação brasileira em perspectiva histórica	29
2.3.1 Bem-vindo aos velhos tempos!	43
3 UMA NOVA SOLUÇÃO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	50
3.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.....	50
3.2 Os primórdios do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP: o Centro de Educação Profissional de São João da Boa Vista (CEPRO)	57
3.3 De UNED do CEFET a Câmpus São João da Boa Vista do IFSP	61
4 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA A SERVIÇO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM OLHAR SOBRE A PROPOSTA DE POPULARIZAÇÃO DO CÂMPUS SÃO JOÃO DA BOA VISTA DO IFSP	69
4.1 Comunicação pública: função social das instituições públicas de ensino.....	69
4.2 Comunicação pública na prática: a identificação de questões primordiais	76
4.3 Trajetória e resultados do projeto de extensão “IFSP: Conheça-nos!”	85
5. A INTERRUÇÃO DO PROJETO “IFSP: CONHEÇA-NOS!”: QUANDO LIMITES INSTITUCIONAIS CAUSAM IMPACTOS SOCIAIS	96
5.1 Reflexão sobre a problemática.....	96
5.2 Definições sobre as entrevistas	98
5.3 Reflexão sobre a percepção dos entrevistados quanto à interrupção do projeto “IFSP: Conheça-nos!”	100
5.3.1 Mais contribuições sobre o que fundamentou o início do projeto	100
5.3.2 Societais, organizacionais ou pessoais: afinal, que barreiras impediram a continuidade do projeto “IFSP: Conheça-nos!”?.....	103
5.3.3 Entre o dito e o feito: limites da democratização do Câmpus São João da Boa Vista.....	108
5.3.4 A razão de ser da instituição pública de ensino deve(ria) ser a sociedade.....	115
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
APÊNDICE A – Questionário semi-estruturado da pesquisa.....	136
APÊNDICE B - Entrevistas transcritas na íntegra	137
ANEXO A – Exemplos de materiais elaborados pela equipe durante a execução do projeto	168
ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP – UFSCAR	177

1 INTRODUÇÃO

Incentivada pelos estímulos e clima favorável do ambiente escolar, o interesse em estudar o tema Educação se iniciou com a minha entrada, como servidora, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em maio de 2011, após cinco anos de trabalho em outras áreas do serviço público. A intenção de estudar a temática e, sobretudo, a popularização do Instituto Federal, bem como os desafios que se encontram nesse contexto, foi potencializada a partir de 2014, quando tive a oportunidade de retornar para a referida instituição, após dois anos de atuação no setor de Assessoria de Comunicação e Imprensa, da Universidade Federal do ABC (UFABC).

O ingresso no Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos (PPGGOSP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em março de 2016, representa o propósito de investigar, analisar, interpretar e questionar a complexidade do tema da educação pública e sua relação com o desenvolvimento da nação, em tempos de adoção de ajuste fiscal pelo governo, que podem impactar políticas sociais. Mais que isso, considerando a política de capacitação de pessoal do IFSP e as finalidades do PPGGOSP, a escolha do tema envolve o objetivo de produzir conteúdo que possa ser utilizado como subsídio em futuras discussões e decisões, no âmbito do Instituto Federal e demais interessados, mais especificamente, sobre a democratização do acesso ao ensino, da pesquisa e da extensão da institucionalidade pública, ou seja, do IFSP, por meio da comunicação com a sociedade.

A educação escolarizada é a consumação de um direito social estabelecido constitucionalmente. Ocorre que são necessárias políticas sociais que facilitem e ampliem o acesso e a permanência dos estudantes na escola pública de qualidade, no intuito de garantir a efetivação desse direito, especialmente àqueles que, historicamente, enfrentam barreiras para alcance ao ensino regular. Porém, com frequência, isso é impedido por crises do sistema capitalista, as quais levam à precarização da educação e dos profissionais da área (SILVER, 2005 apud RUIZ, SILVA, BATISTÃO, 2017).

O presente estudo tem como premissa a de que a educação pública tem papel fundamental nos processos de desenvolvimento do país. Assim, o Estado, representado pela sua institucionalidade, deve atuar de forma a cumprir os anseios

da sociedade, consolidados (mesmo que parcialmente) pelas políticas públicas. Nessa direção, as instituições públicas de educação devem se encarregar por promover, no limite de suas condições, o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, igualitária e justa, pelas suas práticas educativas.

A criação e fortalecimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo fazem parte de um pacote de medidas novo-desenvolvimentistas¹ adotadas pelo governo brasileiro em 2008, para a execução da política pública de educação. Após alguns anos de implantação do Câmpus São João da Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, percebeu-se a necessidade de estreitar o seu relacionamento com a comunidade local e regional. Assim, surgiu o projeto “IFSP: Conheça-nos!”, executado no período de 2015 a 2016, o qual aliava a extensão universitária à comunicação pública, no sentido de informar os serviços oferecidos pelo IFSP e se relacionar com seu público, contribuindo, assim, para o cumprimento dos seus objetivos institucionais.

O trabalho do projeto se dividia em duas vertentes: a primeira consistia em visitar as escolas públicas, realizando palestras para os alunos do ensino médio e dos anos finais do ensino fundamental, apresentando e esclarecendo tópicos sobre a instituição. A segunda vertente tratava-se de manter um relacionamento com o público por meio da mídia social Facebook, com a publicação de informações de interesse público relacionadas ao Instituto Federal e ao tema Educação.

Ocorre que após dois anos cumprindo os objetivos propostos e gerando resultados positivos, o referido projeto foi interrompido. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é identificar a motivação do seu fim e suas consequências, tentando propor caminhos para a continuidade das ações de popularização da escola. Isso porque a descontinuidade das atividades do projeto sugere que limites institucionais foram determinantes para a sua interrupção. Logo, este trabalho ganha relevância uma vez que busca investigar e compreender quais são essas barreiras, bem como seus impactos e eventual relação com o contexto atual do país. Além disso, constituem-se objetivos específicos: (1) demonstrar de que modo a educação

¹ Embora não haja consenso na literatura sobre a caracterização desses períodos, este trabalho utiliza o termo de acordo com autores como BRESSER-PEREIRA (2006) e CEPEDA; SILVA (2016, p. 51-52), sendo que os últimos o definem como: “No Brasil, as tendências novo-desenvolvimentistas foram acompanhadas de um conjunto múltiplo de ferramentas e instrumentos, nos quais as políticas públicas de cunho social fizeram-se presentes de forma importante.” Para eles, o período novo-desenvolvimentista no país compreende o período de 2003 a 2014.

pública está relacionada com o desenvolvimento do país; (2) possibilitar a reflexão sobre as potencialidades do projeto “IFSP: Conheça-nos!” quanto ao desenvolvimento da função social da escola, por meio da comunicação pública; (3) a fim de subsidiar as ações de governança da instituição, construir um rol de propostas para que as ações do referido projeto tenham continuidade ou, ao menos, que as consequências de sua interrupção possam ser mitigadas; e (4) contribuir para a agenda de pesquisas empíricas sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como sobre comunicação em instituições públicas, elencando, no caso específico, ações da área que possam contribuir para a democratização da política pública de educação.

A hipótese central do trabalho é que o Câmpus São João da Boa Vista do Instituto Federal, por não ser notadamente conhecido pela população, principalmente vulnerável, não cumpre de maneira eficiente o seu papel transformador, estabelecido na legislação e em seus documentos institucionais. Já a hipótese complementar é de que a comunicação institucional torna-se um importante elemento na democratização da educação e no fortalecimento do papel social da escola, com a pesquisa e a extensão.

Para cumprir os objetivos almejados, o presente estudo se estruturou por meio de levantamento bibliográfico, análises documentais e de dados secundários, bem como de entrevistas com agentes representativos (membros do projeto) e observação participante, haja vista que a pesquisadora fazia parte da equipe.

Desse modo, este trabalho está dividido em 6 seções, sendo esta introdução a primeira e as considerações finais, a última. Na segunda seção, discute-se sobre o papel da educação no atual contexto. Para se discutir sobre esse assunto tão importante e, simultaneamente, paradoxal, o tópico 1 apresenta uma breve reflexão sobre o complexo conceito de desenvolvimento de nações, com alguns elementos e estruturas que caracterizam o (sub)desenvolvimento do Brasil, de modo a demonstrar a importância do Estado na condução de políticas que melhorem as condições socioeconômicas da população. Discute-se também a importância da educação para tal fenômeno, sob duas visões: a da teoria do capital humano e a de sua crítica, procurando identificar as suas contribuições para o pleno desenvolvimento social e econômico de um país. Para ilustrar, apresenta-se ainda a trajetória contraditória da educação brasileira, em especial do ensino profissional, como política pública de desenvolvimento, reforçando o poder de influência do modo

de produção. Além disso, destaca-se, mais uma vez, o papel das instituições, principalmente do Estado, para sua estratégica execução. E, por fim, faz-se uma abordagem crítica dos processos mais contemporâneos, por meio da discussão do plano do atual governo brasileiro, com foco nas medidas relativas à educação, a fim de demonstrar que tais ações vão de encontro com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Na seção 3, discorre-se sobre as relevantes facetas do Instituto Federal de São Paulo e do seu Câmpus São João da Boa Vista, de forma a demonstrar como se caracteriza um dos modelos institucionais expandido pelo anterior governo federal brasileiro e em funcionamento atualmente, para a execução da política pública na área de educação profissional e tecnológica. Ademais, tal seção tem como objetivo revelar as condições contextuais em que se encontra o objeto de estudo deste trabalho.

Posteriormente, aborda-se, na quarta seção, propriamente, o objeto de estudo, qual seja, a proposta de popularização do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP, elaborada por servidores, que identificaram na extensão universitária a oportunidade de desenvolver o projeto “IFSP: Conheça-nos!”, alinhado às premissas de democratização da educação, por meio da comunicação institucional. Dessa forma, na seção 4 discorre-se sobre as questões que fundamentam o projeto “IFSP: Conheça-nos!”, faz-se a apresentação: dos elementos que o caracterizam; da sua trajetória de atuação, desde a concepção até os dias atuais; e dos resultados alcançados.

Na quinta seção, expõe-se uma análise crítica sobre os resultados das entrevistas com os participantes e da pesquisa de informações, na tentativa de refletir sobre a problemática proposta neste trabalho e solucioná-la. E, por último, são apresentadas as considerações finais e recomendações.

2 DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL E EMPÍRICA SOBRE O CASO BRASILEIRO

Mesmo na contemporaneidade, com avanços significativos na trajetória histórica da humanidade, saber qual o papel da educação no atual contexto e quais são as suas contribuições para o pleno desenvolvimento social e econômico de um país, ainda são questões latentes e relevantes a serem enfrentadas. Assim como o ato de conceituar o termo “desenvolvimento”, a tentativa de medir seu nível também gera uma certa controvérsia. Dados e índices sobre as condições socioeconômicas de uma nação devem ser reunidos e contextualizados, para que seus resultados sejam interpretados e possam ser alvo da ação política planejada. Para se discutir sobre esse assunto tão importante e, simultaneamente, complexo, a presente seção apresenta, no seu primeiro tópico, breves reflexões sobre o conceito de desenvolvimento de nações. Posteriormente, considerando o foco deste trabalho, torna-se interessante abordar o caso brasileiro, com alguns elementos que caracterizam o subdesenvolvimento do Brasil, de modo a demonstrar a importância do Estado na condução de políticas públicas que melhorem as condições socioeconômicas da população.

Ingressando na política pública de educação, no segundo tópico, discute-se teoricamente sobre a sua importância para o desenvolvimento, sob duas visões: a da teoria do capital humano e a de sua crítica. E para ilustrar, no terceiro tópico, apresenta-se a trajetória contraditória da educação brasileira, em especial do ensino profissional, como política pública de desenvolvimento, reforçando o poder de influência do modo de produção capitalista. Além disso, destaca-se, mais uma vez, o papel das instituições, principalmente do Estado, para sua estratégica execução. Por fim, no último tópico, faz-se uma abordagem crítica dos processos mais contemporâneos, por meio da discussão do plano do atual governo brasileiro, com foco nas medidas relativas à educação, a fim de demonstrar que tais ações vão de encontro com o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática e justa.

2.1 Um termo em desenvolvimento: breves reflexões

O ideal de desenvolvimento há muito tempo move nações, que o buscam de diversas maneiras, por meio do mercado, com seus agentes privados, e pelo

Estado, através de suas políticas governamentais, com o reconhecimento da ineficácia da “mão invisível” da teoria clássica econômica de Adam Smith.

Para que se possa iniciar a reflexão sobre o significado do termo, é importante esclarecer que podem surgir alguns tensionamentos, durante a construção teórica da argumentação, advindas dos múltiplos entendimentos, por vezes complementares ou contraditórios, sobre o tema proposto (CARVALHO, 2015).

Pode-se dizer que com a chegada do século XX, o ideal de desenvolvimento passou a ter contornos econômicos, advindos da expansão do pensamento liberal, tendo como mola propulsora a motivação das grandes guerras mundiais. Assim, o tema passou a ser tratado na economia política (HEIDEMANN, 2009; OLIVEIRA, 2002).

Cabe ressaltar que nesse período, os países industrializados tornaram-se modelos a serem seguidos pelos países que estavam em busca desse objetivo. Os subdesenvolvidos, almejando às conquistas dos hegemônicos, tentavam copiá-los em seus projetos próprios (HEIDEMANN, 2009). Nesse cenário que se encontram as ideias de Rostow, com sua teoria do desenvolvimento por etapas².

Entretanto, de acordo com Carvalho (2015), o pensamento de Rostow pode ser considerado caricato, uma vez que defende o desenvolvimento como ideologia, como um caminho natural para todos os países, colocando-os em um mesmo patamar, sem levar em conta o seu contexto histórico. Além disso, materializava o pensamento conservador que disseminava o crescimento dependente como solução, ou seja, os países subdesenvolvidos deveriam contar com a ajuda financeira, por meio de empréstimos, e de aconselhamento dos países já desenvolvidos.

Considerando as consequências perversas resultantes das guerras, os estudiosos dedicaram-se a questionar os pressupostos do sentido mais aceito de desenvolvimento (econômico), identificando que já era não era mais suficiente. Essa preocupação revelou os desejos de desenvolvimento não só econômicos, e sim nas

² A teoria do desenvolvimento por etapas de Walt Whitman Rostow está consolidada no seu livro “Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista”. Segundo tal teoria, as etapas para que todos os países alcancem o desenvolvimento são: 1) A sociedade tradicional; 2) As condições para a decolagem; 3) A decolagem (ou arranque); 4) A marcha para a maturidade; e, por fim, 5) A era do consumo em massa (ROSTOW, 1961).

condições de vida das nações, com relação aos aspectos políticos, sociais, humanos, ambientais, etc (HEIDEMANN, 2009; OLIVEIRA, 2002).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, foi criado em seu âmbito um órgão dedicado ao estudo das condições socioeconômicas para o desenvolvimento da América Latina, considerando suas particularidades, a CEPAL, dentre outros programas e organismos especiais cujo objetivo em comum era a melhoria da qualidade de vida das populações.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi estabelecida pela resolução 106 (VI) do Conselho Econômico e Social, de 25 de fevereiro de 1948, e começou a funcionar nesse mesmo ano (...)

A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social.³

Dois nomes tiveram destaque na trajetória da instituição e na consolidação do que se configurou como o estruturalismo cepalino (teoria base das políticas de industrialização na América Latina): Raúl Prebisch (argentino) e Celso Furtado (brasileiro) (CEPÊDA E SILVA, 2016; COLISTETE, 2001).

A linha de pensamento da CEPAL conseguiu demonstrar a necessidade de se ter um projeto, dirigido pelo Estado, para se obter mudanças profundas no aspecto socioeconômico de países não desenvolvidos, de forma a avançar em resultados econômicos positivos e conquistas sociais, por meio de políticas públicas ditas desenvolvimentistas (CARVALHO, 2015; SOUZA, 1993).

Em contraposição à teoria de Rostow, a ideia central do pensamento de Celso Furtado refere-se ao mito do desenvolvimento, segundo o qual esse fenômeno poderia ser universalizado. Para o economista⁴:

³ Disponível em <http://www.cepal.org/pt-br/about>. Acesso em 01 fev. 2017.

⁴ De acordo com Braga (2015) apud Carvalho (2015), Celso Furtado acabou não sendo contemplado com o Prêmio Nobel de Economia por motivo de preconceito contra o Brasil, considerado um país sem seriedade.

(...) pretende-se que os padrões de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, são acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial (grifo do autor) (FURTADO, 1974, p. 8).

Outra voz que se insere na defesa da ideia ampla de desenvolvimento pertence ao economista indiano Amartya Sen⁵, por meio da sua teoria de Desenvolvimento como Liberdade. Para ele, o crescimento econômico ou das rendas individuais é muito importante como uma forma de ampliar as liberdades das pessoas em sociedade. No entanto, para que essas liberdades possam existir, são necessários outros fatores sociais, econômicos e políticos (serviços de educação e saúde, direito de participar das decisões coletivas – cidadania) (SEN, 2000).

Por meio de uma visão sistêmica, Sen se dedica ao estudo das complexidades dos sistemas sociais, defendendo que o desenvolvimento das nações deve ser analisado sob uma ótica que ultrapasse os limitados resultados de riqueza e estabeleça uma melhoria nos padrões de vida das pessoas. O tema central é de que o acúmulo de capital oferece aos indivíduos a oportunidade de serem livres para concretizarem suas vontades, sendo essa liberdade, portanto, o fator responsável pelo desenvolvimento econômico (MIAN; ZOTELLI, 2015).

Embora o contexto histórico aponte para uma superação do conceito simples de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, segundo Oliveira (2002), o debate sobre o tema de desenvolvimento ainda é bastante farto na academia, uma vez que uma parcela de autores considera apenas os aumentos no nível de renda como condição para se alcançar o desenvolvimento, sem, entretanto, se preocuparem como é feita a distribuição de tais incrementos. Considerando o pensamento de Furtado, este trabalho concorda com a ideia de Carvalho (2015), o qual argumenta que o crescimento, considerado como progresso material de uma sociedade, é condição fundamental, mas insuficiente para o efetivo desenvolvimento, pois esta demanda ainda a melhoria do padrão de vida da coletividade.

⁵ Sen recebeu prêmio Nobel de Ciências Econômicas (1998) e foi professor em Oxford, Cambridge e Harvard. Suas obras principais são: Desigualdade Reexaminada (1992), Desenvolvimento como Liberdade (2000) e A ideia de Justiça (2011). Disponível em <http://capacidadeshumanas.org/sobre-amartya-sen/>. Acesso em 02 fev. 2017.

Dessa forma, o desenvolvimento ou o subdesenvolvimento de um país podem ser determinados pelas condições de vida de sua população. Gremaud et al (2007) alertam, no entanto, para o fato de que o entendimento sobre a boa ou má qualidade de vida é algo que varia entre culturas e tempos, logo se torna relativo. Isso, aliado à dificuldade de se conceituar objetivamente “desenvolvimento”, faz com que seja possível os autores fazerem algumas aproximações.

O ranking de 2015 das maiores economias do mundo, segundo Carvalho (2015), vai ao encontro dessa aproximação e demonstra a incapacidade do crescimento econômico de se tornar equivalente, de forma automática, à melhoria na qualidade de vida da população, uma vez que agrupa países com condições tão diversas nos primeiros lugares, como segue:

Quadro 1- Ranking das maiores economias do mundo segundo o Produto Interno Bruto em valores correntes (US\$ em bilhões) ⁶

Ranking 2015	País	PIB em 2015	PIB em 2014	PIB em 2013
1º	Estados Unidos	17.946.996.000.000,0	17.348.071.500.000,0	16.663.160.000.000,0
2º	China	10.866.443.998.394,2	10.351.111.762.216,4	9.490.602.600.148,5
3º	Japão	4.123.257.609.614,7	4.596.156.556.721,9	4.908.862.837.290,5
4º	Alemanha	3.355.772.429.854,7	3.868.291.231.823,8	3.745.317.149.399,1
5º	Reino Unido	2.848.755.449.421,0	2.990.201.431.078,2	2.712.296.271.990,0
6º	França	2.421.682.377.731,0	2.829.192.039.171,8	2.808.511.203.185,4
7º	Índia	2.073.542.978.208,8	2.042.438.591.334,0	1.863.208.343.557,0
8º	Itália	1.814.762.858.045,9	2.138.540.909.211,1	2.130.330.362.918,4
9º	Brasil	1.774.724.818.900,5	2.417.046.323.841,9	2.465.773.850.934,6
10º	Coreia do Sul	1.377.873.107.856,3	1.411.333.926.201,2	1.305.604.981.271,9
11º	Rússia	1.326.015.096.948,2	2.030.972.571.014,3	2.230.628.042.254,4
12º	México	1.144.331.343.172,5	1.297.845.522.512,7	1.261.832.901.816,5
13º	Indonésia	861.933.968.740,3	890.487.074.596,0	912.524.136.718,0

Fonte: CARVALHO (2015), a partir de dados do Banco Mundial e FMI, de 2016.

Um outro fator a ser considerado, se der um enfoque somente na questão econômica, é a distribuição da renda entre a sua população. Mesmo que a renda *per capita* ⁷ seja razoável, tem que se ter em mente que essa variável representa a renda média da população. Logo, uma parcela de habitantes poderá receber acima dessa média, assim como outra parcela tem chances de receber abaixo dela.

⁶ De acordo com o autor, “os dados disponíveis no quadro estão disponíveis para consulta na database do FMI no site <http://www.imf.org/external/index.htm>. Os valores são em dólares correntes e alguns ainda se apresentavam com estimativas na data da busca.”

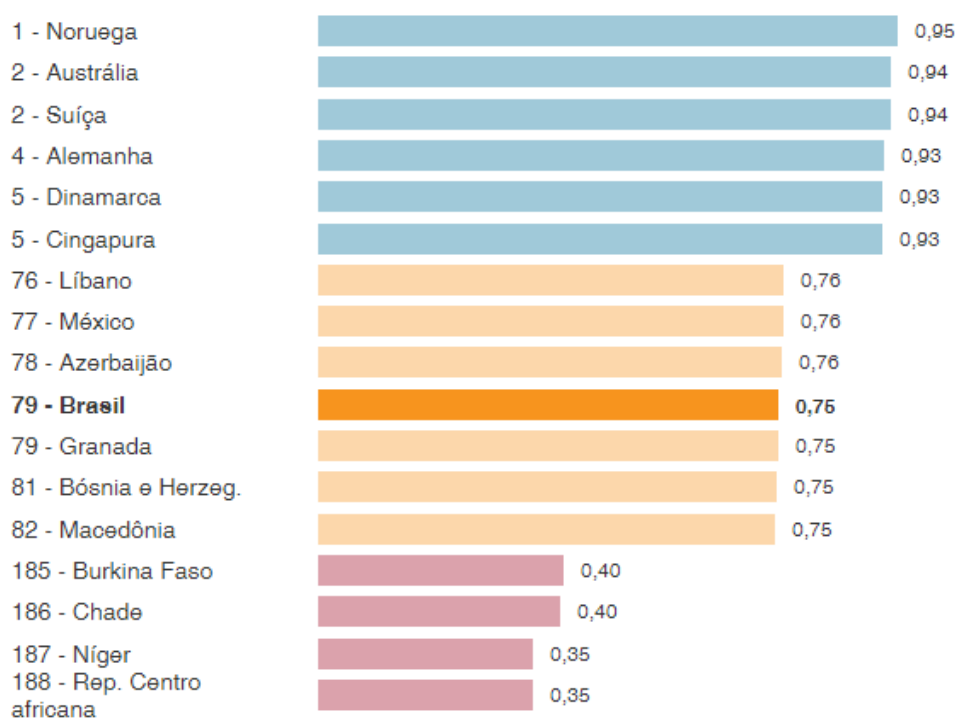
⁷ Para fins didáticos, considera-se como renda per capital o resultado do Produto Interno Bruto ou Produto Nacional Bruto de um país dividido pela quantidade de habitantes.

Nesses termos, caso poucos habitantes estejam com a maior parte da renda do país, infere-se que ele é menos desenvolvido, uma vez que a maioria de sua população apresenta inferior condição de renda, e em consequência disso, menos acesso a bens (GREMAUD et al, 2007).

Dessa forma, na busca por ter um indicador mais adequado, tendo em vista que a renda *per capita* pode levar a uma distorção muito alta da real situação, é que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi adotado, medindo o nível de desenvolvimento dos países por meio de variáveis não somente econômicas. Tal índice foi desenvolvido pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com o apoio de Amartya Sen. Ele varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano (CARVALHO, 2015).

Na concepção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento⁸, o conceito de desenvolvimento humano refere-se a “um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.”

Figura 1 – Ranking de desenvolvimento humano de países selecionados – 2015



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁹.

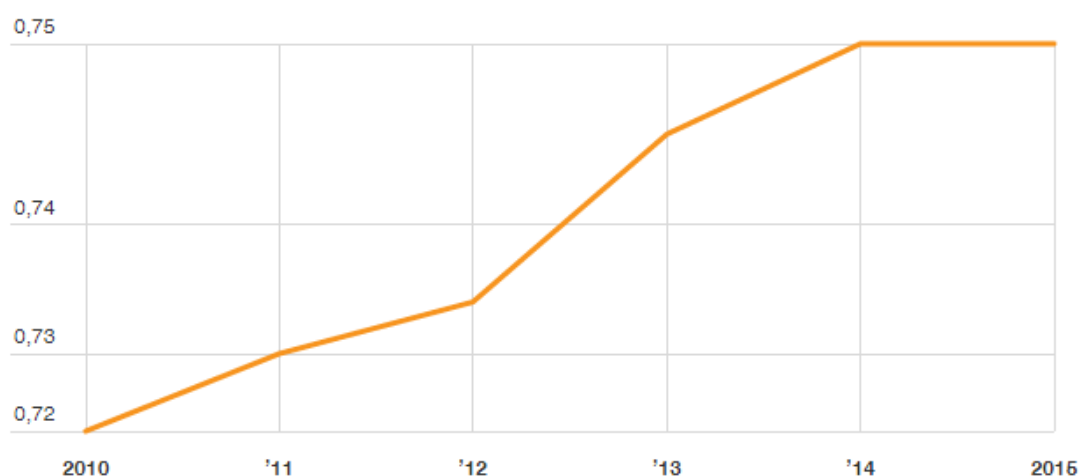
⁸ Para mais informações, acesse: <http://www.br.undp.org/>.

⁹ Disponível em <http://www.br.undp.org/>. Acesso em 22 mar. 2017.

O referido índice utiliza-se de três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda (Renda Nacional Bruta *per capita*), educação (taxa de escolarização e taxa de alfabetização de adultos) e saúde (esperança de vida ao nascer). Cabe frisar, entretanto, que o próprio PNUD esclarece que, devido aos seus objetivos e sua metodologia, o IDH não contempla outras faces importantes do desenvolvimento, como democracia, sustentabilidade, fortalecimento institucional, entre outros (CARVALHO, 2015).

Após onze anos consecutivos de aumento no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 2016¹⁰, o Brasil não obteve alteração em 2015 em relação a 2014, com um índice de 0,754, e se manteve na posição 79 do *ranking* entre 188 países. Dentre os países da América do Sul, o Brasil encontra-se em 5º lugar, abaixo de Chile, Argentina, Uruguai e Venezuela. De acordo com o citado documento, no tocante à concentração de renda, o Brasil é o quarto pior da América Latina e Caribe, abaixo de Haiti, Colômbia e Paraguai somente. Assim, no IDH ajustado à desigualdade social – uma forma de avaliar o desenvolvimento humano em relação à diferença entre pobres e ricos de um país – o Brasil foi o terceiro país que mais perdeu posições no *ranking*, ficando abaixo somente do Irã e de Botsuana.

Figura 2 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010-2015)



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹¹.

¹⁰ Disponível em <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-HDR16%20Report.pdf>. Acesso em 22 mar. 2017.

¹¹ Disponível em <http://www.br.undp.org/>. Acesso em 22 mar. 2017.

Para complementar o severo quadro de desigualdade do país, segundo o relatório da PNUD, no Índice de Desigualdade de Gênero, que avalia desigualdades em dimensões relativas à questão de gênero, o Brasil mostrou-se pior, com um resultado de 0,414, ocupando a 92ª posição, em decorrência da diferença de renda enfrentada pelas mulheres brasileiras. Nesse quesito, cabe ressaltar que o Brasil apresenta menos mulheres no Congresso Nacional (10,8%) do que o país com menor IDH do mundo, a República Centro-Africana, que assenta 12,5% do Parlamento com mulheres.

Dessa forma, concorda-se e torna-se evidente o papel central e relevante do Estado nas variáveis que determinam o nível de desenvolvimento de sua população, no seu sentido mais amplo. Nesse sentido, além de indicar os caminhos a serem percorridos para o alcance do desenvolvimento, o desafio consiste em discutir os meios pelos quais os governantes devem articular suas políticas públicas, com a finalidade de conciliar crescimento econômico e desenvolvimento humano e, conseqüentemente, social. Nas palavras de Furtado (2004, p. 484):

(...) não é demais relembrar certas ideias elementares: o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política. As estruturas dos países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução automática, inercial, mas de opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo.

Logo, considerando os objetivos do presente trabalho, será dado um enfoque, pelas duas próximas seções, nas discussões sobre a dimensão da Educação como atributo propulsor do desenvolvimento¹² e suas implicações como política pública, dando ênfase para o caso contemporâneo brasileiro.

¹² É importante citar que devido ao foco deste trabalho, não se discutiu outras adjetivações associadas ao termo “desenvolvimento”, tais como as relacionadas à questão institucional e de sustentabilidade. Para maior aprofundamento, ver Peter Evans (2003) e Enrique Leff (2003).

2.2 Educação e desenvolvimento: do capital humano ao humano no capital

“A educação é o caminho que leva ao sucesso...”. Assim, o senso comum se revela na sociedade, dita do conhecimento¹³, e se transforma no ideal de famílias que almejam o progresso pessoal, por meio do sucesso profissional e material, de seus integrantes.

Para Nascimento (2001), educação e desenvolvimento são frutos da sociedade moderna. São dois fenômenos sociais que se articulam, mas cada um com sua própria identidade. Para ele, a ideia da escolaridade em massa, representada pela escola, passou a ser reforçada na modernidade. Na passagem do século XIX para o XX, é que a escola generalizou-se. Segundo o autor, o direito da escolaridade para todos foram assentados em três argumentos: 1) econômico: necessidade de homens no mínimo alfabetizados, para trabalharem com as novas formas de produção —a industrialização; 2) político: a construção dos direitos de cidadania requeria indivíduos conscientes de seus deveres e direitos; e, 3) nacional: por meio da escola foi possível a construção da nacionalidade, com a divulgação de uma língua comum, de uma cultura, e de uma identidade. O conhecimento sobre as leis, a história e a cultura do país também deveriam ser transmitidos aos seus cidadãos. Desse modo, considerando a complexidade de uma sociedade, é evidente que a relação entre educação e desenvolvimento está longe de ser pacífica.

Longe de querer julgar os valores individuais, o fato é que se torna necessário analisar os pressupostos constantes nas entrelinhas da frase inicial. Nesse contexto, pode-se dizer que a efetiva análise deve ser feita com base nas implicações que a educação gera para o modo social de produção em que a sociedade se encontra. Para tanto, serão apresentadas duas vertentes que discorrem sobre o tema: a teoria do Capital Humano e a sua crítica.

A abordagem do Capital Humano foi desenvolvida pelo economista estadunidense Theodore Willian Schultz e materializada em seu livro “O capital humano: investimentos em educação e pesquisa”, em 1971. Segundo o autor, o

¹³ O termo sociedade do conhecimento refere-se a ideia de superação da divisão do trabalho e das classes sociais em decorrência de mudanças no processo de trabalho, com a introdução da microeletrônica e informática no processo produtivo, o que exigiria a utilização mais do esforço lógico do que físico (TOFFLER, 1973, 1980, 1985 apud FRIGOTTO, 2000).

aumento da produtividade da força de trabalho advém do investimento no homem, por meio da educação. Dessa forma, como recursos são necessários para a aquisição dessas habilidades e que, além disso, existe um custo de oportunidade¹⁴ para a realização de estudos, sua tese defende que o desenvolvimento de capacidades técnicas pelo homem torna-o proprietário de um capital.

Nessa direção, embora declarando que a visão única, ou pela via econômica ou pela via humanística, atrapalha a correta análise do desenvolvimento de recursos humanos como um bem para a sociedade, Harbison e Myers (1965) acreditam que a educação como meio de desenvolver o homem é condição necessária para obter os objetivos das sociedades modernas tanto políticos, como sociais e econômicos. Com clara indicação da economia como eixo central de desenvolvimento, os autores argumentam que

Numa economia avançada, as capacidades do homem são extensamente desenvolvidas; numa economia primitiva, permanecem em sua maior parte rudimentares. Se um país for incapaz de desenvolver seus recursos humanos, pouco mais poderá desenvolver, seja uma estrutura política e social moderna, seja um sentido de unidade nacional, sejam, ainda, padrões mais altos de bem-estar material. “Há países subdesenvolvidos porque a maioria do seu povo é subdesenvolvida, sem ter logrado oportunidade de expandir suas capacidades sociais a serviço da sociedade¹⁵” (HARBISON E MYERS, 1965, p. 27).

Argumentando que o sentido restritivo do conceito de capital tende a desprezar o valor (econômico e portanto, capitalista) do ser humano dotado de conhecimentos e habilidades, Schultz¹⁶ (1963) apresenta a necessidade de maximizar a significância do termo capital, utilizando-se como base as ideias de Adam Smith, H. Von Thunen e Irving Fisher. Assim, de acordo com sua teoria do Capital Humano, o homem não deve ser reconhecido como um mero recurso de produção, mas como um tipo de capital, capaz de ser investido e reproduzido, por meio da educação. Nas palavras do autor:

¹⁴ Em economia, pode se definir que o custo de oportunidade é o valor da escolha feita. Schultz (1971) cita em seu livro que existe um custo em decorrência de um jovem escolher estudar, em vez de trabalhar. Nesse caso, o custo de oportunidade equivale ao valor do salário que ele deixa de ganhar. No entanto, segundo o autor, essa “custo” seria um “investimento” nas capacidades técnicas do homem, uma vez que no futuro o indivíduo poderá receber maiores salários do que receberia se não tivesse estudado.

¹⁵ Assim concluem sua linha de pensamento, citando a oração entre aspas com Adam Curle (1962).

¹⁶ Schultz foi professor de Economia da Educação e especialista em economia agrária. Foi considerado o formulador da Teoria do Capital Humano e em 1979 recebeu o prêmio Nobel em Economia (KELNIAR; LOPES; PONTILI, 2013).

Muito daquilo a que damos o nome de consumo constitui investimento em capital humano. Os gastos diretos com a educação, com a saúde e com a migração interna para a consecução de vantagens oferecidas por melhores empregos são exemplos claros. Os rendimentos auferidos, por destinação prévia, por estudantes amadurecidos que vão à escola e por trabalhadores que se propõem a adquirir um treinamento no local de trabalho são igualmente claros exemplos. Não obstante, em lugar algum tais fatos entram nos registros contábeis nacionais. A utilização do tempo de lazer para a melhoria de capacidades técnicas e de conhecimentos é um fato amplamente difundido e, também isto, não se acha registrado. Por estas e outras maneiras, a qualidade do esforço humano pode ser grandemente ampliada e melhorada e a sua produtividade incrementada. Sustentarei que um investimento desta espécie é o responsável pela maior parte do impressionante crescimento dos rendimentos reais por trabalhador (SCHULTZ, 1971, p. 31 e 32).

Arapiraca (1982) denuncia tal teoria como marcadamente ideológica, uma vez que, pelo ideal meritocrático distorcido, anula as relações do cidadão com a sua classe social. A finalidade maior é a de alienação política do indivíduo, explorando o pretense ganho futuro de capital a ser alcançado por meio da educação. Ele acrescenta que

(...) a perspectiva da ascensão social é dissimulada sempre como uma esperança futura, e que é alimentada pela exploração da refinação do consumo supérfluo. No fundo, é uma ascensão social voltada mais para esse consumo supérfluo, como tentativa de dissimular a verdadeira dimensão ideológica da teoria do Capital Humano (ARAPIRACA, 1982, p. 47).

Sendo assim, para o autor, as práticas educacionais refletem o desejo de uma sociedade, controlada pela classe hegemônica, em formar o cidadão para solucionar problemas que não interfiram na ordem social estabelecida, se tornando assim, uma técnica reguladora da vida social segundo o modo de produção escolhido ou imposto.

No mesmo sentido, o cerne da crítica de Rossi (1978) consiste em mostrar que a educação conservadora, sustentada por uma classe dominante, tende a reforçar o modo social vigente, de maneira que os trabalhadores educados se tornam mais produtivos, mas, ao contrário do que a teoria de Schultz prega, o incremento desse trabalho não é apropriado por eles, e sim pelos capitalistas. Isso porque a produtividade, sob a lógica capitalista, pode gerar lucro e não aumento

salarial, descaracterizando assim o caráter de investimento individual da teoria do Capital Humano. Além disso, essa educação pode levar à desvalorização salarial da força de trabalho, uma vez que mais trabalhadores educados significa mais recursos, ou seja, mais oferta, à disposição do capital. O autor ressalta, sobretudo, que a crítica encontra-se no poder do sistema educacional em manter a ordem social estabelecida, uma vez que ela poderia ser utilizada também por uma ditadura socialista, para tal finalidade.

No mesmo caminho, Leher (1999, p. 30) deixa explícito seu entendimento da teoria do capital humano como um processo que legitima a exclusão estrutural, uma vez que, sob a lógica capitalista, os países em desenvolvimento deveriam se aperfeiçoar na venda de produtos de baixo valor agregado. Ele acrescenta ainda que nos últimos tempos, no caso brasileiro, a crítica a esse processo está sendo amenizada pela crescente aceitação de partidos de esquerda e de sindicatos à ideia da globalização e, paralelamente, ao “determinismo tecnológico”. Assim, consolida-se o pensamento de que a exclusão do trabalhador do mercado de trabalho existe em decorrência de opções educativas equivocadas das pessoas, ou seja, os problemas de falta de emprego e da precarização do trabalho são direcionados para a fraca qualificação do trabalhador. A consequência desse processo é a pouca contestação política ao sistema estabelecido, que favorece “o avanço de reformas neoliberais e o enraizamento da ideologia da globalização nas classes trabalhadoras”.

Frigotto (2000) argumenta que no caso brasileiro a influência de parlamentares de tradição oligárquica reforçou as teses privatistas e mercantilista na definição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, alterando de forma significativa o texto original, discutido por vários educadores em diversos arranjos institucionais democráticos, promovidos na época. Com isso, não se concretizou a proposta de escola unitária, de formação omnilateral e/ou politécnica, de bases teóricas em Marx, Engels e, posteriormente, em Gramsci. Assim, as diretrizes da educação brasileira foram pautadas pelo dualismo (ensino geral e ensino instrumental) e o controle privado, que tem o poder de promover a exclusão social da classe trabalhadora.

Tendo em vista o entendimento de que o espaço escolar é um relevante local de discussão sobre democracia, a visão de Frigotto (2000) sobre a relação educação, qualificação humana e desenvolvimento é de que não se trata de se

negar o progresso técnico, nem o avanço do conhecimento, mas de disputar o controle hegemônico sobre esses processos, retirando-os da esfera privada e da lógica da exclusão social e os passando para o controle democrático da esfera pública, a fim de produzir a satisfação das necessidades humanas, de forma solidária, igualitária e democrática. Para o autor, trata-se de uma luta “contra-hegemônica”, na qual a democratização do conhecimento se torna uma demanda imprescindível dos grupos sociais que formam a classe de trabalhadores. Nas palavras de Frigotto (2000, p. 174-175):

O que é necessário desbloquear são os mecanismos de exclusão que deixam à margem das condições mínimas de vida, em nosso caso, mais da metade da população, e, ao mesmo tempo, congelam ou retardam o próprio progresso técnico. Ou seja, o desbloqueio das condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento da omnilateralidade humana, particularmente para as classes trabalhadoras (...) para que a democracia tenha condições objetivas de se efetivar (...)

Como alternativa para resistência contra o papel imposto pela ordem hegemônica e considerando o sentido dialético do processo educacional, Rossi (1978) argumenta que a universidade ainda reúne a “intelectualidade crítica” das nações, mesmo com algumas limitações. Para ele, a universidade, sobretudo a pública, pode ser palco de uma “contra-educação” por meio da análise científica da realidade social, da produção científica, da adesão ao diálogo e incentivo à divergência, que desenvolvem uma consciência crítica, um “efeito conscientizador-libertador”, que tem capacidade de se reproduzir mesmo na face da escola capitalista. Para o autor, nessa perspectiva e com duras críticas, principalmente, aos sistemas avaliativos da educação brasileira encontra-se o arcabouço teórico dos trabalhos de Paulo Freire¹⁷.

¹⁷ Paulo Freire (1921-1997) é considerado patrono da educação brasileira e autor de muitas obras, entre elas: *Educação como prática da liberdade* (1967), *Pedagogia do oprimido* (1968), *Cartas à Guiné-Bissau* (1975), *Pedagogia da esperança* (1992), *À sombra desta mangueira* (1995) e *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa* (1997). Foi reconhecido mundialmente pela sua práxis educativa, bem como recebeu título de cidadão honorário de várias cidades no Brasil e no exterior. A ele foi outorgado o título de doutor Honoris Causa por vinte e sete universidades. Por seus trabalhos na área educacional, recebeu, entre outros, os seguintes prêmios: Prêmio Rei Balduíno para o Desenvolvimento (Bélgica, 1980); Prêmio UNESCO da Educação para a Paz (1986) e Prêmio Andres Bello da Organização dos Estados Americanos, como Educador do Continente (1992). Cabe ressaltar que devido às suas ideias, Freire ficou exilado por 13 anos no Chile, durante a Ditadura Militar no Brasil. Para mais informações: <http://www.paulofreire.org/paulo-freire-patrono-da-educacao-brasileira>. Acesso em 13 fev. 2017.

Nessa direção, analisando os planos educacionais brasileiros produzidos e adotados no país a partir de 1960¹⁸, Fonseca (2009) concluiu que tais planos incorporaram, de alguma forma, o aspecto econômico dos diversos projetos nacionais de desenvolvimento. Entretanto, a produção de propostas mais relevantes no âmbito social para a educação brasileira foi resultado da mobilização de educadores, que propuseram itens como igualdade de oportunidades para todos, gestão democrática do sistema e o compromisso ético com a qualidade educacional. De qualquer maneira, de forma pragmática, a ação educativa dos planos deu ênfase a projetos direcionados pela lógica econômica, com atividades instrumentais e para a gestão de meios ou insumos. No entanto, essa abordagem utilitarista serve à lógica empresarial, mas não é suficiente para orientar a qualidade da educação, que tem como objetivo as diferentes dimensões da vida social dos indivíduos. Portanto, espera-se que o Estado exerça sua função de construir projetos educacionais de qualidade, que contemple todas as dimensões do conhecimento humano, não somente direcionados para a alimentação do sistema econômico.

Nesse contexto, tendo em vista o conceito amplo de desenvolvimento apresentado neste trabalho, é possível compreender, pelos estudos dos críticos da teoria do Capital Humano, que aquela educação acrítica da sociedade capitalista atem-se a gerar o progresso somente na esfera econômica, não sendo capaz de provocar mudanças profundas no âmbito da coletividade. Isso porque os aumentos de renda, provocados pela produtividade, não supõe que ela será distribuída aos trabalhadores. Pelo contrário, haverá maior concentração de renda, o que não produzirá o pleno desenvolvimento da população. Ao mesmo passo, em uma ditadura socialista, a educação sem criticidade também seria instrumento do poder dominante de manter a ordem estabelecida, o que reduziria de forma rígida a cidadania e a justiça social.

Logo, no próximo tópico será discutida a trajetória da educação pública brasileira, em especial, a educação profissional. Com isso, pretende-se demonstrar como as políticas educacionais evoluem de acordo com a dinâmica econômica, e essa relação contribui para a construção do cenário de desenvolvimento socioeconômico do país.

¹⁸ Tais planos não serão apresentados nesse trabalho devido a limitação e foco do estudo.

2.3 Caminho contraditório: a educação brasileira em perspectiva histórica

O pressuposto do presente estudo, baseado nas premissas da gestão pública, é a de que as suas instituições contam. Segundo Cepêda (2016), o papel estratégico do Estado encontra-se na elaboração de estudos e sistematização de dados sobre a situação socioeconômica, “que resultem em políticas de planejamento, investimentos, legislação e regulação política.” Dessa forma, a atuação estatista e de sua aparelhagem (legal, funcional, material e humana) são fundamentais para a superação de barreiras ao desenvolvimento ou melhoria de sua qualidade e extensão.

Sendo assim, para que possamos discutir o cenário dos últimos anos da educação pública brasileira e suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico do país, faz-se necessário o resgate de alguns pontos importantes, que caracterizam a trajetória da educação profissional do país.

O campo da educação constitui-se num palco de disputas políticas, tendo em vista a sua importância para garantir conquistas aos diversos grupos sociais. Para Estevo (2016), existe uma complexidade na conceituação da Educação Profissional que se sustenta, sobretudo, no foco de sua função, ou seja, há uma relação dialética quando da sua análise funcional, tendo de um lado o indivíduo e de outro o mercado. Assim, a dualidade torna-se característica marcante também nessa modalidade de ensino, conforme as discussões que se assentam a Teoria do Capital Humano, feitas no tópico 2.2.

A trajetória histórica da educação no Brasil, sobretudo referente à formação profissional, demonstra um caráter dual, com a existência de escolas diferentes para distintas classes sociais (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005; CUNHA, 2005a; KUENZER, 2005 apud TAVARES, 2012).

Se para a parcela da população que detém a hegemonia política, cultural e econômica, a trajetória escolar se constitui quase sempre no acesso a uma educação básica propedêutica e no ingresso em cursos universitários, para a grande maioria resta como alternativa uma educação básica precária, associada, quando possível, à formação para o trabalho em cursos técnicos e, mais recentemente, em cursos superiores de tecnologia (TAVARES, 2012, p. 1).

Por meio da trilogia “O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata”, “O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização” e “O ensino profissional na irradiação do industrialismo”, Cunha (2005a, 2005b, 2005c) descreve como as formas de trabalho foram alteradas pela dinâmica econômica e, conseqüentemente, as políticas de educação profissional acompanharam tais mudanças. Logo, o texto deste tópico tem como base principal a referida trilogia.

Para o autor, essa característica dual da educação brasileira teve origem na época da colonização, quando o ensino do ofício foi destinado aos índios e escravos, responsáveis por todo o trabalho manual. As tarefas eram aprendidas no trabalho; não havia uma institucionalidade para esse fim. Aquele modo de ensino ficou estigmatizado como destinado somente aos indivíduos pobres, sem poder e, principalmente, negros. Para o autor, dois fatores foram responsáveis para a consolidação desse pensamento: a passagem das tarefas pesadas e das profissões manuais dos trabalhadores da fazenda aos escravos, o que impossibilitou, por motivo de ordem socioeconômica, que o restante da população desempenhasse certas profissões. Os ensinamentos dos jesuítas oferecidos à família dos colonos referem-se ao outro fator que contribuiu para afastar os indivíduos abastados das tarefas manuais. Com isso, dividiram-se os papéis funcionais pelos integrantes da sociedade, de acordo com sua condição de classe.

Mas quem podia escolher tinha dois caminhos à sua disposição. O primeiro era dedicar-se a atividades que independiam de um aprendizado sistemático, como o comércio, por exemplo. O segundo era buscar uma educação secundária (e superior, com maior razão ainda) que, ministrada num colégio jesuíta, por exemplo, enfatizasse as letras, conteúdo perfeitamente complementar ao aviltamento do trabalho manual (CUNHA, 2005a, p. 24).

A Igreja Católica, embora fosse dependente do Estado para a manutenção de suas ordens e congregações, tinha papel preponderante, em termos ideológicos, na sociedade da época: a ação educativa religiosa mantinha a ordem social que legitimava o poder monárquico.

Ressalta-se, no entanto, que a aprendizagem sistemática de ofícios não se tornou escolar no período colonial. A mudança do reino de Portugal para o Rio de Janeiro, em 1808, possibilitou o início da formação do Estado nacional, com a montagem da institucionalização escolar que se manteve por mais de um século.

O período imperial é marcado pela forte presença do Estado na instituição, direção ou manutenção das escolas criadas para tal fim, como, por exemplo, as Companhias de Aprendizes Menores dos Arsenais da Marinha. Ou seja, o ensino profissional é caracterizado pelo incentivo estatal desde o seu início; se não de forma única, ocorria a transferência de recursos às associações civis.

Ao final do Império, com a evolução do conhecimento, os intelectuais identificaram que o fenômeno da escravidão atrapalhava o acúmulo do capital, uma vez que ocasionava a aversão dos indivíduos pelo trabalho, bem como impossibilitava o povo de se reproduzir e se responsabilizar pela sua subsistência. Com isso, percebeu-se que a abolição da escravatura iria ao encontro dos interesses hegemônicos, à medida que maximizava o dinheiro investido e evitava as lutas de classes, com a educação para o trabalho. Nas palavras de Tavares (2012, p. 4): “a associação da Educação Profissional aos pobres, cegos, aleijados, ex-escravos, entre outros “desvalidos”, apresenta-se de forma explícita na concepção que se tinha sobre este ramo da educação”. Reforça-se então as funções moral e econômica desse tipo de ensino.

Com a vigência do Estado Republicano e após a implantação da imigração em massa, desencadeando o processo de desenvolvimento comercial, urbano e industrial, surgem outros interesses e necessidades que impelem à implementação de novas medidas no campo do ensino popular e profissional, quando então a qualificação técnica do trabalhador passará a ser parte indissociável de sua formação moral (MORAES, 2001, p. 172)

A ideologia do industrialismo pregava que, além de progresso à nação, colaboraria para a questão social, por meio da criação de condições de bem-estar à população.

Para tanto, em 23 de setembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha sancionou o Decreto nº 7.566, criando dezenove escolas de aprendizes artífices, distribuídas pelo país, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Essas instituições tinham a finalidade de formar operários, filhos dos “desfavorecidos da fortuna”, em áreas convenientes ao estado em que estavam localizadas, bem como às indústrias locais, formando “cidadãos úteis à Nação”¹⁹. Percebe-se que não

¹⁹ Os termos entre aspas foram retirados do texto do Decreto nº 7.566/1909 (CUNHA, 2005b, p. 66).

houve inovação em termos ideológicos nem pedagógicos no modelo criado, embora seja considerado o primeiro sistema educacional de abrangência nacional.

No primeiro ano de funcionamento das escolas, houve praticamente 2 mil alunos matriculados em todas elas. Nos 33 anos de existência (...) passaram por elas cerca de 141 mil alunos, uma média de cerca de 4.300 por ano. O maior contingente encontrado em todo o período foi de 6 mil alunos, em 1933 (CUNHA, 2005b, p. 92).

A partir dos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas, o Estado passou a interferir direta e intensamente na economia, incentivando a industrialização no Brasil. Nesse intento, a Constituição de 1937 atribuiu às empresas, sindicatos e Estado a responsabilidade pela formação profissional dos indivíduos. Por meio da colaboração entre empresas estatais, empresas privadas e escolas públicas, foi criado, no estado de São Paulo, o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), o qual era responsável pela formação da força de trabalho para a construção da malha ferroviária do país, demandada pela industrialização, tornando-se, mais tarde, paradigma para o surgimento do Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em 1942.

Na era Vargas o ensino universitário público, tão demandado pela sociedade, representava riscos à ordem estabelecida da época. Como solução, a partir de 1942 foram sancionadas leis orgânicas que redefiniram a estrutura do sistema educacional brasileiro. Com isso, os egressos do ensino profissional passaram a ter acesso ao ensino superior desde que o curso escolhido estivesse relacionado à formação técnica já cursada. Isto é, esses alunos estavam fadados a seguirem carreira na área técnica ou estariam impossibilitados de obter a aprendizagem de nível superior, enquanto que, para aqueles que cursavam o ensino propedêutico, geralmente da classe dominante, tinham a liberdade de escolherem a carreira que desejassem. Identifica-se que a execução do ofício passa a fazer parte, em proporções cada vez maiores, do currículo do ensino, em detrimento da aprendizagem propedêutica.

A partir dos anos 60, extingue-se a restrição de área equivalente para a entrada no ensino superior. Além disso, com a promulgação da LDB de 1961 (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), reforça-se a aprendizagem de ofícios industriais por meio da relação escola e empresa. Assim, o estágio de, no mínimo, um ano

passa a ser obrigatório, para que aluno do curso técnico possa desempenhar satisfatoriamente sua profissão.

De acordo com Tavares (2012), durante a Ditadura Militar evidencia-se a relação entre os interesses do capital internacional e da elite política nacional. Ao mesmo passo, ocorre o aumento da disseminação da ideologia de que uma maior escolaridade reflete no desenvolvimento industrial da nação. Como consequência, eleva-se a demanda pelos estudantes para acesso ao ensino superior, em busca da sonhada ascensão social. Em outras palavras: “É, predominantemente, dentro dos marcos das ditaduras que se efetivam, na América Latina, as reformas educativas sob o ideário do capital humano” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 7).

Cumprido citar que, a partir da década de 70, os estudantes da classe dominante passaram a procurar as escolas técnicas e colégios militares, tendo em vista o ensino público gratuito de boa qualidade oferecido nesses estabelecimentos, o que possibilitava, posteriormente, seu acesso às universidades públicas. Esse fenômeno intensificou o controle, com a ocupação da burocracia estatal do setor da educação, pelos empresários de ensino, o que levou a deterioração das escolas públicas.

Ademais, a profissionalização universal e compulsória do ensino de 2º grau, sob o ideal de escola única para todos, expressa na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, representou a extinção do ensino propedêutico, ou seja, todos os ramos do ensino médio passaram a ser profissionalizantes.

Apesar das tentativas de demolição representadas pelas ameaças de transferência para as redes estaduais, da dissolução pelos equívocos da política da profissionalização universal e compulsória, as escolas técnicas da rede federal [...] se mantiveram a salvo (CUNHA, 2005c, p. 147).

Com o aumento de reivindicações da sociedade e incapacidade do Estado em prover o ensino proposto, a Lei 7.044/71 foi reformada pela Lei 7.044/82, retornando a oferta de ensino propedêutico ou profissionalizante. Ao final da década de 70, ocorre a primeira fase de “cefetização²⁰” de escolas técnicas federais, com o intuito de oferecerem cursos profissionais superiores, de curta duração, cujos formados

²⁰ O autor chama de cefetização a transformação de escolas técnicas federais em centros federais de educação tecnológica – Cefets. Percebe-se que esse fenômeno ocorreu em duas fases, visto que no governo de Fernando Henrique Cardoso foram definidas, pelo Decreto nº 2.208/97, as novas escolas que se tornariam centros de educação tecnológica, transformando as da esfera federal em Cefets.

seriam “tecnólogos”, como tentativa de amenizar a pressão por vagas em universidades públicas, mantendo-se, assim, o processo de formação de mão-de-obra, bem como a divisão do ensino por classe social.

Os anos 1980 são caracterizados pela decadência da economia dos países da América Latina, por motivo da crise da dívida pública externa, como ficou conhecido. No Brasil, tal período ficou conhecido como década “perdida” e a próxima pode ser considerada “desperdiçada” ou “neoliberal”, principalmente a partir das recomendações do Consenso de Washington, em 1989. No caso brasileiro, em síntese, a estratégia para uma maior acumulação de capital foi a mudança da base produtiva para a financeira (CARVALHO, 2015).

No tocante a Administração Pública, o período é marcado por um contexto de recursos públicos escassos, enfraquecimento do Estado, de avanço de uma ideologia de privatização e de necessidade de reformas, o que fortaleceu a adoção do modelo gerencial de gestão do setor público. Com o propósito de modernizar o setor, tal fenômeno, no Brasil, adotou conceitos endógenos de melhoria contínua da qualidade, descentralização e avaliação de serviços públicos pelos cidadãos, transformados agora em consumidores (ABRUCIO, 1997).

Toda essa conjuntura preparou o terreno e facilitou reformas institucionais e constitucionais. No que se refere à legislação educacional, alicerçados pelo contexto de globalização mundial e de políticas neoliberais e, segundo Mazzilli (2011), com vistas ao atendimento dos interesses do setor privado, os legisladores criaram, por exemplo, os Centros Universitários e os Institutos Superiores de Educação, que são arranjos organizacionais que podem utilizar somente o ensino como prática educativa, reduzindo assim os custos para a manutenção das instituições. Logo, devido à expansão desses arranjos, a passagem do conhecimento crítico, científico e tecnológico para a sociedade ficou comprometida.

No seu estudo sobre o fortalecimento do capitalismo pela participação de organismos internacionais, especificamente o Banco Mundial, nas políticas educacionais da América Latina, Leher (1999, p. 29) conclui que:

As conexões educação, segurança e pobreza fornecem o substrato das reformas educacionais em curso na América Latina. Com o aprofundamento sem precedentes da polarização na década de 1990, o Banco [Mundial] dedica cada vez maior atenção à construção de instituições adequadas à era do mercado, de modo a ter recursos institucionais para “manejar” as contradições do sistema. A educação é radicalmente modificada, tornando-se cada vez menos politécnica (no sentido conferido por Marx) e cada vez mais instrumental: os conteúdos estão fortemente carregados de ideologias apologéticas ao capital e o debate educacional é pautado em grande parte pelos “homens de negócios” e pelos estrategistas políticos.

Considerando o forte ajuste fiscal que influenciou na promoção de políticas sociais, dada a intencionalidade de adequação ao cenário econômico internacional, com a globalização e revolução tecnológica, o contexto dos anos 90, então, remete para um período que foi incapaz de realizar um efetivo projeto de retomada de desenvolvimento. Daí a conclusão que no governo Fernando Henrique Cardoso não foram desenvolvidas políticas ditas desenvolvimentistas (CEPÊDA, 2011).

Importante discutir dois estudos promovidos e divulgados à época, sobre a relação educação e desenvolvimento, no âmbito do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada²¹, ou seja, de uma instituição que constitui a aparelhagem do Estado.

O primeiro texto, publicado em 1997, denomina-se “Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico” (BARROS; MENDONÇA, 1997); e o segundo, de 2002, “Pelo fim das décadas perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil” (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2002).

O primeiro estudo parte do pressuposto de que a educação gera benefícios tanto individuais a quem tem acesso, como coletivos, para a sociedade em que o indivíduo educado está inserido. Desse modo, a avaliação realizada limitou-se a analisar os impactos provenientes de uma expansão somente quantitativa nos diversos níveis de ensino. Para tanto, foram verificados os efeitos que tal expansão poderia gerar nos indicadores socioeconômicos do país. Assim, os pesquisadores identificaram melhoria nos indicadores de renda *per capita*, na expectativa de vida e no desempenho educacional comparado a outros países. Logo, eles concluíram que

²¹ O IPEA é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. O órgão tem como missão: “Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas”. Para mais informações: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 18 fev. 2017.

(...) o impacto direto da educação sobre importantes variáveis não-econômicas ser tão ou mais importante que o seu impacto sobre as variáveis econômicas revela que investimentos em educação têm importantes externalidades sociais que tornam o subinvestimento em educação ainda mais penoso para o desenvolvimento humano de uma sociedade (BARROS; MENDONÇA, 1997, p. 7).

Como os críticos da Teoria do Capital Humano já haviam concluído e conforme já discutido anteriormente, é evidente que a educação produz tais efeitos, porém, isso não quer dizer que a melhoria ocorra de forma equitativa a toda população. Já no segundo artigo, embora os pesquisadores discorram de forma reducionista sobre a relação expansão educacional e desigualdade de renda, uma vez que ignoram que o modo capitalista de produção iguala os salários dos indivíduos com a mesma formação, sem aumento proporcional entre produtividade e renda, o estudo contribui para revelar o significado da educação como instrumento de ajuste do país aos novos contextos advindos da globalização, denunciando a necessidade de “ensino de qualidade para todos, por evidentes razões de cidadania e justiça social, mas, além disso, como condição absolutamente necessária para o desenvolvimento socioeconômico sustentado do Brasil.” (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2002, p. 16-17).

Num estudo crítico sobre as reformas educacionais dos anos 90, Oliveira (2001) sustenta que o período foi marcado pela união de esforços entre organismos nacionais (empresários, Governo e sindicatos) e internacionais (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Banco Mundial, entre outros) para a consolidação do sistema capitalista, com o discurso de garantir a equidade social, por meio da expansão do ensino fundamental, e a empregabilidade dos trabalhadores, pelo crescimento da educação profissional, passando para a educação a responsabilidade por solucionar os problemas causados pela ordem social estabelecida. Nas palavras da autora:

O apelo à universalização da educação básica observado na última década estaria orientado pela tentativa de resposta do Estado às reivindicações sociais, através da inscrição na Constituição de 1988, do direito à educação básica gratuita para todos. Por outro lado, busca ainda responder aos ditames do atual estágio de organização do capital que reclama um trabalhador com formação geral sólida e básica, capaz de lhe proporcionar condições de adaptar-se às mudanças e responder às exigências da formação continuada. Desse ponto de vista percebe-se uma dupla orientação no mesmo processo, o que resulta na possibilidade de uma escolarização dual, ou porque não dizer, desigual (OLIVEIRA, 2001, p. 70).

À educação profissional cabe formar um trabalhador alinhado com novas formas organizacionais e trabalhistas, bem como direcionado aos interesses do mercado. Nesse sentido, ocorre a transferência pelo domínio de competências profissionais e, logo, pela sua empregabilidade, ao “novo” trabalhador.

A resposta das reformas educativas da década de 1990 é a pedagogia das competências e estruturas de formação flexíveis, que preparam o indivíduo não mais para o emprego, mas para a empregabilidade. Não é por acaso que a noção de competência surge nos meios empresariais e é incorporada na educação sob o propósito de conectá-la aos desafios das instabilidades do mercado de trabalho (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 9).

Com o Decreto 2.208/97, o ensino profissional se torna independente do ensino médio; fenômeno chamado de “desvinculação”. Posteriormente, o Conselho Nacional de Educação estabeleceu que o certificado do ensino técnico somente seria outorgado ao estudante que houvesse concluído o ensino médio, anteriormente ou simultaneamente a ele. No intento de implementar tal reforma, o Ministério da Educação, juntamente com o Ministério do Trabalho, implantou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), com recursos financiados pelo Tesouro Nacional, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Além das escolas federais, as estaduais, as municipais e as do “segmento comunitário²²”, estabelecidas em organizações sem fins lucrativos, foram incentivadas a desenvolverem a proposta. Cabe ressaltar o caráter privatizante da reforma: ela estabelecia uma forte relação público-privada, incluindo a venda de cursos e serviços, participação de empresários nos conselhos das escolas públicas, etc.

²² Conforme será falado posteriormente, o Câmpus São João da Boa Vista do IFSP é oriundo de um centro de educação profissional criado no âmbito do PROEP.

Com relação ao ensino superior dos anos 1990, após analisá-lo, Martins (2000) concluiu que, somente no final da década, ele apresentou sinais de que estava no caminho do crescimento. Ele identificou que a ampliação do ensino de graduação da época foi, de forma ampla, atendida e patrocinada pelo setor privado. A rede pública, principalmente no âmbito federal, foi incapaz de se expandir na mesma medida em que a demanda crescia.

Segundo Granato, Mian e Cabral (2014), durante décadas, boa parcela da produção científica e do conhecimento da universidade pública brasileira acabou se tornando, com frequência, restrito a atender interesses particulares de uma minoria da sociedade.

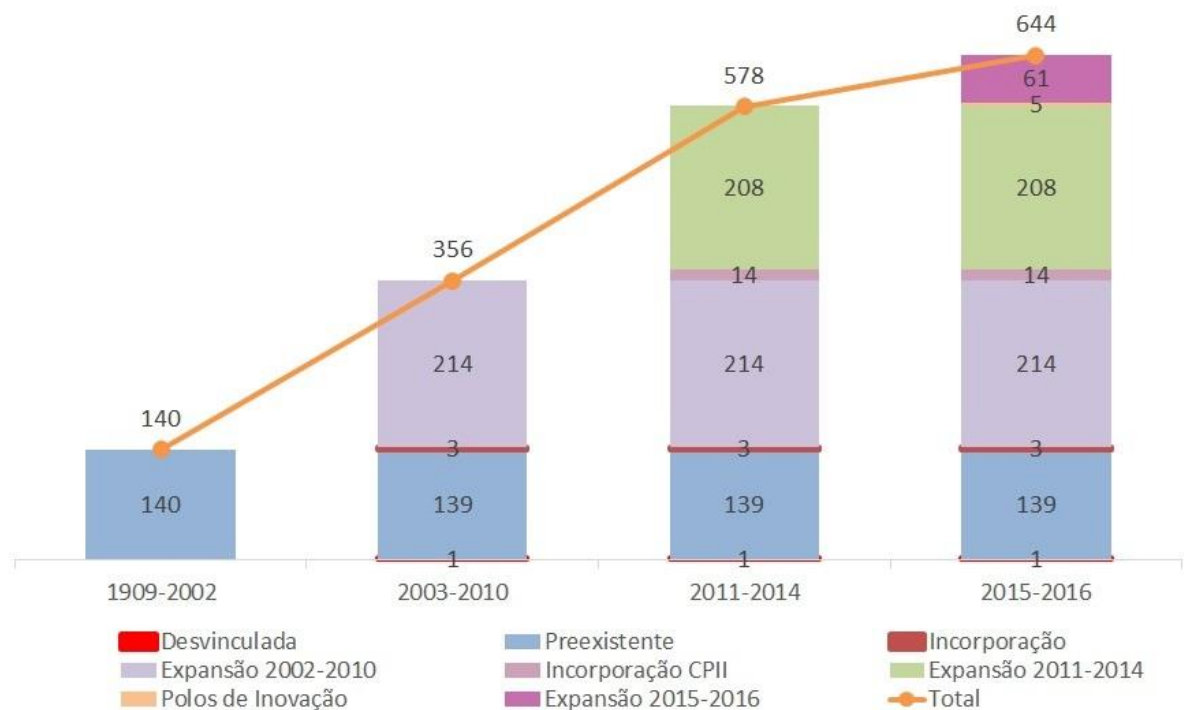
As palavras de Chauí (2001) demonstram como esses fenômenos históricos engendraram as particularidades desse espaço público no país:

[...] feita a proeza, a classe dominante aguardou o resultado esperado: os alunos de primeiro e segundo graus das escolas públicas, quando conseguem ir até o final desse ciclo, porquê por suposto estariam “naturalmente” destinados à entrada imediata no mercado de trabalho, não devem dispor de condições para enfrentar os vestibulares das escolas públicas. [...] Em contrapartida, os filhos da alta classe média e da burguesia, formados nas boas escolas particulares, tornam-se principal clientela da universidade pública gratuita. (CHAUÍ, 2001, p. 36-37).

Percebeu-se, durante o decorrer da década, que as políticas adotadas não eram suficientes para gerar o desenvolvimento que a sociedade demandava, ou seja, o Estado não estava cumprindo de forma efetiva a função a que lhe cabia, uma vez que o país revelava um quadro de grande iniquidade social, com altos índices de analfabetismo e de desemprego, segundo Oliveira (2001). Assim, em oposição às concepções neoliberais, a partir de 2003, no governo Lula, houve uma clara alteração de percepção sobre a atuação do Estado. Principalmente relacionada a melhoria do conjunto das atividades econômicas e sociais, com destaque à função da educação (especialmente de nível tecnológico e superior), diversas medidas foram tomadas para a ampliação do acesso à educação. Pode-se citar como principais mudanças advindas desse fenômeno: o aumento significativo de vagas e instituições, a redistribuição regional dessas entidades, o fomento à integração entre pesquisa e inovação, e, o incentivo ao ingresso de grupos sociais vulneráveis (PACHECO, 2011; CEPÊDA, 2011).

Figura 3 – Evolução da quantidade de universidades federais no Brasil – 2003-2010

Fonte: Programa REUNI – Reestruturação e Expansão de Universidades Federais.²³

Figura 4 – Evolução da quantidade de unidades pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 1909-2016

Fonte: Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica²⁴.

²³ O “Reuni foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).” Para mais informações: <http://reuni.mec.gov.br>. Acesso em 19 fev. 2017.

Dentro desse “pacote”, de modo pragmático, pode-se apresentar a reestruturação e expansão das Universidades Federais, bem como da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o que fortaleceu a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país, sobre os quais será dado enfoque na Seção 3. Além disso, no tocante ao ensino superior, embora a parceria público-privada tenha continuidade, houve o fomento a programas de bolsas de estudos em universidades particulares²⁵ e de financiamento estudantil²⁶ e também a criação de reserva de vagas²⁷ em universidades públicas, para estudantes oriundos de escolas públicas.

A função da Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPT) passa a ser a promoção do desenvolvimento do país, pela oferta à sociedade de ensino, pesquisa e extensão, em sintonia com as demandas do ambiente local. Ocorre também o fomento à formação de professores, sobretudo, na área de Ciências. Além disso, a formação dos técnicos, tecnólogos e engenheiros em áreas específicas tem o objetivo de desenvolver os setores estratégicos da economia nacional (TAVARES, 2012).

Segundo Pacheco (2011), os pressupostos de EPT que devem nortear as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais referem-se à relação entre ciência, tecnologia e cultura como partes inerentes à vida humana e, simultaneamente, no desenvolvimento da habilidade de investigação científica, fundamental à construção da autonomia intelectual. O critério pedagógico desses institutos demonstra sua decisão de eliminar o modelo consolidado, por séculos, de relacionar com o conhecimento de modo fragmentado, trabalhando na eliminação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática e tendo a pesquisa como diretriz

²⁴ Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br>. Acesso em 19 fev. 2017.

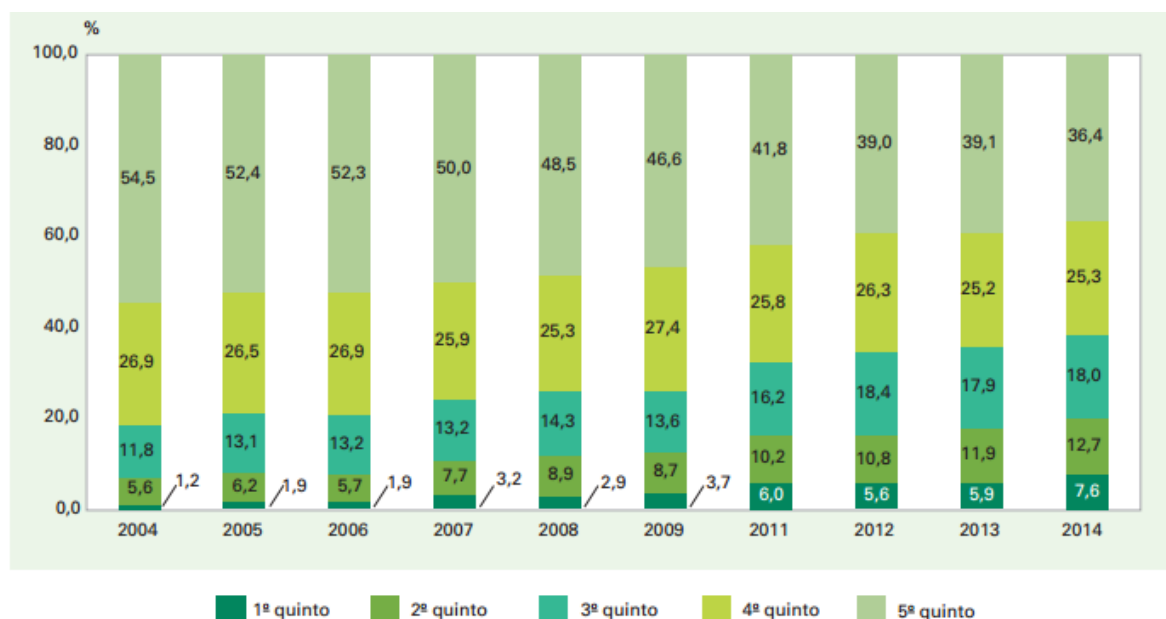
²⁵ O PROUNI – Programa Universidade para Todos é “um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que oferece bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.” Para mais informações: <http://siteprouni.mec.gov.br/>. Acesso em 19 fev. 2017.

²⁶ O FIES – “Fundo de Financiamento Estudantil é o programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).” Para mais informações: <http://fiessелеcao.mec.gov.br/>. Acesso em 19 fev. 2017.

²⁷ “A Lei nº 12.711/2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.” Para mais informações: <http://portal.mec.gov.br/cotas/sobre-sistema.html>. Acesso em 19 fev. 2017.

educativa e científica, bem como as atividades extensionistas como meio de comunicação permanente com a comunidade.

Figura 5 – Evolução da distribuição percentual de estudantes no ensino superior da rede pública, por quintos^a do rendimento mensal domiciliar per capita no Brasil – 2004-2014^b



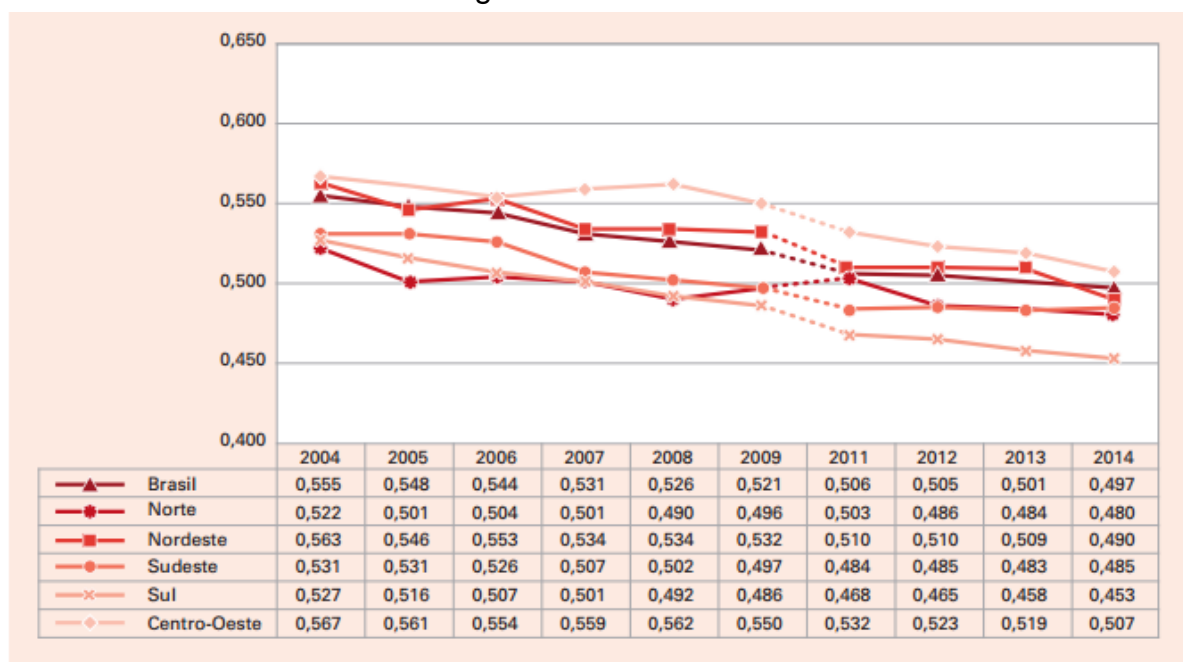
Nota:

- a) Divisão em quintos de renda: Divisão em 5 grupos, cada um com 20% das unidades desejadas. Assim, o primeiro quinto de renda possui as 20% unidades mais pobres, e o último quinto possui as 20% unidades mais ricas.
- b) Não houve pesquisa em 2010.

Fonte: IBGE (2015)

A figura acima mostra que, ainda que as pessoas mais ricas tenham mais acesso às vagas oferecidas, o ensino superior público foi, progressivamente, se tornando acessível ao público com menor poder aquisitivo, devido às políticas sociais adotadas no período.

Figura 6 – Evolução do Índice de Gini^a da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, no Brasil e suas Grandes Regiões – 2004 a 2014^b



Nota:

- Índice de Gini: Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (a perfeita igualdade) até 1 (a desigualdade máxima).
- Não houve pesquisa em 2010.

Fonte: IBGE (2015)

A figura acima revela que embora o Brasil ainda apresente um grau elevado de concentração de renda, as políticas novo-desenvolvimentistas permitiram a diminuição desse fenômeno no decorrer dos anos.

Dessa forma, entende-se que as decisões econômicas do período geraram condições para crescimento do mercado interno – pelos investimentos públicos, compras governamentais incentivando produtos nacionais, criação de empregos e elevação real do salário mínimo – e as políticas sociais adotadas, que fortaleceram políticas estruturantes e de natureza universal, aliados a ações com enfoque na equidade, redistribuição e afirmação, direcionadas a parcela da sociedade historicamente vulnerável – foram ímpares no esforço do combate à fome e à melhoria de indicadores sociais (CARNEIRO, BAGOLIN, TAI, 2016; IBGE, 2015; JANNUZZI, 2016), no que pese a necessidade de contínuas ações, em razão da situação dos índices brasileiros em comparação com os de outros países, bem como pela disparidades de resultados entre as regiões do país.

Ocorre que, como já dito, as medidas que tem sido propostas ou adotadas pelo governo brasileiro a partir de 2016 tratam-se de uma ruptura com a lógica de fortalecimento das políticas sociais; o que será tratado no próximo tópico.

2.3.1 Bem-vindo aos velhos tempos!

Após um período de várias conquistas no âmbito social do país, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), pode-se dizer que com a ascensão ao poder do Vice-Presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), após o *impeachment* da Presidenta Dilma em 2016, um novo plano de governo foi proposto, contrariando os princípios que nortearam a aliança feita entre os referidos partidos, quando das eleições em 2014²⁸.

Primeiramente, em outubro de 2015, o PMDB junto com a Fundação Ulysses Guimarães, publicou o documento denominado “Uma ponte para o futuro”²⁹, no qual continham iniciativas que, segundo os autores, constituíam “uma necessidade, e quase um consenso, no país” (p. 2). Posteriormente, o documento foi transformado e nomeado de “Travessia social: uma ponte para o futuro”, publicado em abril de 2016. Ambos os documentos revelam as bases do programa de governo de Temer, que assumiu a presidência, provisoriamente, em maio de 2016, e de modo definitivo em agosto de 2016.

Para Santos (2016), as propostas de governo de Temer se resumem em cinco eixos, sendo eles:

- a) Econômico: ajuste fiscal, clima favorável a negócios, reforma da previdência e reforma de leis trabalhistas;
- b) Infraestrutura: programas de privatizações, concessões e atração de investimentos privados e estrangeiros;
- c) Social e Cidadania: geração de empregos, eficiência na saúde, reforma da educação, melhoria nas políticas de transferência de renda);
- d) Reconexão do Brasil com o mundo: gestão de crise, atração de investimentos, reconquista de confiança;

²⁸ <https://jota.info/artigos/democracia-e-programas-de-governo-uma-analise-documento-uma-ponte-para-o-futuro-26042016>. Acesso em 21 fev. 2017.

²⁹ Disponível em: http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf. Acesso em 21 fev. 2017.

e) Gestão pública: reforma para modernização do Estado e priorização de ações anticorrupção.

De acordo com a autora, assim como o governo de Fernando Henrique Cardoso, as concepções gerenciais do plano de governo de Temer são comprometidas com a visão neoliberal, o que faz com que haja uma diminuição da atuação direta do Estado na sociedade. Desse modo, considera-se que as propostas pemedebistas que estão em curso interferem significativamente nas áreas sociais, tais como educação, trabalho, saúde, previdência social e assistência social, e conseqüentemente produzirão efeitos nos rumos do desenvolvimento socioeconômico do país. Nesse sentido, serão discutidos brevemente dois itens das propostas do governo brasileiro que se relacionam diretamente com o tema proposto neste trabalho: o novo regime fiscal e a reforma do ensino médio.

Aprovada em ambas as Casas Legislativas³⁰, a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241, enumerada assim pela Câmara de Deputados ou PEC 55, pelo Senado Federal, que se transformou na Emenda Constitucional nº 95/2017, revela a essência da agenda política do governo Temer, bem como da agenda econômica do ministro Henrique Meireles. Com vigência a partir de 2017, a citada emenda impõe um limite definido pela inflação do ano anterior - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o aumento do gasto público federal, por um período de até 20 anos, com a possibilidade de revisão no 10º ano.

Comparando ações de outros países, inclusive desenvolvidos, como Holanda, Suécia e Dinamarca, no que se refere ao controle de seus gastos públicos, tal ajuste fiscal trata-se de uma invenção que privilegia a criação de um ambiente adequado aos negócios financeiros, sem relação com a experiência internacional ou respaldo teórico (VASQUEZ, 2016; MARQUES; ANDRADE, 2016).

Segundo Theodoro (2016), a falácia da proposição encontra-se na crença de que os juros altos deve-se basicamente ao descontrole dos gastos públicos. Nas palavras do autor:

³⁰ Interessante observar que a aprovação da referida Emenda Constitucional ocorreu mesmo com a declaração e devida justificativa do Ministério Público sobre a inconstitucionalidade da medida (Disponível em <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/nota-tecnica-pgr-sri-no-082-2016-pgr-00290609-2016.pdf>. Acesso em 23 fev. 2017) e com grande reprovação da sociedade, auferida após consulta pública pelo Senado Federal (<https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=127337>. Acesso em 23 fev. 2017).

É bom que se diga que esse argumento da queda dos juros já foi utilizado antes em pelo menos duas ocasiões (...) E por que o discurso da queda automática da taxa de juros não se tornou realidade? Porque no Brasil, a despeito das expectativas dos economistas ora no governo, o mercado financeiro não se comporta como um regime de concorrência perfeita. Ao contrário, trata-se de um mercado extremamente oligopolizado, concentrado em poucas instituições bancárias que atuam e influenciam diretamente no custo do dinheiro fazendo valer seus interesses mais imediatos em detrimento muitas vezes do interesse geral (THEODORO, 2016, p. 2-3).

O novo regime fiscal brasileiro prioriza o pagamento da dívida pública e seus encargos, uma vez que esse gasto não se limita ao teto imposto, em detrimento da execução de políticas sociais e da exploração da capacidade do Estado em atuar na implementação de ações com vistas ao desenvolvimento do país. Nesse sentido, para demonstrar o poder devastador dessa medida para a área educacional, Amaral (2016) analisou quantitativamente seus impactos para Plano Nacional de Educação (2014-2024)³¹ e concluiu, com base em comparações entre valores realizados, para a manutenção e desenvolvimento da educação desde 1990 até 2015, e a serem realizados a partir de 2016, que o alcance das metas do referido plano será inviabilizado, decretando a “morte” de um documento amplamente discutido e elaborado pela sociedade, bem como “podendo provocar um imenso retrocesso na pirâmide social brasileira, cuja base se alargou consideravelmente nos últimos anos, justamente devido à adoção de políticas de distribuição de renda e inclusão social.” (AMARAL, 2016, p. 671).

Outra mudança na área da educação que se faz presente na agenda de Temer é a reforma do ensino médio brasileiro. Tal reforma foi efetuada pelo governo por meio de uma Medida Provisória - MP (nº 746/2016), ou seja, por um instrumento que materializa o poder legislativo do Executivo, o que já gerou grande revolta por parte da sociedade, principalmente educadores, devido ao caráter antidemocrático da medida. O Senado Federal abriu consulta pública³² e, mais uma vez, o resultado foi a reprovação da matéria pela maioria participante. Apesar disso, ambas as Casas

³¹ Aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) tem como diretrizes, dentre outras, a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade da educação e a valorização dos profissionais da educação, por meio da execução de estratégias bem definidas para o alcance de 20 metas estipuladas no documento.

³² Disponível em <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=126992>. Acesso em 23 fev. 2017.

Legislativas a aprovaram. Assim, a MP foi transformada na Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

Para Frigotto (2016), a essência da reforma efetuada refere-se à legalização de um “apartheid social” na educação brasileira. Para ele, como os proponentes da ação são adeptos às ideias neoliberais do Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, por exemplo, entendem que a educação deve se ajustar às demandas de mercado. Ademais, o autor caracteriza tal reforma como pior do que a realizada na época da Ditadura Militar, uma vez que visa a profissionalização compulsória somente para quem estuda na escola pública, isto é, para os filhos da classe trabalhadora. Sob o argumento de que há muitas disciplinas desinteressantes, o foco da mudança proposta é retirar ou diminuir carga horária de matérias como filosofia, sociologia, história e geografia, tão essenciais para a formação do pensamento crítico. Nas palavras do autor:

Uma reforma que retrocede ao obscurantismo de autores como Desttut de Tracy que defendia, ao final do século XIX, ser da própria natureza e, portanto, independente da vontade dos homens, a existência de uma escola rica em conhecimento, cultura, etc., para os que tinham tempo de estudar e se destinavam a dirigir no futuro e outra escola rápida, pragmática, para os que não tinham muito tempo para ficar na escola e se destinavam (por natureza) ao duro ofício do trabalho (FRIGOTTO, 2016, p. 330).

Nessa direção, cabe ressaltar as características marcantes das reformas educacionais da América Latina. Principalmente no Brasil, como já citado, as medidas reformantes caracterizam-se por intervenções pelos órgãos competentes da área educacional, com base nos preceitos de agências multilaterais, sob razões direcionadas para a economia, com forte busca consensual, entretanto, com vistas à universalização do modo de produção capitalista. Representam, portanto, uma tentativa de “construção de um novo pacto social” (JUNIOR; MESSINA, 2016, p. 133).

Vão ao encontro dessa assertiva as diversas ações midiáticas que o Governo Federal realizou nos últimos tempos, para rebater críticas de especialistas e tentar convencer a população de que a reforma seria necessária. Milhões de reais foram gastos pelo Ministério da Educação (MEC) para o pagamento de serviços de

propaganda³³ na internet, a canais de *youtubers*, e na televisão, para emissoras, no que pese seu fracasso na busca de legitimação, tendo em vista o resultado da consulta pública do Senado Federal.

Um outro fato incomum, ocorrido nesse período de tentativa consensual sobre a referida reforma, refere-se à decisão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao MEC, de não divulgar o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2015, referente às escolas que oferecem ensino médio integrado à educação profissional, dentre elas, as unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, justificada sob a égide de mudança de legislação sobre a divulgação desses resultados.

Com a publicação sem as citadas escolas, a presidenta do INEP, Maria Inês Fini, afirmou³⁴ que tais resultados reforçavam a necessidade de se reformar o ensino médio brasileiro, “porque fará com que a escola seja mais amigável, mais acolhedora e esteja de acordo com a trajetória de vida dos alunos.” Após tal medida repercutir negativamente na sociedade³⁵, o governo declarou³⁶ ter havido um equívoco na interpretação da legislação por parte da equipe técnica que processa os resultados. Logo, eles foram reprocessados e a divulgação completa foi efetuada depois de alguns dias. Embora entenda-se que o ranking do ENEM possua diversas especificidades que devem ser contextualizadas, o que não se cabe fazê-las neste trabalho, a nova divulgação revelou que das dez escolas com as melhores médias gerais, sete³⁷ pertencem à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Sendo assim, em síntese, percebe-se que o momento atual brasileiro reflete uma conjuntura que conspira em direção a mudanças de caráter cada vez mais neoliberais, fortemente marcadas pela conduta do próprio governo, por meio de sua

³³ Disponível em:

- <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/02/1859532-governo-paga-youtubers-para-fazer-elogios-as-mudancas-do-ensino-medio.shtml>. Acesso em 23 fev. 2017.

- <https://www.youtube.com/watch?v=kdERkLO3eTs>. Acesso em 23 fev. 2017.

³⁴ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/10/resultado-do-enem-por-escola-expoe-necessidade-de-reforma-do-ensino-medio>. Acesso em 24 fev. 2017.

³⁵ O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) enviou ofício ao INEP, com pedido de reunião, para esclarecimento sobre a ocorrência. Disponível em http://portal.conif.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=624:conif-solicita-inclusao-da-rede-federal-no-resultado-do-enem&catid=100&Itemid=558. Acesso em 24 fev. 2017.

³⁶ Disponível em http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/divulgacao-dos-resultados-dos-institutos-federais-no-enem-2015-por-escola/21206. Acesso em 24 fev. 2017.

³⁷ Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/enem-federais-militares-e-tecnicas-sao-publicas-com-melhor-desempenho>. Acesso em 24 fev. 2017.

burocracia, na tentativa de legitimação desses objetivos, ainda que para isso seja necessário enfraquecer os resultados de políticas sociais adotadas.

Essa evidência se torna mais grave quando se observa que a finalidade de levar toda uma sociedade a questionar o papel do Estado, na condução de ações que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do país, não encontra propostas alternativas da sociedade civil. Nesse círculo vicioso, o preocupante é que a sociedade terá noção dos reais efeitos dessas medidas somente após uma ou mais gerações. Nas palavras de Frigotto (2000):

O desmonte do Estado nestas áreas significa desmonte de direitos. Os efeitos do abandono do Estado no campo da saúde e educação básica nos oferecem um quadro perverso. Trata-se de uma violência, incomensuravelmente maior que a dos arrastões. Há, pois, que se ampliar o papel do Estado nestas áreas (FRIGOTTO, 2000, p. 186).

Nesse sentido, infere-se que embora as políticas novo-desenvolvimentistas não tenham alterado a lógica capitalista de produção e modo social, logrou êxito na expansão da educação pública, principalmente de nível superior, considerada pela crítica da Teoria do Capital Humano como uma alternativa à educação puramente tecnicista. No que pese ainda haver muitos aspectos a serem melhorados, os níveis de desenvolvimento socioeconômico da nação foram aperfeiçoados durante o período conhecido pela adoção de políticas novo-desenvolvimentistas. Com o seu esgotamento, o que se vê é um fenômeno que prioriza o capital e tende a prejudicar a execução de políticas sociais, enfraquecendo o papel do Estado na condução de políticas que beneficiem a todos. Logo, o ambiente atual parece contraditório ao conceito complexo e amplo que se entende sobre o desenvolvimento.

É nesse contexto de mudança de visão de Estado que se encontra o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, atuando na execução da política pública educacional. Para ilustrar, de forma prática, como as atuais medidas governamentais tem afetado a política pública, no âmbito da educação, é interessante citar um trecho da mensagem de fim de ano, em 2017, do Reitor do IFSP:

No encerramento das atividades deste ano é preciso destacar que, a despeito de 2017 ter sido para todos os Institutos e Universidades Federais um dos anos mais difíceis em função das decisões governamentais de congelamento dos recursos para a Educação (Emenda 95, aprovada pelo Congresso Nacional), várias conquistas foram obtidas pelo IFSP, fruto da união da reitoria com as gestões dos câmpus e da participação ativa de servidores e estudantes³⁸.

Logo, torna-se evidente que a mudança de estratégia de desenvolvimento do atual governo, além de significar o desmonte do projeto anterior (novo-desenvolvimentista), com forte enfraquecimento do apoio financeiro á educação pública, refere-se a uma proposta de desenvolvimento via mercado; o que resgata e fortalece as ideias de Schutz sobre a teoria do Capital Humano que, como se viu, encontram-se na contramão do pleno desenvolvimento.

Assim, levando em consideração os objetivos do presente trabalho, na próxima seção serão apresentadas, de forma detalhada, suas características.

³⁸ Disponível em <https://www.ifsp.edu.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/383-mensagem-do-reitor>. Acesso em 16 jan. 2018.

3 UMA NOVA SOLUÇÃO NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

As políticas públicas são resultantes de um modelo estratégico escolhido por um governo e refletem no desenvolvimento de um país. Como foi visto, as medidas novo-desenvolvimentistas adotadas no Brasil contribuíram para a melhoria de indicadores sociais, sobretudo, na área da educação, por meio da expansão da oferta de ensino público. Nesse sentido, esta seção aborda as relevantes facetas do IFSP e do Câmpus São João da Boa Vista, de forma a demonstrar como se caracteriza um dos modelos institucionais que o governo federal brasileiro adota, atualmente, para a execução de sua política pública na área de educação profissional e tecnológica. Além disso, a presente seção tem como objetivo revelar as condições contextuais em que se encontra o objeto de estudo deste trabalho.

3.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Pode-se dizer que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira encontra-se fundamentada numa trajetória de mais de 100 anos, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909, de acordo com o descrito na Seção 2. Em 1937, tais escolas foram transformadas em Liceus Profissionais. Posteriormente, em 1959, passaram a ser denominadas Escolas Técnicas Federais. Com diversas mudanças no campo educacional, diante das conflituosas visões sobre a função da educação profissional, retoma-se, em 1999, a transformação dessas escolas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, iniciado em 1978 (MEC, 2009). Foi somente em 2008, que a maioria desses centros foram transformados em Institutos Federais, expandindo quantitativa e qualitativamente, de modo sem precedentes, o ensino profissional e tecnológico brasileiro. Cumpre esclarecer que a Rede ainda é constituída por instituições que não se tornaram Institutos Federais, porém oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois CEFETs, vinte e cinco escolas vinculadas a Universidades Federais, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica³⁹.

Por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais, que são:

³⁹ Disponível em <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso em 10 abr. 2017.

(...) instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (...) equiparados às universidades federais (BRASIL, 2008, p. 1).

Assim, o status de universidade conferido aos Institutos Federais reforça a necessidade do cumprimento, por essas instituições, do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Mais que isso, tais entidades foram concebidas com a finalidade do desenvolvimento local⁴⁰ e regional de onde se instala. Nas palavras de Pacheco:

É nessa perspectiva que a decisão de estabelecer os Institutos Federais como política pública representa trabalhar na superação da representação existente: a de subordinação quase absoluta ao poder econômico. Significa também estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública – com as singularidades que lhe são próprias –, passando a atuar como uma rede social de educação profissional, científica e tecnológica. Na compreensão de seu trabalho coletivo, os institutos, da diversidade sociocultural, reúnem princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação em sintonia com os valores universais do ser humano, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura (PACHECO, 2011, p. 20).

Tendo em vista seu caráter educacional amplo, destacam-se como finalidades da instituição, definidas na lei de criação: a) ministrar educação profissional de nível médio, de forma prioritária em cursos integrados, aos egressos do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; b) oferecer cursos de formação inicial e continuada aos trabalhadores, com vistas à capacitação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à atualização de profissionais; c) realizar pesquisas aplicadas, com incentivo ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, ampliando seus benefícios à comunidade; d) executar ações de extensão em consonância com as diretrizes da educação profissional e tecnológica, em integração com o mundo do trabalho e os setores sociais, priorizando a geração e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e, e) fomentar e apoiar ações

⁴⁰ Como será visto adiante, o projeto “IFSP: Conheça-nos” estava alinhado com essa perspectiva sobre a razão de existir do Instituto Federal.

educativas que direcionem à geração de trabalho e renda e à autonomia do cidadão, no tocante ao desenvolvimento local e regional.

Além disso, a educação de nível superior encontra-se no rol de seus objetivos, mediante o oferecimento de cursos superiores de tecnologia direcionados aos diversos setores da economia; cursos de licenciatura e de formação pedagógica, enfatizando a formação de professores para a educação básica e para a educação profissional; cursos de bacharelado e engenharia, em diversas áreas do conhecimento e necessários para os diferentes setores da economia; cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização; e cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para o processo de geração e inovação tecnológica.

(...) [O Instituto Federal] passou a ter autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior. Ainda passou a exercer papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais (IFSP, 2014, p. 46).

Em decorrência desses objetivos, a lei estabeleceu ainda que a ação acadêmica do Instituto Federal deve garantir, a cada ano, ao menos 50% de suas vagas para o ensino profissional de nível médio, bem como o mínimo de 20% de suas vagas para os cursos de licenciatura e formação pedagógica, reforçando seu estratégico papel na formação de força de trabalho para a sociedade. Mais que isso, no caso do IFSP, com base nos seus princípios filosóficos e pedagógicos, entende-se que

O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho. Nessa direção, a ideia de formação integrada se configura, buscando a superação da noção historicamente construída de divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a profissionalização incorpora valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, ao integrar a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa (IFSP, 2014, p. 148).

Segundo o documento legal, a administração da autarquia deve ser realizada por dois órgãos superiores, presididos pelo Reitor da instituição, sendo eles: o

Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, composto pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada câmpus que a integram; e o Conselho Superior, de natureza consultiva e deliberativa, composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos concluintes da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, com representação paritária dos segmentos descritos. Ademais, o órgão executivo da política educacional da instituição é constituído pela reitoria, representada pelo próprio Reitor mais cinco Pró-Reitores.

Para formar o quadro de servidores efetivos para a execução da nova política educacional, quando da criação dos IFs, a lei redistribuiu os técnico-administrativos e docentes dos CEFETs, bem como seus cargos e funções vagos, possibilitando a formação do quadro de pessoal das novas instituições. Salienta-se que, atualmente, os cargos administrativos, divididos em níveis de escolaridade, são integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE (Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005⁴¹); já os docentes, concluintes ao menos de curso de graduação, pertencem ao Plano de Carreira e Cargos do Magistério Federal (Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012⁴²).

Embora em alguns estados da federação tenha sido criado mais de um IF, no estado de São Paulo estabeleceu-se somente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, uma autarquia subordinada ao Ministério da Educação (MEC), com sua Reitoria estabelecida na capital do estado (BRASIL, 2008). Ressalta-se que a instituição teve origem com a Escola de Aprendizizes e Artífices de São Paulo, criada em 1909; passando pelas outras denominações citadas acima antes de se tornar o IFSP (IFSP, 2014).

Acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho, e com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil, busca **construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento (IFSP, 2014, p. 29) (grifo da autora⁴³)**.

⁴¹ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>. Acesso em 10 abr. 2017.

⁴² Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm>. Acesso em 10 abr. 2017.

⁴³ O período grifado refere-se à missão institucional do IFSP, estabelecido no seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018.

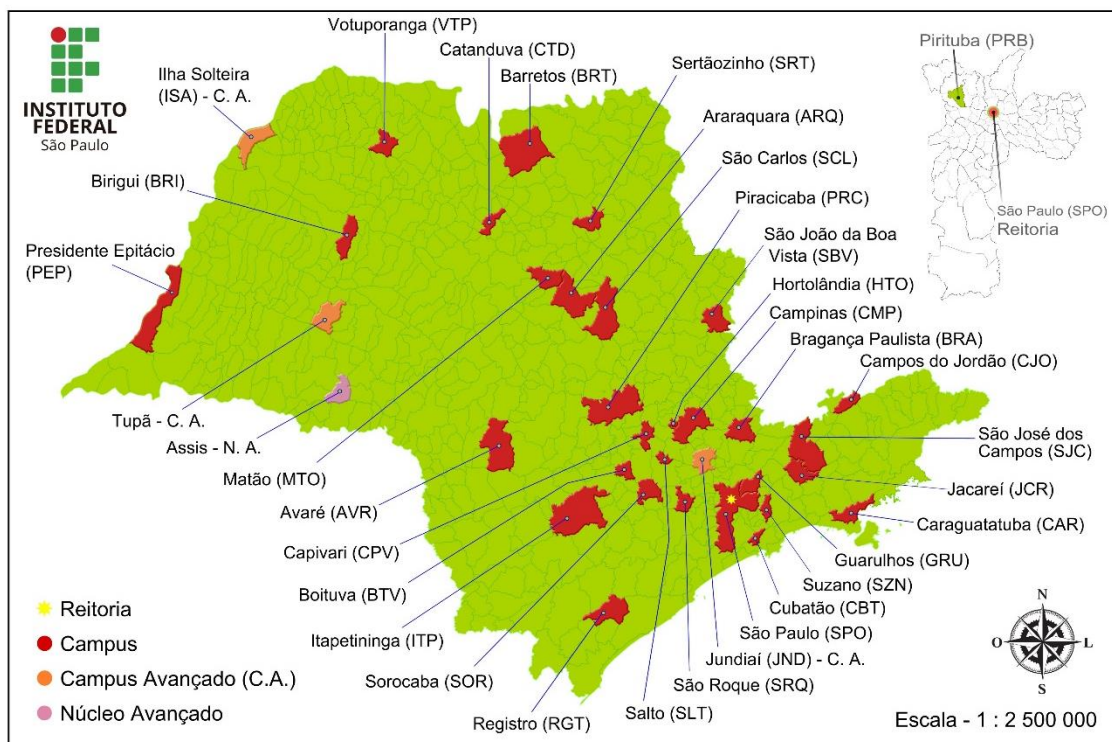
Com relação à sua estrutura organizacional, o IFSP conta com os Órgãos Superiores já citados (Conselho Superior e Colégio de Dirigentes), Órgãos Colegiados (Conselho de Ensino, de Pesquisa e Inovação e de Extensão), Órgãos Executivos (Reitoria; Órgãos de apoio; Pró-reitorias – Ensino; Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação; Extensão; Desenvolvimento Institucional; e Administração – Ouvidoria e Comissão de ética) e Órgãos Descentralizados (Câmpus, Polos de Educação à Distância, Núcleos Avançados e Unidades de Educação Profissional – UEP), de acordo com o seu Regimento Interno (IFSP, 2013).

Quando da transformação dos CEFETs em Institutos Federais, a lei estabeleceu que as unidades de ensino que constituíssem a estrutura organizacional do órgão transformado, passariam, de forma automática, à condição de câmpus da nova instituição. Logo, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014-2018, o IFSP já nasceu com dez câmpus, sendo eles, por ordem de início de atividade:

- São Paulo – Fevereiro de 1910
- Cubatão – Abril de 1987
- Sertãozinho – Janeiro de 1996
- Guarulhos – Fevereiro de 2006
- São João da Boa Vista – Janeiro de 2007
- Caraguatatuba – Fevereiro de 2007
- Bragança Paulista – Julho de 2007
- Salto – Agosto de 2007
- São Carlos – Agosto de 2008
- São Roque – Agosto de 2008

Atualmente, o IFSP constitui-se por mais de trinta unidades constantes na figura abaixo:

Figura 7 – Mapa dos câmpus do Instituto Federal de São Paulo - 2016



Fonte: Site do IFSP⁴⁴.

Interessante citar o caráter democrático para escolha do Reitor e dos Diretores de câmpus. A consulta à comunidade consiste num processo eleitoral, cujos segmentos votam nos candidatos de sua preferência. O voto de cada tipo de público participante (discente, técnico-administrativo e docente) é paritário, ou seja, cada segmento equivale a um terço dos votos. Assim, o primeiro Reitor do IFSP, em caráter *pro tempore*, foi o Prof. Arnaldo Augusto Ciquiello Borges e o primeiro reitor eleito da instituição, o Prof. Eduardo Antonio Modena, resultante do processo eleitoral realizado em 2012 (IFSP, 2014), estando até hoje na mesma função em decorrência de sua reeleição em 2016.

No que se refere às diretrizes de gestão, de acordo com o PDI 2014-2018, pode-se destacar, tendo em vista os objetivos deste trabalho, o intento de formar a identidade da instituição; tarefa que vem sendo pouco desenvolvida; e de facilitar o acesso às informações, uma vez que viabiliza a participação efetiva das pessoas nas decisões.

⁴⁴ Disponível em <http://www.ifsp.edu.br/index.php/mapa-dos-campi.html>. Acesso em 10 abr. 2017.

Além disso, conforme o referido documento, a proposta pedagógica da instituição pauta-se numa organização verticalizada, da Educação Básica à Superior. Esse esquema possibilita aos estudantes o compartilhamento de locais de aprendizagem e uma jornada de formação do curso de nível médio/técnico ao, eventualmente, doutorado na instituição, e ainda viabiliza a atuação dos professores nos diversos níveis de ensino.

No tocante à pesquisa, o documento norteador se refere a ela como aquele princípio pedagógico que estimula a curiosidade do aluno em convergência ao ambiente que o cerca. Tal atitude de inquietude diante da realidade, otimizada pela pesquisa, colabora para que o indivíduo busque respostas, ou na forma aplicada, ou na denominada pesquisa de base acadêmica, como também em outras ações de pesquisa, gerando um fenômeno involuntário de (re)construção de conhecimento.

Ao mesmo tempo, é fundamental que essa (re)produção de conhecimento esteja orientada por um sentido ético, potencializando a concepção de pesquisa, assim como de ciência e de desenvolvimento tecnológico, comprometida com a produção de conhecimentos, saberes, bens e serviços que tenham como finalidade melhorar as condições da vida coletiva e não apenas produzir bens de consumo para fortalecer o mercado e privilegiar o valor de troca (IFSP, 2014, p. 159).

Desde a sua consolidação como Instituto Federal, a entidade realiza ações de extensionistas em suas práticas educativas, de acordo com a legislação. Entretanto, em meados de 2015, o Reitor aprovou o Regulamento das ações de extensão do IFSP, por meio da Portaria nº 2.968, de 24 de agosto de 2015. Reforçando o papel social da escola, dentre os princípios da extensão, destacam-se: a) formação de consciência crítica nos diversos atores envolvidos; b) ações que compreendam atividades formativas, culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológica e promovam a relação com a comunidade; c) promoção do desenvolvimento sociocultural e regional sustentável, com vistas à diversidade cultural e defesa do ambiente e direitos humanos, e d) ações baseadas no interesse e no arranjo produtivo local, a serem articuladas em consonância com a competência dos docentes, técnico-administrativos e discentes da instituição. Ademais, o documento estabelece que são consideradas ações de extensão: programa, projeto, curso de extensão, eventos e prestação de serviços, sendo estas atividades desenvolvidas, fomentadas, orientadas, acompanhadas e avaliadas pela Pró-Reitoria de Extensão

(PRX) do IFSP e pela Coordenadoria de Extensão, no âmbito dos câmpus (IFSP, 2015).

Por fim, são partes marcantes que caracterizam o IFSP suas políticas para acesso e permanência dos alunos na escola. Cabe ressaltar que em todas as formas de ingresso de estudantes são seguidos os percentuais e procedimentos estabelecidos pela Lei nº 12.711/2012, alterada pela Lei nº 13.409/2016, que define a reserva de vagas para candidatos oriundos de escolas públicas, para candidatos pretos, pardos e índios e, com a última alteração, para pessoas com deficiência. Conforme o PDI 2014-2018, o Programa de Assistência Estudantil tem como principais objetivos a democratização das condições de permanência dos alunos, a diminuição das desigualdades sociais, a redução da evasão e a promoção da inclusão social. Para tanto, realizam-se ações que atendem a toda a comunidade discente, e ações específicas, para o atendimento do aluno que se encontra vulnerável socialmente. Em complementação, há também iniciativas de caráter pedagógico, como, por exemplo, serviços de orientação educacional, que acompanham as dificuldades no desempenho dos estudantes, propondo soluções no âmbito escolar.

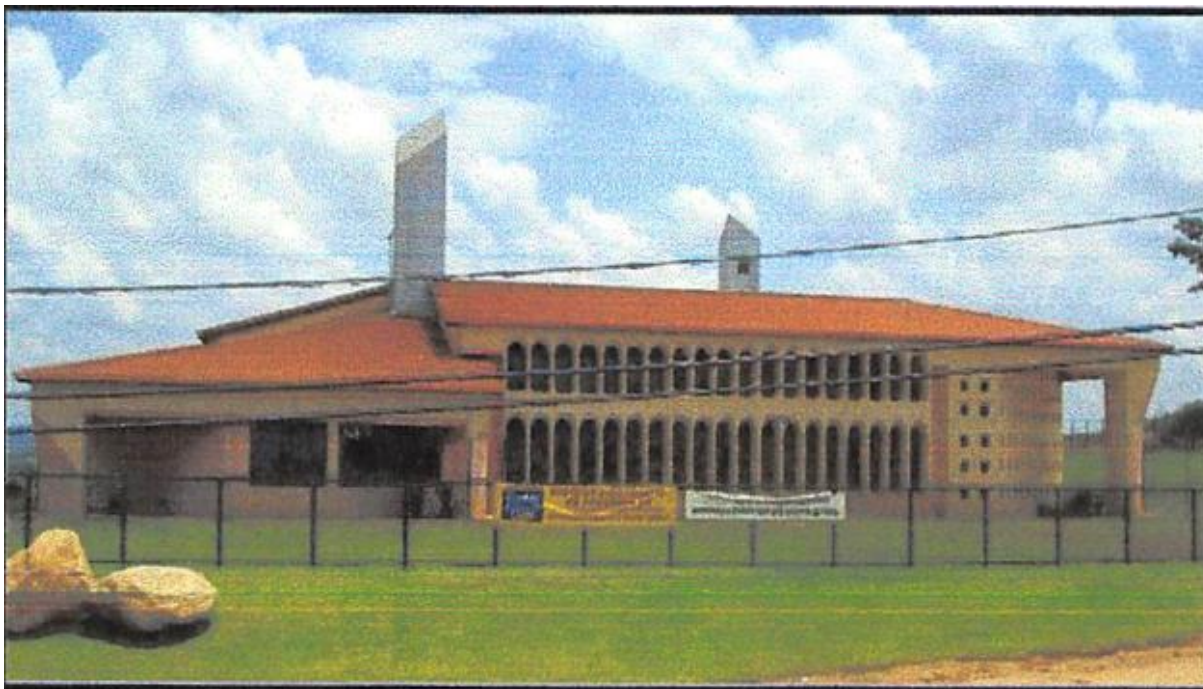
3.2 Os primórdios do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP: o Centro de Educação Profissional de São João da Boa Vista (CEPRO)

Pode-se dizer que o Câmpus São João da Boa Vista do IFSP é fruto da “cefetização” do Centro de Educação Profissional de São João da Boa Vista (CEPRO). Segundo Gianelli (2010), o CEPRO de São João foi idealizado nos anos 1998 e 1999, no governo FHC, por alguns empresários e representantes de órgãos públicos do município, que aproveitaram a oportunidade da legislação sobre educação profissional da época, apresentada na Seção 2, e elaboraram um projeto para que fosse instituída uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, no âmbito do PROEP, com a finalidade de oferecer cursos básicos de qualificação, requalificação e reprofissionalização.

Com a aprovação do projeto pelo PROEP, ocorreu a assinatura do convênio nº 195/1999, entre a organização e o Ministério da Educação, e a obra do prédio teve início no mesmo ano, em um terreno na periferia de, aproximadamente,

60.000m², doado pelos empresários Paulo Roberto Merlin e Flávio Augusto do Canto.

Figura 8 – Fachada do CEPRO (2006)



Fonte: CEPRO (2006)

Em 2004, o empreendimento foi inaugurado, contendo seis salas de aula, um refeitório, um auditório de cento e cinquenta lugares e onze laboratórios, sendo eles de eletroeletrônica, biotecnologia, análise química, telecomunicações, informática, línguas, automação e microbiologia (CEPRO, 2006). Cabe elucidar que, como exceção do laboratório de informática, os demais não eram totalmente equipados, tampouco utilizados. Ressalta-se ainda que o auditório denomina-se (até hoje) “Luiza Helena Nogueira”, em homenagem ao brilhante trabalho desenvolvido pela ex-secretária do CEPRO, falecida em 2006.

Alinhada às premissas da legislação da época, a escola tinha como objetivo norteador a implantação e desenvolvimento de um centro de formação e qualificação profissional de alto nível, em atendimento à crescente demanda de indústrias e empresas instaladas no município e sua região. Para tanto, atuava em três frentes: cursos técnicos profissionalizantes, cursos básicos de qualificação e requalificação, bem como prestação de serviços, a partir dos concluintes dos cursos, conforme retrata a Figura 9.

A Educação Profissional desenvolvida pelo CEPRO, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e tem a finalidade de preparar jovens e adultos para o desempenho de ocupações qualificadas, cujo nível de complexidade demande formação profissional metódica e permita a duração reduzida, com o propósito de acelerar o atendimento às necessidades da clientela e do mercado de trabalho, ambos da região atendida (CEPRO, 2006, p. 3).

Figura 9 – Notícia sobre a prestação de serviços dos alunos do CEPRO à comunidade sanjoanense

QUARTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2005 O MUNICÍPIO LOCAL - PÁGINA

Cepro oferece Inclusão Digital à população

Alunos do curso de Informática do Cepro irão capacitar mais de 300 sanjoanenses a partir da próxima semana

ANA CLAUDIA CAMARA
saomunicipio@hotmail.com

Já diz o ditado: "é dando que se recebe". Entretanto, a reproca também é verdadeira, como mostra uma recente parceria firmada entre o Cepro Centro de Educação Profissional de São João da Boa Vista e a Prefeitura local. Por meio desta, os alunos bolsistas do curso de Informática do Cepro (mediante convênio entre a Prefeitura e a Escola Técnica, que oferece 100 bolsas para alunos da rede pública estadual de ensino) serão orientadores de mais de 300 pessoas, selecionadas pelo Departamento de Promoção Social, em um projeto de "Inclusão Digital".

isto significa que, exatamente 360 sanjoanenses – entre jovens e adultos – farão o curso básico de informática de graça neste semestre. A idade mínima exigida na hora da inscrição – que continua a ser de 12 anos (alunos da 6ª série).

A secretária do Cepro, Luísa Helena Nogueira informou que as aulas ocorrerão de segunda-feira a sábado e estão programadas para terem início no dia 25. Ao todo, serão 12 turmas, com 20 alunos em cada uma. "O curso de Inclusão Digital contará com 40 horas, sendo duas horas semanais, quando os inscritos renderão como trabalhar em Word, windows, excel internet. Ao final do curso, os receberão certificados", explicou.

Cada turma contará com quatro monitores, os quais teriam o segundo módulo do curso de informática oferecido pelo Cepro. Lembrando que eles foram certificados nos cursos passados. A coordenação do professor Robinson Stelli Boaro, também coordenador da informática na Escola Técnica.

O projeto tem o objetivo de oferecer mil inclusões digitais, entre 2005 e 2006.

mais esta experiência: ensinar. Foi uma surpresa para todos nós, alunos do Cepro. Acho que os dois lados sairão ganhando: tanto nós, quanto os novos alunos", concluiu Lúcio de Moraes Garboça, um dos monitores.

Mais informações podem ser obtidas no Cepro, pelo telefone (19) 3633-5558.

NA PRÁTICA
Sandra Nogueira Nunes tem 43 anos e está matriculada no curso de Inclusão Digital. Por meio de informações de algumas amigas, ela soube que o curso iria ocorrer e logo garantiu sua vaga. "Eu não mexo um pouco no computador, mas por curiosidade. Nunca fiz um curso. Agora, vai ser muito mais fácil", disse Sandra, a qual considerou "uma boa idéia" esta parceria.

Ela trabalha com o marido, que é torneiro mecânico em uma oficina, onde vende peças e oferecem outros serviços, e utiliza a computação. "O fato de ser gratuito me motivou muito porque eu já tinha pensado em fazer, mas em primeiro lugar coloco meus filhos. Então, se tivesse que pagar pagaria aulas para eles", falou a zelosa mãe, de três filhos, os quais têm 13, 14 e 15 anos.

Também matriculados no curso estão Marcos Evangelista da Silva, 35 anos, e a filha dele Leticia Carolina Rodrigues da Silva, 14 anos. Ele confessou que não tem nenhuma noção de informática, mas acredita que o curso será fundamental para aperfeiçoar seu currículo. "Sou autônomo. Trabalho em um buffet e tenho certeza que o curso irá ajudar a melhorar minhas condições de acesso ao mercado de trabalho, que hoje sempre exige informática", disse.

"Minha filha fará as aulas aos sábados, porque durante a semana ela estuda na Escola Cel. Joaquim José".

Foto: Reinaldo Benedetti



▲ Gabriela Ribeiro do Prado faz a organização das fichas de inscrições

Até o momento, 310 alunos foram selecionados pela Promoção Social. A diretora deste Departamento, Ofélia Chirari, informou que a demanda de jovens para o curso já existia. "Estamos fazendo a seleção no entorno da escola, como nos bairros Maestro Mourão, Vila 1ª de Maio, Recanto do Jaguari e Durval Nicolau, para facilitar a ida dos alunos às aulas, que serão ministradas no próprio Cepro", falou.

A diretora ainda ressaltou que está cadastrando mais pessoas de uma mesma família e visando a condição financeira da mesma. "A procura maior é dos adolescentes, mas os adultos também podem participar. Para isso estamos estudando as dificuldades deles em custear as aulas", disse Ofélia.

"É a aceitação que está sendo ótima! Hoje, a inclusão digital é tudo. O computador gera curiosidade junto aos jovens", completou a diretora.

Neste processo de seleção, a Promoção Social está sendo auxiliada por representantes de dois bairros: Rael Pasquini (Durval Nicolau) e Antônio Godoy Moreira (Recanto do Jaguari).

Ainda de acordo com a diretora, esta parceria surgiu a partir de uma iniciativa do Cepro. "Eles enviaram um pedido de parceria ao prefeito Nelson Nicolau – Ofício 67/05 – sugerindo a participação dos Departamentos de Educação e Promoção Social. E nós, da Promoção, entramos nesta empreitada", destacou Ofélia.

Já Luiza enfatiza que a idéia surgiu dos próprios alunos. "É uma forma deles estarem utilizando o fim social que o Cepro tem, atendendo a comunidade, e também de estarem iniciando uma espécie de estágio".

"É muito interessante também o aluno bolsista estar retribuindo o que ganhou ao município. Desta forma, nós estamos vendo um retorno maior que o esperado", acrescentou a secretária.

"Esta oportunidade é muito boa porque não é qualquer pessoa que poderia fazer um curso de informática desses. Além do mais, vamos ganhar

A meta é que mil pessoas façam o curso de Inclusão

Fonte: Jornal O Município de 17 de agosto de 2005 - Acervo pessoal da autora.

De acordo com a legislação do PROEP, para que pudesse cumprir sua missão de “garantir ao cidadão o direito ao desenvolvimento permanente de suas aptidões, tanto na vida profissional quanto na sociedade em que está inserido, inspirado nos princípios de liberdade e solidariedade humana” (CEPRO, 2006, p. 2), a organização do segmento comunitário deveria também desenvolver parcerias com os empresários locais e, sobretudo, com o governo municipal.

Assim, por meio da Lei municipal nº 1.437, de 01 de dezembro de 2004, foi autorizado a celebração de convênio com o CEPRO para o repasse do valor de R\$184.080,00, dividido em seis meses, destinado a garantir a gratuidade nos cursos técnicos, de agronegócios e informática, a cento e cinquenta alunos da rede pública do ensino médio. Salienta-se que, como o curso de agronegócios não foi aberto, o repasse referente a cinquenta alunos não foi efetuado como previsto. Em 2005, pela Lei municipal nº 1.622, de 15 de julho de 2005, houve o aditamento do convênio anterior, no valor de R\$204.514,61, agora para continuidade do curso de informática e início do curso de eletroeletrônica, em substituição ao curso de agronegócios. Para a manutenção dos cursos em vigência no ano de 2006, foi aprovada a Lei municipal nº 1.823, de 22 de março de 2006, com novo repasse no valor de R\$265.200,00.

Os alunos custeados pela prefeitura foram selecionados em quatro escolas públicas estaduais, localizadas no município, de acordo com os seguintes critérios: currículo dos alunos (conceitos e frequência escolar), renda familiar abaixo de dois salários mínimos, participação do estudante e sua família em atividades escolares e demais projetos. Ademais, os estudantes deveriam residir no município há, pelo menos, três anos. Esses estudantes oriundos das escolas públicas junto aos alunos do curso gratuito de Inclusão Digital representaram a maior parcela do total do público atendido pelo CEPRO, que somou mais de 1.500 atendimentos, por meio dos cursos propostos, eventos e palestras (CEPRO, 2006).

Ainda que tenham sido oferecidas vagas para alunos pagantes, dificilmente se formavam turmas com esse tipo de público. Alguns cursos chegaram a abrir inscrições, mas não tiveram início devido à falta de quórum. Pela estrutura administrativa “enxuta” da organização, muitos processos organizacionais não existiam, como, por exemplo, o de comunicação. A escola não possuía um site institucional na internet, fazendo com que as suas informações fossem divulgadas pelo “boca-a-boca” dos parceiros, empregados e estudantes, pelos cartazes afixados nos portões da escola, por um *outdoor* instalado ao lado do prédio, bem

como pelos jornais impressos da cidade. Assim, há um indicativo de que esse fato aliado à localização periférica da escola não colaborou para a sua popularização. Como será visto posteriormente, tal problema reflete até hoje no atual câmpus do Instituto Federal.

Nesse contexto, diante do fenômeno da “cefetização” dos centros profissionais e da dificuldade de celebração de novas parcerias para manutenção dos serviços, a diretora executiva Záida Brianezi, com a aprovação do Conselho Administrativo da ONG, obteve apoio de parlamentares na busca para a federalização do CEPRO de São João.

Logo, a cessão do uso do imóvel ao Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP) foi autorizada pela Lei Municipal nº 1.934, de 16 de novembro de 2006; e para o encerramento contratual dos empregados ativos, transferência de documentação dos trinta e um estudantes de eletroeletrônica, e finalização das atividades da ONG, foi repassado o valor de R\$19.000,00, autorizado pela Lei municipal nº 2.048, de 11 de abril de 2007. Importante citar o texto de uma das justificativas para a liberação do valor, constante do último documento, o qual revela a percepção do governante sobre a função da burocracia pública federal que se instalava no município: “Considerando que esta transferência é altamente vantajosa para os alunos, bem como para o Município que conseguirá formar mão de obra profissional sem dispêndios.” (SÃO JOÃO DA BOA VISTA, 2007).

3.3 De UNED do CEFET a Câmpus São João da Boa Vista do IFSP

Com o fenômeno da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Unidade de Ensino Descentralizada de São João da Boa Vista do CEFET-SP iniciou suas atividades no município em janeiro de 2007, com a autorização da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do MEC, pela Portaria Ministerial nº. 1.715, de 20 de outubro de 2006. Sua finalidade era de se tornar referência, na região leste do Estado de São Paulo, em educação técnica e tecnológica profissional pública, e sua missão a de “ser agente no processo de formação de cidadãos capacitados e competentes para atuarem em diversas profissões, pesquisas, difusão de conhecimentos e processos que

contribuam para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social da nação” (IFSP, 2014, p. 84).

Cabe destacar o salto de melhoria em infraestrutura que a escola obteve. De acordo com Gianelli (2010), novos laboratórios foram criados e equipados, houve a implantação da biblioteca comunitária, bem como dos serviços de orientação educacional e psicossocial, além da contratação de servidores, administrativos e docentes, por concurso público, e equipes de manutenção predial e vigilância patrimonial.

O primeiro curso do CEFET – UNED São João da Boa Vista foi o Técnico em Informática com habilitação em programação e desenvolvimento de sistemas. Nos dois anos de atuação, a unidade implantou ainda os seguintes cursos: Técnico em Automação Industrial, Superior de Tecnologia em Eletrônica Industrial e outros de formação inicial e continuada, tais como Informática Básica e Manutenção Elétrica. Salienta-se que também houve a continuidade do curso do CEPRO de Técnico em Eletroeletrônica, para que os alunos pudessem se formar (GIANELLI, 2010).

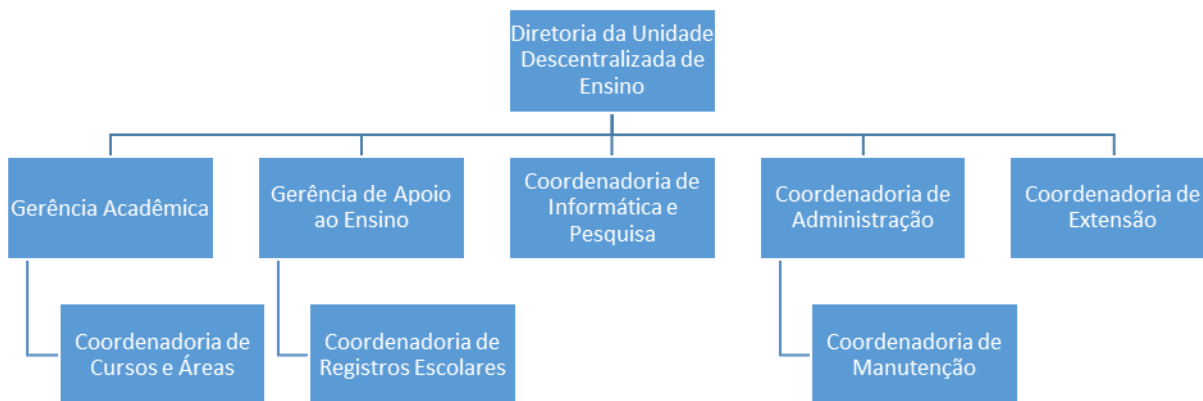
Quadro 2 – Cursos oferecidos no CEFET – UNED São João da Boa Vista (2007 – 2008)

Nível Técnico	1. Técnico em Informática; 2. Técnico em Automação Industrial; e 3. Técnico em Eletroeletrônica (CEPRO).
Nível Superior	1. Tecnologia em Eletrônica Industrial.
Formação Inicial e Continuada	1. Informática Básica; e 2. Manutenção Elétrica

Fonte: Elaboração da autora a partir de Gianelli (2010).

Para cumprir os seus propósitos, a Unidade de São João da Boa Vista contava com 13 técnico-administrativos e 16 docentes, no final de 2007, passando a ter 22 técnico-administrativos e 26 professores. Durante esse período, houve mais de quatrocentas matrículas nos cursos oferecidos (CEFET, 2007b; 2008). Além disso, a Unidade Descentralizada possuía a organização administrativa estruturada conforme abaixo, cuja Diretoria era representada pelo Prof. Yoshikazu Suzumura Filho.

Figura 10 – Estrutura organizacional da UNED São João da Boa Vista do CEFET-SP



Fonte: Regulamento Interno da UNED São João da Boa Vista (CEFET, 2007a).

Para os fins desse trabalho, é interessante citar que o Relatório de Gestão de 2007 aponta que naquele ano foi feita a divulgação dos cursos da UNED em jornais e escolas locais. Ademais, as ações de comunicação, como atividade de gestão, eram de responsabilidade compartilhada entre a Coordenadoria de Manutenção e a Gerência de Apoio ao Ensino, de acordo com o seu Regulamento Interno:

Art. 8º - Compete à Coordenadoria de Manutenção:

I. Acompanhar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com os setores de manutenção, vigilância, limpeza, transporte e comunicação.

(...)

Art. 9º - A Gerência de Apoio ao Ensino, órgão subordinado à Diretoria da Unidade e vinculado à Diretoria de Ensino, está incumbida de coordenar a implementação, controle e avaliação das atividades de caráter operacional do ensino, tendo como competências:

(...)

XII. Assessorar e comunicar os eventos escolares promovidos pelo corpo discente e docente.

(CEFET, 2007a, p. 3-4)

Criado para a oferta de ensino público federal gratuito, sobretudo dirigido para o atendimento de capacitação de mão-de-obra local e regional, o CEFET-SP, no ano

em que completou cem anos de atuação na educação profissional, inicia 2009 sob um novo modelo pedagógico e institucional, em decorrência da transformação dos CEFETs em Institutos Federais (IFSP, 2014) e, por consequência, suas unidades tornam-se câmpus. Logo, a UNED São João do CEFET-SP passou a ser o Câmpus São João da Boa Vista do IFSP.

Figura 11 – Fachada do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP – 2015



Fonte: Página do servidor João Paulo Pereira no Facebook (2015).

Pode-se dizer que a transformação do CEFET em Instituto Federal contribuiu para a ampliação do ensino público, sobretudo na área profissional e tecnológica. No Câmpus São João da Boa Vista do IFSP representou a melhoria da instituição em termos acadêmicos, de infraestrutura e gestão.

A partir de 2009, houve a expansão dos seus cursos (conforme Quadro 3), a disseminação da pesquisa e da extensão universitária, com o desenvolvimento de vários projetos e participação em eventos, o aumento de seu quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, bem como de sua estrutura organizacional, e a melhoria de sua infraestrutura, com a aquisição de equipamentos e materiais laboratoriais, didáticos e mobiliários, a contratação de diversos serviços de manutenção predial, a ampliação da biblioteca e a construção de novo bloco de laboratórios e salas de aulas; esta última com previsão de inauguração no ano de 2018.

Quadro 3 – Cursos oferecidos no IFSP - Câmpus São João da Boa Vista (2009 – 2017)

Nível Médio	<ol style="list-style-type: none"> 1. Técnico em Eletrônica integrado ao Ensino Médio; e 2. Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio.
Nível Técnico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Técnico em Manutenção e Suporte em Informática; 2. Técnico em Automação Industrial; 3. Técnico em Administração; 4. Técnico em Química; e 5. Técnico em Informática para Internet (à distância pela Rede e-Tec Brasil);
Nível de Graduação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tecnologia em Eletrônica Industrial; 2. Tecnologia de Sistemas para Internet; 3. Engenharia de Controle e Automação; 4. Tecnologia em Processos Gerenciais; e 5. Licenciatura em Ciências da Natureza, com habilitação em Química ou Física.
Nível de Pós-Graduação <i>Latu Sensu</i>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolvimento de aplicações para dispositivos móveis; e 2. Informática para a educação.

Fonte: Elaboração da autora.

Após dez anos de atuação no município, de acordo com a sua Coordenadoria de Registros Acadêmicos, a instituição possui mais de 1.200 alunos matriculados nos seus cursos e, segundo a Coordenadoria de Gestão de Pessoas, conta com 123 servidores, sendo 72 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 51 Técnico-administrativos em Educação, além de 14 Professores Substitutos⁴⁵.

À luz da realidade histórica do câmpus, assim como ocorre em várias unidades da instituição de acordo com Gianelli (2010), merece destaque a participação dos servidores e alunos de São João da Boa Vista em manifestações sindicais, na reivindicação de direitos relacionados à educação pública de qualidade,

⁴⁵ Informações colhidas por mensagem eletrônica em abril de 2017.

representada pela greve de 2012, bem como na luta contra as propostas reformistas do governo, colocadas em votação em 2017, como as elencadas na Seção 2.

Figura 12 – Comunidade escolar na Greve Geral, de 28 de abril de 2017, contra a Reforma Trabalhista e da Previdência



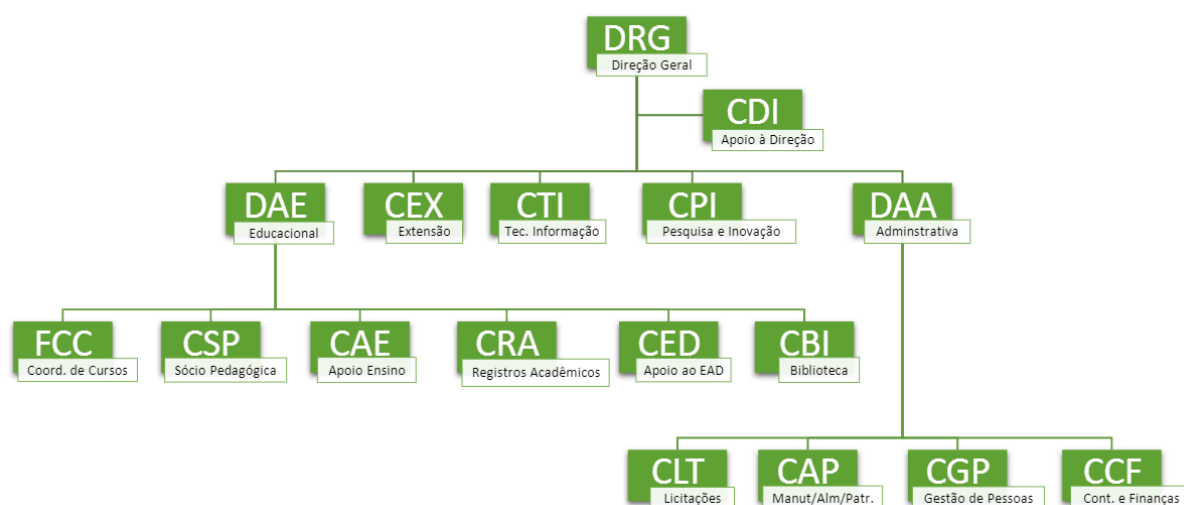
Fonte: Acervo pessoal da autora.

No que se refere às finalidades deste trabalho, cabe informar que o Relatório de Gestão de 2010 indicou que o aumento na procura dos cursos da instituição deveu-se a uma maior divulgação da escola, além da participação de alunos de escolas de ensino fundamental em eventos organizados na escola (IFSP, 2011). Já nos relatórios de 2011, 2012 e 2013⁴⁶ (IFSP, 2012; 2013b; 2014b) há apontamentos sobre o fortalecimento do relacionamento da entidade com a sua comunidade, por meio de jornais impressos, canais locais e regionais de televisão, e também por eventos promovidos pelo câmpus ou outras universidades. Desse modo, identifica-se certa preocupação da gestão com esse tipo de ação, mesmo que de modo tímido, e o entendimento de que para cumprir as finalidades da instituição, esse tipo de atenção em se comunicar com o público era relevante; princípio este que norteou a criação do projeto “IFSP: Conheça-nos” em 2015, como será visto na próxima seção.

⁴⁶ É importante elucidar que a partir de 2014, o relatório de gestão teve seu modelo alterado, não constando as ações específicas de cada câmpus.

Entretanto, há que se observar que não há indicação nesses documentos sobre a consolidação de um setor responsável por essas atividades; elas foram feitas de modo disperso, de acordo com o surgimento da necessidade como, por exemplo, de divulgação de novos cursos, de início de processo seletivo ou de realização de eventos, utilizando-se de mídias locais. Demais relacionamentos com o público foram feitos por ações extensionistas ou eventos acadêmicos.

Figura 13 – Estrutura organizacional do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP



Nota: Setores com sigla começada com a letra “C” se referem à Coordenadorias; com “D”, às Diretorias.

Fonte: Site do Câmpus SBV do IFSP⁴⁷.

Ademais, de acordo com a Diretoria Adjunta Administrativa⁴⁸, a gestão utiliza a Resolução nº 26/2016 do IFSP, que aprovou o regimento interno dos câmpus do IFSP, com o organograma constante na Figura 13. Assim, oficialmente, tarefas relacionadas a área de comunicação com a sociedade são de responsabilidade da Coordenadoria de Apoio à Direção, ainda que atribuídas e executadas de modo ténue⁴⁹, sem sistematização nem a proposição de ações estratégicas e inovadoras. Cabe destacar ainda que o referido documento institucional trata dessas atividades como pertencentes à área de Documentação e Arquivo, e não como de Comunicação. Dessa forma, percebe-se um certo descuido, por parte da instituição,

⁴⁷ Disponível em <https://sbv.ifsp.edu.br/instituicao/sbv/organograma>. Acesso em 24 abr. 2017.

⁴⁸ Informações colhidas por mensagem eletrônica em abril de 2017.

⁴⁹ A Assessoria de Comunicação Social do IFSP, órgão sistêmico da Reitoria, atribui a função de “Comunicador” a maioria dos Coordenadores de Apoio à Direção de cada câmpus, para que executem tarefas dessa natureza, sob orientação do setor central, quando necessário.

com um processo (se não princípio) organizacional tão importante da organização pública, como será visto adiante.

Parágrafo 2º. Compete à Coordenadoria de Apoio à Direção:

(...)

XII. Responsabilizar-se pelas atividades de Documentação e Arquivo:

(...)

D. Divulgar, internamente, os acontecimentos do câmpus;

E. Divulgar o câmpus por meio da imprensa;

F. Providenciar a edição de publicações internas do câmpus;

(...)

I. Responsabilizar-se pela publicidade e controle de cartazes e mensagens nos murais sob responsabilidade da Direção-Geral.

(...)

(IFSP, 2016, p. 9-10)

Além disso, é importante destacar o caráter unilateral das ações previstas para a referida Coordenadoria e sua responsabilidade em dar publicidade em documentos provenientes da Direção Geral.

Percebendo essa fragilidade, uma equipe de servidores resolveu desenvolver um projeto de extensão para melhorar esse relacionamento do Instituto Federal com a comunidade. Logo, feitas as necessárias caracterizações sobre o modelo institucional do IFSP, bem como as condições contextuais do objeto de estudo do presente trabalho, faz-se necessário apresentar o projeto de extensão “IFSP: Conheça-nos!”, de forma mais específica, conforme a seção a seguir.

4 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA A SERVIÇO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM OLHAR SOBRE A PROPOSTA DE POPULARIZAÇÃO DO CÂMPUS SÃO JOÃO DA BOA VISTA DO IFSP

No intento de melhorar o relacionamento do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP com o público, alguns servidores identificaram na extensão universitária uma oportunidade de desenvolver um projeto alinhado às premissas da comunicação pública. Nesse sentido, a presente seção discorre-se, no seu primeiro tópico, sobre o conceito e as características da comunicação pública, demonstrando sua importância para o fortalecimento da função social das instituições públicas de ensino. No segundo tópico, apresentam-se as questões que fundamentaram o projeto “IFSP: Conheça-nos!”. Após, no terceiro tópico, faz-se a apresentação dos elementos que o caracterizaram, delineando sua trajetória de atuação, desde a concepção até sua interrupção, com a indicação dos principais resultados alcançados.

4.1 Comunicação pública: função social das instituições públicas de ensino

Comunicação Pública é uma expressão que vem sendo usada com vários significados, por vezes até conflitantes. Tal diversidade demonstra que o conceito ainda não é claro, nem mesmo possui limite de atuação profissional determinada. A área abrange uma grande diversidade de saberes e atividades e seu conceito encontra-se em processo de construção (BRANDÃO, 2007). Dito isso, utiliza-se no presente trabalho o conceito de Comunicação Pública identificada como Comunicação do Estado e/ou Governamental, o qual entende ser de responsabilidade do Estado e do Governo estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos. Nas palavras de Koçouski (2012, p. 92):

(...) é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos.

Nessa direção, Oliveira et al (2013) argumentam que o *marketing*, entendido como uma função organizacional da área de comunicação, embora seja considerado uma tecnologia gerencialista, pode ser utilizado na Administração Pública para a aproximação do governo aos cidadãos, possibilitando que o primeiro atue de forma a suprir o desejo dos segundos, promovendo assim o fortalecimento da democracia. De acordo com os autores:

De modo geral, o marketing público pode ajudar a promover a cidadania, a reduzir as desigualdades sociais, a favorecer a responsabilidade, a permitir a responsabilização e a valorizar o caráter participativo da população. Esses macro-objetivos podem ser contemplados por meio de ações voltadas para a imagem interna da administração pública brasileira, de pesquisas sobre as necessidades, os desejos e os interesses do cidadão, visando a beneficiar a transparência e o controle por meio de ações de comunicação, bem como a fortalecer o compromisso com o interesse público por meio do relacionamento (OLIVEIRA et. al., 2013, p. 113).

A comunicação pública é típica de sociedades democráticas, nas quais encontra-se responsável por disseminar informação oriunda de órgãos públicos e de interesse público. Sociedades democráticas utilizam os fundamentos e as ferramentas da comunicação pública como processo para informar o cidadão, prestar contas e estabelecer uma relação de interação efetiva (GRANATO; MIAN; CABRAL, 2014).

Historicamente, a comunicação foi utilizada no âmbito governamental na redemocratização do Brasil, fato que transformou o perfil da sociedade, que deixou a realidade da ditadura, para obter liberdade de expressão e de participação popular. Junto a esse processo, ocorreu a promulgação da Constituição de 1988, surgindo os movimentos de participação social, que por sua vez, exigiam informações a respeito do Estado, dos governos e da sociedade, na tentativa de ter voz nos processos decisórios. Entretanto, é importante considerar que se tratou de um processo complexo e que ainda encontra-se em formação, segundo as autoras.

Naquela época, a comunicação pública funcionou como intermediadora entre Estado e sociedade ao oferecer informações e estabelecer diálogo efetivo com o cidadão. Por essa razão, a comunicação pública não deve ser considerada um processo unilateral, com ausência de espaços para debates. Pelo contrário, a comunicação pública deve ser um processo político de interação, no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo (MATOS, 2011).

Nesse sentido, Bezzon (2004) alerta para a necessidade de os cidadãos estarem preparados para saberem utilizar as normas de participação democrática. Por isso, torna-se imprescindível o acesso e o direito à informação, além da participação da sociedade civil de maneira igualitária como requisitos básicos no processo. Tendo informações veiculadas com transparência nos meios de comunicação, a opinião pública começa a se formar e os membros de uma sociedade conseguem tomar decisões.

Adentrando mais especificamente no processo de comunicação pública, Brandão (2007) argumenta que o governo, ou o Estado, tem por responsabilidade a de estabelecer um fluxo informativo e comunicativo voltado para cidadania. Trata-se de um cenário que convida à participação, no qual a oferta de informação com profundidade e contextualização adequada serve à prestação de contas e estímulo para o engajamento social. Diante disso, espera-se da população o reconhecimento ou a crítica das ações promovidas, sobre às políticas adotadas, nos campos político, econômico e social.

Na mesma direção, para Duarte (2009), a comunicação pública implica em transformar a comunicação em instrumento de interesse coletivo, com vistas ao fortalecimento da cidadania. Para tanto, ela somente se mostra eficaz para melhorar a vida dos indivíduos se utiliza instrumentos ou meios que estejam ao alcance das pessoas e conectados com o ponto de vista dos cidadãos, assumindo o espírito público e privilegiando o interesse coletivo.

Para Rothberg e Valença (2014), o uso da internet para divulgação de informações sobre políticas públicas de modo acessível à população deve considerar que muitos cidadãos não conhecem os processos por meio dos quais elas são formuladas. Logo, ter em mente que existem diversas particularidades inerentes aos receptores das mensagens podem fazer valer seus direitos como sujeitos democráticos.

Em se tratando da atuação dos profissionais da área, Oliveira (2009) indica que além da mediação entre Estado, governos e instituições da administração pública com a mídia, eles atuam como transformadores sociais no âmbito da comunicação pública, especialmente no que se refere à interação entre administração pública e cidadãos.

Porém, no contexto brasileiro, existem certas limitações em relação às ações estratégicas em comunicação pública, principalmente em razão do cenário de

descrença política, violência, corrupção, desigualdade e desconfiança generalizada, que abalam, de certa maneira, a confiança da população depositada na esfera governamental (OLIVEIRA, 2009), gerando um ambiente desafiador para o profissional de comunicação do setor público.

Além disso, Brandão (2007) acrescenta que as assessorias de comunicação existem na administração pública desde os anos 1970, mas se expandiu exponencialmente recentemente, provocando mudanças nas atribuições desses setores, o que demandaram a formação de um segmento profissional com conhecimentos especializados para corresponder ao seu novo papel no complexo burocrático do Estado. Porém, muitas instituições ainda se baseiam no modelo organizacional da década de 1970, denominado de ACS (Assessorias de Comunicação Social⁵⁰), que geralmente se subordinam à autoridade máxima dos órgãos (Presidente, Diretor Geral etc.). A consequência dessa desatualização é que

O modelo corresponde a uma prática de trabalho onde o foco é o atendimento à cúpula da instituição, com a função de “dar visibilidade” ou seja, “colocar na mídia” o órgão governamental, ou dela defendê-lo. Algumas instituições públicas têm ousado um novo design da comunicação, porém, de modo geral, a concepção do trabalho de comunicação nas assessorias governamentais tem como foco principal o relacionamento com a mídia e não com o cidadão. (BRANDÃO, 2007, p. 8)

Pode-se dizer que um fator que influencia nos processos de comunicação pública é a cultura⁵¹ do setor público, a qual torna-se questão latente para o entendimento da complexidade que envolve resistências a mudanças organizacionais.

De acordo com Lück (2017), essas resistências existem porque as mudanças promovem a desarticulação da ordem vigente e de grupos de poder já estabelecidos, o que faz despertar reações contrárias. Para ela, o exercício do poder é inerente a qualquer organização social, logo um fenômeno natural do ambiente escolar. Ocorre que muitas vezes esse poder é adotado no modo “perde-ganha”, ou seja, pela divisão do que se tem, em vez da construção coletiva, de forma a transformar uma realidade pelo poder compartilhado.

⁵⁰ Como foi visto, tal denominação é utilizada pelo IFSP nos dias atuais.

⁵¹ Bergue (2010, p.22) sintetiza que “cultura de uma organização pode ser sinteticamente definida como o conjunto de hábitos, crenças, valores e símbolos” que a particularizam frente às demais.

Verifica-se que quando novos membros passar a fazer parte da organização escolar as relações de poder são ameaçadas, passando o grupo a ativar suas energias no sentido de ajustamento dos novos membros à condição vigente. Estes, como mais novos, são influenciados a submeter-se ao *status quo* vigente e, ao fazê-lo, o legitimam. Porém, caso rejeitem a condição vigente, criam desestabilizações e estabelecem a possibilidade de mudanças, que se constituem em condição para a revitalização do processo educacional. (LÜCK, 2017, p. 1014)

Para Bergue (2010), parcela substancial da tecnologia administrativa introduzida no Brasil foi importada, notadamente dos Estados Unidos, situação que gerou diversas consequências, como o formalismo⁵², que se tornou traço marcante na cultura do país. Além disso, pode-se dizer que aqui também é marcado por outras características⁵³ que, por vezes, prejudicam os processos de mudança, como o patrimonialismo, o clientelismo, e, mais recentemente, o compadrio, a vassalagem, a barganha, a fisiologia, a bacharelise e a centralização, advindas do processo de formação histórica da administração pública brasileira. Contudo, nas palavras do autor (2010, p. 9):

Ainda que possamos admitir que o ambiente em que operam os órgãos e entidades do setor público caracteriza-se por relativo grau de estabilidade, notadamente em face da natureza das atividades reservadas ao poder público, impõe-se considerarmos que as demandas da sociedade evoluem em termos quantitativos e qualitativos, o que faz incidir sobre o arranjo institucional do Estado uma tensão por mudança visando à sua adaptação às novas contingências, pela via da inovação em diferentes níveis de intensidade.

Assim, para Granato; Mian; Cabral (2014) torna-se necessária a adoção de práticas com novas formas de interação entre Estado e sociedade, visando a qualidade da discussão. E, nesse ambiente, os profissionais de comunicação ficam encarregados de tornar o processo comunicativo em modelos mais atrativos, de modo a buscar legitimidade da ação e o fortalecimento de atitudes de cidadania, por parte de indivíduos, e de democracia, por parte de gestores.

⁵² Para Bergue (2010, p. 48-49), “o formalismo é um fenômeno bastante visível na sociedade brasileira [...]; pode ser visto como reação da organização à tensão de conviver com a introdução de objetos culturais estranhos. O conceito de formalismo recebeu tratamento posterior na sociologia brasileira com o conceito de *jeitinho*.”

⁵³ Para mais informações, ver Bergue (2010).

Estratégias de comunicação que visem, de maneira democrática, trazer o cidadão para o centro do debate social precisam ser renovadas no sentido de promover a confiança entre Estado e sociedade, criando alianças. Para tanto, faz-se necessário quebrar alguns paradigmas da comunicação como transmissora de informações e colocá-la como fomentadora de debate, visando a criação de políticas públicas cabíveis, transformando, desta forma, a ação pública. (GRANATO; MIAN; CABRAL, 2014, p. 135)

No âmbito público, segundo Rothberg; Valença (2014), a internet se tornou uma ferramenta indispensável a aqueles que desejam supervisionar a gestão pública e usufruir de uma diversidade de informações para entender mais sobre como reivindicar seus direitos. Os autores acreditam que o uso das mídias sociais pelos governos, que estão investindo em inovadoras experimentações de comunicação pública em canais oficiais nas plataformas como *Twitter*, *Facebook*, *Orkut* e *Youtube*, seja uma tendência para facilitar a interação com o público. Para eles, esses ambientes ao mesmo passo que se esgotam em determinadas possibilidades, também se recriam e servem à outras finalidades. Nas palavras dos autores:

A democracia digital pode reduzir a distância entre a esfera política (poder de decidir, de tomar decisões) e a esfera civil (poder de mandar, mas não decidir, de identificar e sinalizar os problemas), conforme Marques (2009), para quem a internet ainda pode minimizar a divergência entre os poderes dos segmentos administrativo (referente à esfera política e à deliberação formal) e comunicativo (referente à esfera civil e à deliberação informal). Ao passo que o segmento comunicativo não tem o poder de governar, sua função está em orientar o uso do poder administrativo, de forma que seu potencial amplia-se com o advento da internet e seu emprego para a transparência de gestão, por sua vez essencial para a abertura, colaboração e participação dos cidadãos, tornando a informação sobre políticas públicas mais valiosa através do compartilhamento. (ROTHBERG; VALENÇA, 2014, p. 4-5)

Num ambiente de educação pública, a comunicação tem papel fundamental para o desenvolvimento de sua função social, pois para Kunsh (1992, p.10), “a comunicação viabiliza o relacionamento entre a universidade e os seus diversos públicos”. Tendo essa ideia como premissa, mais que mera executora de atividades rotineiras, a comunicação nas instituições públicas de ensino deve possuir caráter estratégico, não apenas transmitindo informações, mas também atuando como meio de permanente interação com a sociedade e de difusão da produção científica, dos

serviços e atividades de extensão, com vistas ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática. De acordo com Cardoso (2006, p.1134):

O papel que se espera da comunicação hoje vai mais além. Ela deve, efetivamente, servir de suporte para um modelo de gestão bem estruturado e com capacidade de levar a empresa a enfrentar os desafios cada vez mais competitivos de uma sociedade que se torna mais exigente em qualidade e em direitos. Da comunicação, espera-se que cumpra o seu verdadeiro papel social: o de envolver emissor e receptor em um diálogo aberto e democrático [...]

Além disso, pode-se dizer que a comunicação pública está diretamente ligada à concretização do princípio da gestão democrática do ensino público, constante na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Isso porque Lück (2017, p. 231) define a gestão democrática como o fenômeno em que os membros de uma coletividade além de fazerem parte do ato de se decidir, também assumem a responsabilidade pelo ato de se implementar. Com isso, é gerado uma cultura de poder compartilhado em que se desenvolve a prática da cidadania na escola. Ela acrescenta que as expressões “gestão participativa” e “democracia participativa” tratam-se de redundâncias úteis com a finalidade de reforçarem um dos processos mais importantes da gestão educacional, sem a qual, segundo ela, esta não se efetiva: a participação.

É importante que a participação seja entendida como um processo dinâmico e interativo que vai muito além da tomada de decisão (...) na busca, por seus agentes, da superação de suas dificuldades e limitações, do enfrentamento de seus desafios, do bom cumprimento de sua finalidade social e do desenvolvimento de sua identidade social (...) A participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade, e reversão desses aspectos pela eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, visando a efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos (LÜCK, 2017, p. 251 e 259-261)

No entanto, a autora alerta para a necessidade de se seguir alguns valores tais como ética, solidariedade, equidade e compromisso, na condução da ação participativa, sob o risco de perder seu caráter social e pedagógico. Para ela, a ocorrência de problemas de comunicação e de relacionamento entre pessoas pode gerar tensões, conflitos, prejudicar a energia na construção de projetos coletivos

transformadores da própria prática pedagógica da escola e de sua estrutura social, gerando o fenômeno chamado de “democratismo⁵⁴”. Sendo assim, torna-se relevante a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento da participação efetiva:

Aos responsáveis pela gestão escolar compete, portanto, promover a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena no processo social escolar de seus profissionais, bem como de alunos e de seus pais, uma vez que se entende que é por essa participação que os mesmos desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania, condições necessárias para que a gestão escolar democrática e práticas escolares sejam efetivas na promoção da formação de seus alunos. (LÜCK, 2017, p. 739-740)

Assim, considerando o papel da educação pública e as particularidades da comunicação pública, sobretudo no país, entende-se que tais assuntos apresentam grande relação entre si, de modo que um processo tem grande influência sobre o outro, tendo seu resultado como gerador de reflexos no nível de democratização da educação pública e, conseqüentemente, no desenvolvimento daquela sociedade.

Logo, nas próximas seções serão apresentadas as características e a trajetória do projeto IFSP: Conheça-nos!, uma iniciativa para melhorar o relacionamento do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP com o seu público, tentando demonstrar como as ações de comunicação desempenhadas pelo projeto contribuíram para o alcance de resultados positivos em termos sociais e institucionais.

4.2 Comunicação pública na prática: a identificação de questões primordiais

No cotidiano é possível observar que as pessoas são mais motivadas a realizarem ações que gerem resultados os quais possuem valor a elas. Devido à complexidade das organizações, explicada pela inter-relação de estruturas, pessoas, poderes, normas, etc., diversos teóricos se preocuparam em entender sobre o tema motivação nesse ambiente. Na esfera pública, sobretudo, essa preocupação não é diferente. De acordo com um estudo recente sobre motivação no setor público

⁵⁴ Segundo Demo (2001) apud Luck (2017), democratismo constitui-se em uma forma de desequilíbrio da participação institucional, na qual as participações são caracterizadas pela falta de orientação para resultados institucionais e sociais, assim como pelo corporativismo e individualismo disfarçados de consciência crítica e social.

brasileiro de Klein e Mascarenhas (2016), foi identificado que a insatisfação no trabalho, que leva a evasão de servidores, se relaciona principalmente à baixa remuneração. Já a satisfação está ligada não apenas a fatores extrínsecos (remuneração, ambiente de trabalho, instalações, etc.), mas, principalmente, a elementos relacionados à natureza do trabalho. Ou seja, as atividades desempenhadas e o valor atribuído a seus resultados são fatores que balizam a satisfação das pessoas que trabalham no âmbito público.

Nesse sentido, o projeto “IFSP: Conheça-nos!” já se torna interessante pelo modo como foi concebido, uma vez que é fruto da vontade de servidores, os quais tiveram a iniciativa de produzir uma solução a um problema identificado na organização à qual pertencem. Pode-se dizer que a motivação desses servidores se fundamentou na superação de alguns desafios impostos à instituição, que podem ser descritos como: (a) necessidade de cumprimento de normas constitucionais; (b) necessidade de democratização da educação pública; (c) necessidade de garantir seu financiamento; e (d) necessidade de popularizar seus serviços e legitimar a sua existência; elementos estes que se encontram interdependentes.

Figura 14 - Interdependência dos desafios institucionais que fundamentaram o projeto “IFSP: Conheça-nos!”



Fonte: Elaborado pela autora

Em se tratando da necessidade de atender à legislação constitucional, tem-se que a publicidade é um princípio da Administração Pública instituído na Constituição Federal (BRASIL, 1988). Segundo Brasil (1988):

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Nesse sentido, a concepção do projeto visou ao atendimento ao princípio constitucional da publicidade, de modo a divulgar à população, de forma lúdica e prática, os serviços oferecidos pela instituição. Conforme mostrado na Figura 14, a consecução desse desafio possibilitaria a abertura de caminhos rumo à concretização do próximo, qual seja: a democratização da educação pública, em termos de acesso e participação, haja vista as finalidades e natureza do Instituto Federal.

A democratização da educação pública faz face ao atendimento também dos seguintes dispositivos constitucionais:

Art. 6º São direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

(...)

Art. 205. A educação, **direito de todos e dever do Estado** e da família, será promovida e incentivada com a **colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.**

(...)

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

VI - **gestão democrática do ensino público**, na forma da lei;

(...)

(BRASIL, 1988, p. 6;87) (grifos da autora)

Considerando as discussões feitas sobre o papel da educação pública e suas consequências para o desenvolvimento da nação, na Seção 2, bem como os objetivos e natureza da instituição, indicadas na Seção 3, aliados ao citado acima, não restam dúvidas sobre a relevância da atuação do Instituto Federal no

suprimento de tal necessidade, assim como descreve Pacheco (2011, p. 88-89), sobretudo, sobre a extensão universitária:

Ora, se o papel dos Institutos Federais está visceralmente vinculado ao desenvolvimento local e à promoção da cidadania, as atividades de extensão (...) tornam-se essenciais para o diálogo efetivo entre instituição e sociedade. É nesse sentido que as atividades de extensão podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada, contribuindo para democratização institucional.

Contribuindo para a discussão, Cury (2016, p. 7) acrescenta que:

Um desafio próximo é, pois, a conscientização por parte da população deste dever do Estado (...) Possibilitar pela disseminação da instituição escolar a todos, especialmente, para as classes populares, o acesso a conhecimentos sólidos, é colocar em suas mãos, uma ferramenta que as empodera, pois passarão a dominar o que, tradicionalmente, foi um privilégio das classes abastadas.

Nesse sentido, partindo da premissa de que, historicamente, a educação era acessível somente as classes mais ricas, as questões que nortearam, dentro desse fundamento, a concepção do projeto “IFSP: Conheça-nos!” foram: basta criar mecanismos (expansão de escolas, cursos e estabelecimento de reserva de vagas) que facilitem o acesso da camada mais pobre à educação, sem que se faça a devida conscientização dessa parcela de que esses direitos devem ser usufruídos por ela? Sem esclarecer o que isso significa em termos práticos? Sem indicar os meios e caminhos que se deve percorrer para obter esses direitos? A reflexão sobre tais questões vem das seguintes palavras:

Ora, a linguagem e o próprio discurso legal constituem barreiras intransponíveis para um povo que, como o brasileiro, ainda exhibe um nível espantoso de analfabetismo funcional. Mesmo trabalhadores com curso médio completo, (...), apresentam dificuldades para interpretar as leis que lhes dizem respeito direta ou indiretamente – isto se conseguirem decifrar suas palavras componentes. Talvez essa obscuridade das leis traga consigo o DNA do estamento burocrático brasileiro e tenha em seu cerne o intuito da dominação pela ignorância. Talvez seja apenas a manutenção das vaidades em áreas de nobre formação escolar. Seja qual for a origem ou a intenção dessa obscuridade das leis, importa inserir a reflexão no campo da comunicação pública de órgãos oficiais de um Estado democrático como prioridade porque, afinal, ninguém pode escolher ou questionar aquilo que desconhece (HASWANI, 2012, p. 68)

A equipe de servidores que elaborou o projeto possuía evidências de que a resposta seria negativa; logo, ela não desdenhou desse desafio, desenvolvendo uma tentativa de fomentar nesse público o interesse pela continuidade dos estudos.

Tendo superado a necessidade de se criar arranjos institucionais estatais, no caso, os Institutos Federais, que constituem um modelo utilizado pela burocracia do Estado para a execução da política pública da educação, prevista na norma constitucional, faz-se necessário viabilizar a sua manutenção. Como todo órgão público, para que possa cumprir seus objetivos institucionais, as atividades do IFSP são financiadas com recursos públicos.

Os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira dos institutos federais e os critérios para elaboração das suas respectivas propostas orçamentárias anuais são estabelecidos pelo Ministério de Educação, por meio da Matriz CONIF, do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF). A referida matriz é um modelo matemático, que visa distribuir os recursos da SETEC/MEC à Rede Federal de EPT destinados às despesas de funcionamento, utilizando determinados critérios e parâmetros. Para Menezes et al (2015):

A lógica da composição da Matriz CONIF considera essencialmente as matrículas dos estudantes dos cursos de nível médio, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação à distância (EAD) por campi de cada Instituição da Rede. Não são consideradas as matrículas de alunos associados a programas que recebem recursos próprios e de cursos pagos (MENEZES et. al., 2015, p. 5).

Considerando esse método⁵⁵ quantitativo para distribuição de recursos aos Institutos Federais entende-se que a comunidade que recebe seus serviços, alvo da política pública, torna-se um fator de grande relevância para a manutenção de suas atividades, no que se refere à necessidade de financiamento do órgão. Cabe ressaltar que se entende que a superação desse desafio envolve outras dimensões, como viabilizar a permanência dos estudantes de modo a mitigar processos evasivos. De qualquer forma, investir no relacionamento com o público para facilitar o acesso dele na instituição refere-se ao primeiro passo desse importante processo. Logo, toda ação que possua como foco o relacionamento da instituição com a

⁵⁵ Cabem diversas críticas ao referido método, mas não serão apresentadas nesse trabalho pelo seu foco e pela sua limitação.

sociedade, sobretudo com o público-alvo dos seus serviços, é um fator crítico para a gestão do IFSP.

Com relação à necessidade de popularizar seus serviços, pode-se dizer que ela foi evidenciada por duas situações principais. A primeira se referia a ocorrência de vagas não preenchidas nos cursos do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP, mesmo existindo uma demanda de alunos no município nos níveis de ensino oferecidos pela instituição. Com isso, a questão que intrigava a equipe do projeto era: como que uma escola com uma ótima estrutura de laboratórios e de equipamentos, cursos bem avaliados, bem como docentes altamente qualificados não despertava interesse no público?

Tabela 1 - Número de alunos de graduação em São João da Boa Vista – Censo Educacional do Ensino Superior – 2012

Número de alunos ingressantes na graduação presencial no município	Graduação do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP	
	Número de vagas oferecidas no ano	Número de vagas preenchidas no ano
1.888	80	56

Nota: Foram utilizados os dados de 2012 por ser o ano mais atual do Censo Educacional do Ensino Superior, disponibilizado pelo MEC/Inep.

Fonte: MEC/Inep/Deed

Tabela 2 - Número de alunos de ensino médio e profissional em São João da Boa Vista – Censo Educacional do Ensino Básico – 2014

Número de alunos matriculados no ensino médio e profissional no município	Ensino médio e profissional do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP	
	Número de vagas oferecidas no ano ⁵⁶	Número de vagas preenchidas no ano
4.127	250	200

Fonte: MEC/Inep/Deed e Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP.

É importante salientar que o preenchimento insuficiente de vagas não é um fenômeno exclusivo do câmpus São João da Boa Vista. Além de ocorrer em outros câmpus do IFSP, conforme demonstrado nos Relatórios de Gestão analisados (2008-2014), evidencia-se a mesma situação, advinda de diversos fatores, entre eles

⁵⁶ Referentes aos seguintes cursos: Automação Industrial, Química, Administração, Informática para Internet (EaD), Integrado em Eletrônica e Integrado em Informática.

a falta de informação, em outras Universidades e Institutos Federais⁵⁷, como o de Santa Catarina (CAMPOS, 2013), por exemplo.

A segunda situação que contribuiu para a identificação do presente desafio foi a recorrência de comentários entre as pessoas que trabalhavam no câmpus sobre o desconhecimento da sociedade sanjoanense sobre o seu local de trabalho. Quando algum trabalhador pertencente ao câmpus era questionado sobre onde trabalhava, após responderem, o desconhecimento sobre a instituição ainda persistia. Pela arquitetura do prédio do IFSP, chegou-se a ouvir comentários como: “Nossa, eu achei que lá fosse uma igreja e não uma escola!”. Ademais, o Centro Educacional do Serviço Social da Indústria (SESI) do município foi construído num terreno ao lado do IFSP e inaugurado somente após 4 anos da federalização do CEPRO, ou seja, em 2011⁵⁸. E mesmo assim, o Câmpus São João já chegou a ser identificado por alunos do município como “aquela escola ao lado do SESI”.

É importante ressaltar que esse desconhecimento sobre a instituição teve origem nos tempos do CEPRO, como já foi dito. Desde a sua criação, não houve um trabalho específico, sistematizado e estratégico para divulgação dos serviços oferecidos para a população. Pode-se dizer que essa negligência perdurou na época do CEFET e persiste até hoje na organização estrutural de alguns câmpus⁵⁹ do IFSP.

Ademais, a ação de avaliar passou a ser fundamental para a gestão das instituições de ensino superior, e, atualmente, é um dos pilares no desenvolvimento de um ensino superior democrático, diante dos desafios contemporâneos. Na avaliação institucional são analisadas, pelos servidores, alunos e comunidade em geral, dimensões relacionadas ao Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão e Infraestrutura. De acordo com o IFSP⁶⁰,

⁵⁷ <https://blogdoenem.com.br/sisu-2016-vagas-remanescentes/>. Acesso em 18 maio 2017.

⁵⁸ <http://www.camaraitapira.sp.gov.br/noticias/presidente-participa-de-inauguracao-da-escola-sesi-em-sao-joao-da-boa-vista/812>. Acesso em 18 maio 2017.

⁵⁹ Conforme informação da Assessoria de Comunicação Social da Reitoria, em 16/05/2017, o Câmpus São Paulo e o Câmpus Cubatão possuem setor de Comunicação com alguns profissionais da área. Eles foram criados diante da identificação, por servidores e gestores, da importância de tais atividades para a instituição. É importante ressaltar que os citados câmpus tratam-se dos dois mais antigos, pertencentes ao IFSP.

⁶⁰ Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/cpa/>. Acesso em 06 mar. 2018.

A avaliação institucional é um processo que deve estar articulado com todos os demais processos de gestão estratégica e de construção do projeto institucional, de modo a fornecer subsídios para a tomada de decisões e a correção de desvios e eventuais problemas na instituição. Sob essa perspectiva, a avaliação institucional significa um processo permanente de elaboração, de conhecimento e de intervenção prática, que permite direcionar as demais atividades da instituição.

No entanto, cabe esclarecer que essa fraqueza institucional da área comunicacional é tão perceptível que chegou a ser apontada por diversas vezes pela sua comunidade. Para ilustrar como essa questão de comunicação do IFSP não se encontra satisfatório, nos seus diversos câmpus, torna-se importante citar os resultados da autoavaliação institucional⁶¹ de 2014 até 2016, nesse quesito, conforme quadro a seguir.

⁶¹ A Autoavaliação Institucional é uma das etapas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do MEC, também composto pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e pela Avaliação Externa. Mais informações: <http://www2.ifsp.edu.br/cpa/>. Acesso em 06 mar. 2018.

Quadro 4 – Avaliação institucional do IFSP quanto ao acesso da sociedade em geral à instituição – De 2014 a 2016

Avaliação sobre o acesso da comunidade externa (sociedade em geral) aos resultados das avaliações recentes, à divulgação dos cursos, à extensão e pesquisa, à transparência institucional, à ouvidoria, entre outros.		
Ano Avaliado	Resultado predominante	Ações propostas pela Comissão Avaliadora
2014	Insuficiente	Divulgação em jornais e rádios das cidades e no site da instituição. Identificar a quem compete estas atribuições: pessoa ou departamento. [...] percebe-se que é necessária uma melhoria na comunicação das atividades relacionadas nos setores envolvidos. É importante que cada campus faça uso intensivo dos meios de comunicação para divulgar estas atividades durante todo o ano por meio dos recursos tecnológico, eventos e informação presencial, bem como, envolvendo o campus como importante agente político e social dentro da comunidade. Os resultados apontam para a necessidade de criação urgente de mecanismos de divulgação das informações da Instituição para a comunidade externa. Tais mecanismos devem ser adequados à comunidade particular do campus. [...]
2015	Insuficiente	Intensificar as atividades de comunicação junto à comunidade interna e externa, implantando novos meios de comunicação
2016	Insuficiente	Intensificar as atividades de divulgação dos resultados junto à comunidade interna e externa, implantando novos meios de comunicação. Ações: 1) Cada câmpus pode desenvolver um Plano de Marketing, de modo a sistematizar ações que melhorem a divulgação dos câmpus em suas respectivas cidades; 2) Criação de comissões locais, com o objetivo de trabalhar na divulgação e comunicação com a sociedade, por meios das mídias sociais, imprensa local, associações, escolas, etc. 3) Fazer um acompanhamento periódico dessas ações, mensurando seus resultados.

Nota: Relatório de 2017 ainda não disponível em junho/2018.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Relatórios de Autoavaliação Institucional dos anos de 2014⁶², 2015⁶³ e 2016⁶⁴.

Após a análise dos citados relatórios, foi possível observar que embora a sociedade civil pudesse contribuir com sua opinião fazendo as avaliações, em nenhum dos anos esse público teve participação; fato que indica o alto grau de impermeabilidade da instituição na sociedade. Com relação a esse assunto,

⁶² <http://www2.ifsp.edu.br/cpa/IFSP-ano2014-relatorioAutoAvaliacaoInstitucional.pdf>. Acesso em 07 mar. 2018.

⁶³ <http://www2.ifsp.edu.br/cpa/IFSP-ano2015-relatorioAutoAvaliacaoInstitucional.pdf>. Acesso em 07 mar. 2018.

⁶⁴ <http://www2.ifsp.edu.br/cpa/IFSP-ano2016-relatorioAutoAvaliacaoInstitucional.pdf>. Acesso em 07 mar. 2018.

Trevisan e Bellen (2008) acrescentam que nem sempre o ato de avaliar e divulgar informações é visto de forma positiva pelos gestores do setor público, uma vez que seus resultados podem causar constrangimentos perante a população.

Os fatos citados, aliados à desatualização do site institucional do câmpus e/ou a falta de informações nele; e ainda à ausência de um setor específico na estrutura organizacional local, responsável por ações estratégicas de comunicação, levaram a equipe do projeto a identificar que, ao menos, a divulgação dos serviços oferecidos pelo câmpus era um desafio a ser enfrentado, utilizando-se como base para suas atividades o conceito de comunicação pública.

Portanto, a concepção do projeto “IFSP: Conheça-nos!” abrigava o entendimento de que as atividades de comunicação com o público, além de fazerem cumprir as normas previstas na legislação máxima do país, possibilitavam o fortalecimento do papel social da entidade, a garantia de seu financiamento e a legitimação de sua existência, sobretudo, em tempos de reformas neoliberais.

Feita a exposição sobre os aspectos que fundamentaram o projeto, ou seja, o “para quê” ele foi concebido, torna-se relevante apresentar as suas características e a sua trajetória, isto é, o “como” foi desenvolvido o empreendimento criado com a finalidade de melhorar a comunicação entre o público e o Câmpus São João da Boa Vista do IFSP.

4.3 Trajetória e resultados do projeto de extensão “IFSP: Conheça-nos!”

A ideia de se criar um projeto com o intuito de popularizar o Câmpus São João da Boa Vista surgiu com a chegada, em 2014, no IFSP, de uma servidora oriunda da Universidade Federal do ABC (UFABC). Na universidade, tal servidora desenvolvia seu trabalho na Assessoria de Comunicação e Imprensa, setor responsável pelo projeto de extensão “UFABC nas Escolas”⁶⁵, cujo objetivo é “levar informações sobre a universidade aos alunos das escolas de ensino médio da região do ABC”.

Sabendo dos desafios enfrentados pelo câmpus do IFSP, citados no tópico anterior, e conhecendo a proposta bem como os resultados obtidos pelo projeto da UFABC, a servidora convidou mais três servidores para embarcarem no desafio de

⁶⁵<http://proec.ufabc.edu.br/projetos/projetos-por-ano/projetos-2016/projetos-pae-2016/ufabc-nas-escolas/conheca-o-projeto-de-extensao-ufabc-nas-escolas>. Acesso em 19 maio. 2017.

se popularizar o Instituto Federal, em São João da Boa Vista e região. A escolha desses servidores motivou-se pelo interesse e envolvimento deles em ações de comunicação no câmpus, até aquele momento de modo informal, e ainda pelas habilidades e área de formação.

Considerando que as atividades de extensão universitária, além de fazerem valer dispositivo constitucional na sociedade brasileira, tem o potencial de reforçar o papel social das instituições de ensino, uma vez que levam para além dos seus muros o conhecimento gerado naquele ambiente; considerando ainda que a finalidade da equipe era estreitar o relacionamento da escola com o seu público, de forma a enfrentar os desafios citados, a solução encontrada, haja vista a impossibilidade de alterar de imediato a estrutura organizacional, foi a criação de um projeto de extensão, similar ao “UFABC nas Escolas”.

Assim como os demais câmpus do IFSP, a escola possui uma Coordenadoria de Extensão⁶⁶ que, dentre outras atribuições, promove a aproximação do câmpus com a comunidade externa, gerenciando as atividades extensionistas propostas pelos atores sociais no âmbito local. Em 2015, por meio do Edital IFSP-SBV nº 01/2015, a instituição selecionou treze projetos de extensão para execução durante aquele ano, além de outros quatro que foram selecionados por meio do Edital IFSP-PRX nº 990/2014, da Pró-Reitoria de Extensão. Dentre os selecionados estava o projeto “IFSP: Conheça-nos!”⁶⁷.

É importante salientar que, como informado nos relatórios de gestão analisados, a ideia de se popularizar o câmpus estava presente desde o nascimento da instituição, em iniciativas dispersas, por meio da divulgação de informações em jornais da cidade, divulgação dos processos seletivos nas escolas e publicação de vídeos na internet, sendo todas realizadas informalmente. Dessa maneira, pode-se dizer que a criação do projeto de extensão sistematizou algumas atividades, bem como formalizou práticas entendidas necessárias para a instituição. Logo, o projeto representou uma inovação organizacional, uma vez que levou “à implementação de novos métodos de organização e gestão das práticas (...) da empresa”, do tipo incremental, “entendida como aperfeiçoamentos contínuos e graduais de (...) processos já existentes” (OCDE, 2006 apud FUCK; VILHA, 2012, p. 7 e 9).

⁶⁶ <https://sbv.ifsp.edu.br/extensao>. Acesso em 13 jul. 2016.

⁶⁷ <https://sbv.ifsp.edu.br/21-extensao/473-abertura-de-edital-para-alunos-participarem-de-projetos-de-extensao-2015?highlight=WyJleHRlbnNhbyJd>. Acesso em 13 jul. 2016.

O principal objetivo de tal projeto era “divulgar o câmpus, seus cursos, suas políticas de acesso e de assistência para estudantes das escolas públicas de São João da Boa Vista, com a finalidade de produzir neles o interesse em estudar nesta instituição”. Ademais, seus objetivos específicos consistiam em:

- a) colaborar para a construção da imagem do IFSP no município de São João da Boa Vista;
 - b) divulgar e disseminar o que a instituição tem a oferecer à comunidade;
 - c) interagir a comunidade externa com a comunidade do IFSP, principalmente com os públicos estratégicos; e
 - d) obter informações de opinião do público externo sobre a atuação do IFSP, que possam ajudar no planejamento das ações.
- (GIRALDI et al, 2015a, p. 4-5)

Com a finalidade de cumprir os objetivos propostos, o trabalho do projeto, com vigência de 8 meses (de abril a novembro/2015), se dividia em duas frentes. A primeira consistia em visitar as escolas públicas, realizando palestras para os alunos do ensino médio e dos anos finais do ensino fundamental, sendo os palestrantes os próprios alunos do Instituto Federal, bolsistas ou voluntários do projeto em questão. A segunda vertente tratava-se de manter um relacionamento com o público por meio da mídia social Facebook, com a publicação de informações de interesse público relacionadas ao Instituto Federal e ao tema Educação, com imagens e/ou vídeos.

Para a execução do trabalho proposto, a equipe do projeto de extensão, formada por 4 servidores técnico-administrativos, 2 estudantes bolsistas⁶⁸ e 1 estudante voluntária, desenvolveu um pôster impresso dos cursos do câmpus, um vídeo institucional, uma apresentação de slides, divulgados durante as visitas nas escolas e na Semana de Tecnologia⁶⁹ do câmpus; bem como realizou publicações na página do projeto no Facebook. Para que as informações pudessem ser efetivamente absorvidas pelo público, tentou-se utilizar, na medida do possível, uma linguagem popular nos materiais utilizados.

⁶⁸ Foram aprovadas duas vagas para estudantes bolsistas no referido projeto, mediante o pagamento de R\$200,00 mensais para cada um, equivalente a carga horária semanal de 10 horas, por oito meses (de abril a novembro/2015). Para a escolha dos estudantes bolsistas foi feita uma seleção com entrevista. Na referida seleção, foram inscritos 37 alunos interessados em participar do projeto, sendo considerado, naquele ano, a proposta com mais estudantes inscritos, segundo a Coordenadoria de Extensão do câmpus.

⁶⁹ A Semana de Tecnologia do Câmpus São João da Boa Vista é um evento anual, que conta com a participação de toda a comunidade, sobretudo dos alunos das escolas públicas do município, nas diversas atividades propostas, como palestras, minicursos e apresentação de trabalhos. É realizado durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, evento criado em 2004 por decreto presidencial, que tem como principal objetivo destacar a importância da ciência e tecnologia para a vida das pessoas e para a melhoria da qualidade do ensino no Brasil. Para mais informações: <http://semanact.mcti.gov.br/>. Acesso em 23 maio 2017.

Figura 15 - Foto da visita da equipe do projeto de extensão “IFSP: Conheça-nos!” na escola Estadual Dr. Teófilo Ribeiro de Andrade – 2015

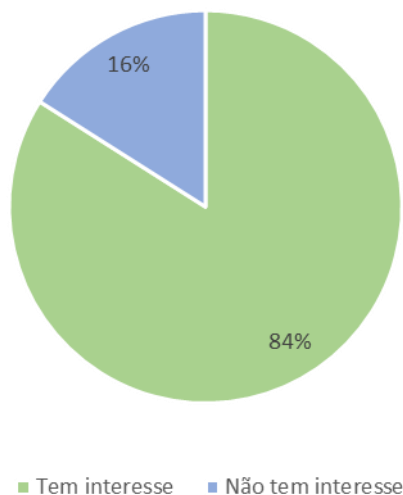


Fonte: Acervo do projeto.

Assim, no ano de 2015, além dos visitantes da Semana de Tecnologia, foram atendidos 715 estudantes de 8 escolas do município de São João da Boa Vista e 1 escola de Águas da Prata, cidade limítrofe. De acordo com o relatório de execução do projeto (GIRALDI et al, 2015c), houve também a realização de um curso de capacitação sobre a Arte de Falar em Público (Teoria e Prática) aos alunos integrantes da equipe, e aos servidores técnico-administrativos envolvidos com o projeto. Essas pessoas participaram ainda da elaboração e apresentação de pôster, com os resultados do questionário aplicado durante as visitas, no II Congresso de Extensão e II Mostra de Arte e Cultura do IFSP, realizado em Catanduva-SP.

Cabe citar os resultados mais notórios quanto ao referido questionário aplicado. Segundo a equipe, 35% dos estudantes que assistiram à palestra do projeto não conheciam o Câmpus São João da Boa Vista do IFSP, sendo que após a apresentação, 84% desses estudantes informaram ter interesse em ingressar na escola. Além disso, a pesquisa solicitava sugestões de cursos a serem ministrados na instituição, ocasião em que foram apresentados mais de 60 indicações.

Figura 16 - Alunos que desconheciam o Câmpus São João da Boa Vista do IFSP e passaram a ter interesse em estudar na referida escola, após assistirem à palestra do projeto IFSP: Conheça-nos! – 2015



Fonte: Acervo do projeto

Para a equipe, tais resultados demonstraram a importância de se ter contato com esse tipo de público para que a instituição possa cumprir seu papel efetivamente, no sentido de oferecer e também colher informações que possam melhorar sua atuação na sociedade.

No entanto, segundo o relatório final da equipe, embora o referido projeto de extensão tenha produzido resultados satisfatórios para a instituição, algumas dificuldades foram encontradas. Os principais obstáculos enfrentados foram de natureza de gestão, tais como: local de trabalho, equipamentos, materiais e divisão da carga horária dos servidores da equipe para dedicação ao trabalho extensionista. De qualquer forma, na visão da equipe executora, os resultados obtidos levaram a seguinte conclusão:

(...) aliado a outras iniciativas, esse tipo de ação deve ser contínua no âmbito do câmpus, ou até mesmo da instituição, atendendo às expectativas da sociedade de obter informações e possibilitar o recebimento dos serviços públicos, de acordo com a norma constitucional. Acredita-se que esta aproximação será fundamental no momento da escolha, pelos estudantes, da instituição e do curso que farão, promovendo a disseminação de informações e a democratização da educação pública (GIRALDI et al, 2015c, p. 8)

É interessante citar que, no mesmo ano, a Diretoria Geral do Câmpus São João da Boa Vista compôs uma Comissão de Marketing Institucional, por meio da Portaria nº SBV.0020/2015, de 09 de março de 2015, constituída por servidores interessados no tema, totalizando 13 docentes e 14 técnico-administrativos. Dado que o projeto de extensão já havia sido aprovado, de certa forma, as atribuições dos dois grupos poderiam se conflitar. Entretanto, segundo alguns integrantes, ocorreram algumas reuniões para o planejamento dos trabalhos da Comissão, porém poucas ações puderam ser executadas, tendo em vista o desinteresse de alguns servidores pela continuidade nos trabalhos, o que levou ao encerramento do grupo em comissão.

Diferente da referida Comissão, a equipe do projeto decidiu dar continuidade as suas atividades. Dessa forma, o projeto “IFSP: Conheça-nos!” teve sua importância mais uma vez reconhecida quando foi selecionado, num universo de 161 propostas submetidas, para sua execução em 2016, por meio do Edital IFSP-PRX nº 592/2015⁷⁰, da Pró-Reitoria de Extensão do IFSP. Segundo Giraldi et al (2015b), a versão contemplava o atendimento de estudantes de São João da Boa Vista e sua microrregião, bem como a realização de gincana com o público do projeto, com a finalidade de estreitar o relacionamento e facilitar o aprendizado das informações divulgadas. Ademais, foi disponibilizado o valor de R\$3.000,00 para pagamento de despesas com materiais de consumo para a referida ação extensionista.

A realização das atividades propostas para o segundo ano contou com a equipe do projeto de extensão, formada pelos mesmos 4 servidores técnico-administrativos, 3 estudantes bolsistas⁷¹ e 2 estudantes voluntárias.

Para a realização das visitas às escolas públicas, utilizou-se o vídeo institucional confeccionado em 2015, o fôlder impresso dos cursos do câmpus foi atualizado, a apresentação de slides foi aperfeiçoada e, com a ajuda de professores do câmpus, os bolsistas criaram um jogo educativo para realização de uma gincana

⁷⁰ http://prx.ifsp.edu.br/images/pdf/editais_internos/Edital865_ResultadoHomologadasEdital592.pdf. Acesso em 13 jul. 2016.

⁷¹ No ano de 2016, foram aprovadas três vagas para estudantes bolsistas no referido projeto, mediante o pagamento de R\$400,00 mensais para cada um, equivalente a carga horária semanal de 20 horas, por oito meses (de abril a novembro/2015). A escolha dos estudantes bolsistas foi feita por uma seleção com entrevista e dinâmica. Na referida seleção, foram inscritos aproximadamente 40 alunos interessados em participar do projeto, o que foi considerado, naquele ano, uma das propostas com mais estudantes inscritos, segundo a Coordenadoria de Extensão do câmpus.

do tipo “Passa ou Repassa”, utilizando-se de um kit de Arduíno⁷², sendo o placar elaborado em formato digital, na linguagem de programação Java.

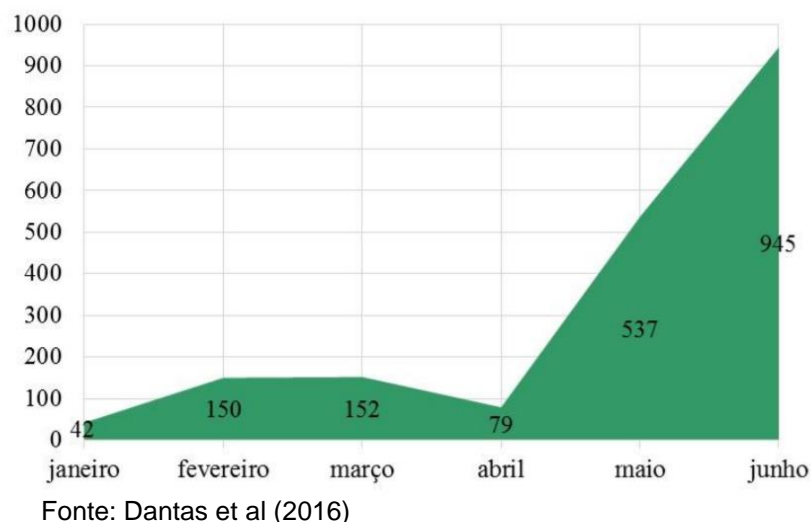
Em se tratando do trabalho realizado no ano de 2016, de acordo com o relatório final da ação extensionista (GIRALDI et al, 2016), foi possível a realização das palestras em 18 escolas públicas situadas em São João da Boa Vista e na sua microrregião, sendo atendidos 1309 estudantes, além dos visitantes da Semana de Tecnologia. Com relação à vertente de comunicação digital, a equipe do projeto de extensão passou a administrar a página oficial do Câmpus no *Facebook*, aumentando a atuação da instituição na internet. Segundo a equipe:

A título de exemplo, antes da nossa colaboração na divulgação por meio desse recurso, eram publicadas, em média, 8 postagens por mês. A partir de maio/2016, houve o aumento para 42 postagens, em média, mensalmente (GIRALDI et al, 2016, p. 5).

É interessante citar que o trabalho do projeto na internet, no ano de 2016, foi objeto de estudo dos bolsistas da equipe. Além de se tornar um canal de fácil diálogo com o público, sobretudo jovens, que passaram a utilizar as mensagens do *Facebook* para tirar dúvidas sobre a escola, segundo Dantas et al (2016), verificou-se que o aumento da quantidade, qualidade e frequência das postagens realizadas pela equipe do IFSP: Conheça-nos! na página institucional da referida mídia social provocou maior interação entre a instituição e a comunidade, tornando-se uma ferramenta fundamental para a popularização do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP.

⁷² O Arduíno é uma placa utilizada como plataforma de prototipagem eletrônica que torna a robótica mais acessível a todo tipo de público. Mais informações: <http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2013/10/o-que-e-um-arduino-e-o-que-pode-ser-feito-com-ele.html>. Acesso em 24 maio 2017.

Figura 17 - Evolução do total de curtidas⁷³ em publicações da página oficial do IFSP – Câmpus São João da Boa Vista no Facebook, no período de janeiro a junho/2016⁷⁴



Outra pesquisa dos bolsistas que utilizou o “IFSP: Conheça-nos!” como objeto de estudo foi feito com os ingressantes do ano de 2016. De acordo com Rocha et al (2016), dos estudantes que tiveram acesso à palestra da equipe no ano anterior, 72% indicaram que tal visita influenciou de forma significativa na sua escolha por ingressar na instituição, o que demonstra a importância desse tipo de ação na comunidade. Devido a essa prática criativa, organizada e regular de publicações, diversos setores começaram a demandar serviços da equipe, relacionados à área de comunicação. Com isso, além do trabalho proposto no projeto, os servidores e bolsistas elaboraram materiais gráficos e audiovisuais para a comunidade escolar, tendo destaque o vídeo sobre os cursos do câmpus, transmitido aos visitantes da Semana de Tecnologia e publicado no *Facebook*, onde rendeu mais de 100 compartilhamentos pelos usuários.

⁷³ Na mídia social Facebook, o ato de curtir uma publicação pode ser considerado como um engajamento positivo do público com a postagem.

⁷⁴ A equipe do projeto passou a administrar a página, além de outros servidores de setores aleatórios do câmpus, em meados de abril/2016. Assim, a página exclusiva do projeto no Facebook foi agregada à do Câmpus, após orientação da Relações Públicas da UFABC, Mariella Mian, para padronização e centralização dos esforços e, conseqüente, possibilidade de melhoria da imagem da instituição na internet.

Figura 18 - Foto do momento da gincana durante a visita da equipe do projeto de extensão “IFSP: Conheça-nos!” na escola Estadual Dr. José Nogueira de Barros – 2016



Fonte: Acervo do projeto.

É importante ressaltar que a execução do projeto teve destaque não só entre os servidores do local, como também chamou a atenção de pessoas de outros câmpus do IFSP. No decorrer de 2016, mantiveram contato com a equipe para conhecerem mais sobre a proposta representantes dos seguintes câmpus: Caraguatatuba, Cubatão, Jundiaí e Sertãozinho.

Além disso, de acordo com o relatório de execução do projeto no segundo ano, a equipe participou de uma breve capacitação sobre produção audiovisual, em parceria com o Câmpus Araraquara e organizou o I Encontro de Bolsistas de Extensão em Comunicação, no mês de abril, que contou com a participação de integrantes de um projeto similar que iniciara os trabalhos no Câmpus Sertãozinho e com a coordenadora técnica do projeto “UFABC nas Escolas”, Mariella Batarra Mian, a qual ministrou palestras sobre Estratégias de Falar em Público e Comunicação Digital. Ainda com relação a eventos acadêmicos, bolsistas e servidores participaram

como apresentadores de trabalho no Seminário de Extensão do próprio câmpus, no III Congresso de Extensão e III Mostra de Arte e Cultura do IFSP, realizado em Sertãozinho-SP e no 7º Congresso de Iniciação Científica e Tecnológica do IFSP, ocorrido em Matão-SP.

Com parte do recurso orçamentário disponibilizado ao projeto, a equipe também elaborou termos de referência para a aquisição de canetas personalizadas, com a marca do Instituto Federal.

Com relação às visitas realizadas naquele ano, 46% do alunos das escolas públicas visitadas não sabiam da existência do Câmpus do Instituto Federal e 74% dos alunos informaram que desconheciam como funcionava o processo seletivo da instituição. Além disso, houve cerca de 100 cursos sugeridos pelos alunos, a serem ministrados no Câmpus.

Entretanto, nesse contexto de melhorias na realização do projeto e grande aprendizado para a equipe de servidores e alunos, ainda foram encontrados certos problemas, similares aos do ano anterior, relacionados a local de trabalho, recursos, divisão do trabalho e carga horária dos servidores. Foi apontado também, de modo inédito, problema de atuação no período eleitoral. Ao final, a equipe concluiu que:

(...) considerando-se que os meios que permitem contato direto entre a escola e a comunidade colaboram potencialmente para a divulgação da marca da instituição, ações dessa natureza devem ser planejadas e executadas de forma integrada, com vistas ao fortalecimento cada vez maior da imagem da organização, visando ao cumprimento eficiente da missão institucional.

(...) Devido aos resultados alcançados pelo presente projeto, sugerimos a continuidade no próximo ano e, para melhor divisão de tarefas entre os integrantes, com vistas a melhoria na eficiência dos serviços prestados, que as ações sejam divididas em mais de um projeto (GIRALDI et al, 2016, p. 10-11).

Dessa forma, percebe-se a intenção da equipe em melhorar continuamente seu trabalho, adequando-se a um cenário dividido por dificuldades e por resultados satisfatórios.

Nessa direção, a proposta apresentada no ano de 2017 abarcou a ideia de divisão do projeto em dois, para a melhoria da gestão e execução das tarefas pelos integrantes. Assim, os projetos “IFSP: Conheça-nos! 2017 – Visitas” e “IFSP nas

Mídias Digitais” foram submetidos ao Edital IFSP-PRX nº 823/2016⁷⁵, da Pró-Reitoria de Extensão do IFSP, porém não foram aprovados.

Cabe esclarecer que houve, como consequência das medidas de inflexão das políticas sociais adotadas pelo governo a partir de 2016, uma redução⁷⁶ de quase 35% de recursos orçamentários destinados às ações de extensão do IFSP, no ano de 2017 em relação ao ano anterior, o que pode ter contribuído para um acirramento maior entre os projetos, resultando assim na reprovação dos projetos em questão.

O que parecia o fim de um trabalho intenso e inovador, construído por dois anos consecutivos, de relacionamento do Câmpus São João da Boa Vista com a comunidade, tornou-se a oportunidade de, finalmente, se institucionalizar no âmbito do câmpus. Com o apoio da Coordenadoria de Extensão, a preocupação de manter esse contato com o público fez com que a Diretoria Geral do câmpus emitisse a Portaria nº SBV.0030/2017, de 14 de março de 2017, tornando a proposta inicial em projeto institucional.

Ocorre que, mesmo com a contratação de uma estagiária da área de comunicação, destinada às atividades do projeto, muitas tarefas que antes eram cumpridas pela equipe, não foram mais realizadas. Não foi realizada nenhuma visita nas escolas públicas; somente houve a participação da equipe na recepção das escolas na Semana de Tecnologia de 2017, a divulgação de informações e diálogo com o público por meio do *Facebook*, porém de forma inconstante, ou seja, da forma como era realizado antes do início do projeto. Ademais, com o passar dos meses durante o ano de 2017, alguns integrantes solicitaram sua retirada da equipe, fazendo com que as atividades do projeto fossem inviabilizadas e, por consequência, interrompidas; fato que será discutido na próxima seção, na tentativa de delinear suas causas e consequências.

⁷⁵http://prx.ifsp.edu.br/images/2017/Editais/Edital823_Projetos2017.pdf. Acesso em 25 maio 2017.

⁷⁶ Para o ano de 2016, foi disponibilizado o total de R\$783.000,00 às ações de extensão do IFSP, enquanto que em 2017, o valor disponibilizado passou para R\$511.700,00, de acordo com os valores citados nos Editais 592/2015 e 823/2017. Disponíveis em http://prx.ifsp.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=117&lang=en. Acesso em 07 mar. 2017.

5. A INTERRUPTÃO DO PROJETO “IFSP: CONHEÇA-NOS!”: QUANDO LIMITES INSTITUCIONAIS CAUSAM IMPACTOS SOCIAIS

O objetivo deste trabalho é identificar a motivação do fim do projeto “IFSP: Conheça-nos!” e suas consequências, tentando propor caminhos para a continuidade das ações de popularização da escola. Isso porque a descontinuidade das atividades do projeto sugere que limites institucionais foram determinantes para a sua interrupção. A hipótese central do trabalho é que o Câmpus São João da Boa Vista do Instituto Federal, por não ser notadamente conhecido pela população, principalmente vulnerável, não cumpre de maneira eficiente o seu papel transformador, estabelecido na legislação e em seus documentos institucionais. Já a hipótese complementar é de que a comunicação institucional torna-se a um importante elemento na democratização da educação e no fortalecimento do papel social da escola, com a pesquisa e a extensão. Assim, o que se pretende nesta quinta seção, portanto, é uma análise pragmática acerca dessa problemática. Para tanto, no primeiro tópico faz-se algumas reflexões sobre o problema da pesquisa; no segundo, apresentam-se algumas definições sobre a realização das entrevistas com os participantes e, por fim, no terceiro tópico, expõe-se os resultados alcançados com a pesquisa, dividindo-os em temas para que a análise se torne mais dialógica.

5.1 Reflexão sobre a problemática

Identificou-se, até agora, que a busca pelo desenvolvimento de um país passa pela via da democratização da educação. Haja vista suas funções e suas implicações para a sociedade, estudadas na Seção 2, entende-se como imprescindível o acesso à educação pública, que viabiliza a construção do pensamento crítico, pela população de uma nação que se pretende democrática e justa.

Como foi visto, pode-se dizer que uma das ações novo-desenvolvimentistas adotadas no Brasil para a expansão da oferta do ensino, da pesquisa e da extensão pública no país foi a institucionalização e ampliação dos Institutos Federais. Embora o seu modelo institucional tenha sido criado de modo a atender seus objetivos estabelecidos na legislação, foi identificada uma certa fragilidade, por parte do IFSP,

em se relacionar com a comunidade, o que resulta em prejuízos à sua popularização, à sua atuação, como órgão integrante da burocracia do Estado, e por consequência, ao público demandante dos seus serviços. Assim,

Se o Estado no capitalismo seleciona demandas no sentido de garantir sua permanência, reprodução e expansão, essas demandas existem e, como vimos, são a tentativa de perpetuar ou modificar condições existentes (...) É o processo político que circunscreve a política pública. É o momento frágil do Estado, e será tanto mais frágil quanto mais interesses estiverem envolvidos e quanto mais divergentes sejam (...) É sabido que as políticas sociais têm características próprias em relação ao conjunto das políticas públicas (...) as políticas sociais são extremamente dependentes do resultado das relações políticas. E isso é ainda mais verdadeiro na atualidade, na qual essas políticas têm sido responsabilizadas pelo déficit dos Estados, não sendo mais consideradas como estratégia para o desenvolvimento, como o foram no período do pós-guerra (LOBATO, 2006, p. 305-306).

Dito isso, após discorrer-se sobre os relevantes objetivos do IFSP e do Câmpus São João da Boa Vista, previstos na legislação e em seus documentos institucionais, bem como apresentar os elementos que caracterizaram a proposta que objetivou popularizar os serviços do modelo burocrático utilizado pelo Estado para cumprir sua política pública em educação; e a explanação sobre sua trajetória, desde a concepção até a sua interrupção, torna-se necessário dar voz a quem construiu tal iniciativa, quais sejam, os servidores técnico-administrativos da equipe, a fim de se cumprir os objetivos do presente trabalho, tentando elucidar os motivos que levaram à descontinuidade das ações do projeto, seus impactos e os possíveis caminhos para seu prosseguimento.

Esses questionamentos se tornam latentes quando se vê que o fenômeno da interrupção de atividades sistematizadas de comunicação do Câmpus São João da Boa Vista do Instituto Federal com o seu público vai de encontro com as ações do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), o qual vem desde o segundo semestre de 2017 debatendo⁷⁷ estratégias para a comunicação institucional da Rede Federal, e lançou no fim daquele ano uma Política de Comunicação, cujo objetivo, segundo a teórica e consultora da referida política, Elizabeth Brandão, é “(...) criar orientações e

⁷⁷ http://portal.conif.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1482:rede-federal-debate-estrategias-para-comunicacao-institucional&catid=84:ultimas-noticias&lang=br&Itemid=609. Acesso em 16 abr. 2018.

diretrizes comuns para que a Rede Federal possa ter condutas e processos de comunicação coerentes com sua visão e missão, enquanto Institutos Federais que defendem a educação profissional, científica e tecnológica.”⁷⁸

A primeira edição do documento denominado “Política de Comunicação do Conif”, com 50 páginas, divide-se em duas partes, sendo elas: (i) Concepção da Política de Comunicação do Conif, a qual indica conceitos, objetivos, princípios e públicos-alvo das ações; e (ii) Gestão da Comunicação, cujos tópicos tratados são relacionados aos macroprocessos, diretrizes, como gerir a política, recursos necessários, responsabilidades, funcionamento, fatores críticos e implementação (CONIF, 2017).

Para o presidente do Conif – gestão 2017, Francisco Roberto Brandão Ferreira, além de ser imprescindível prestar contas à sociedade sobre o investimento público feito na educação profissional e tecnológica, com a referida política de comunicação:

Queremos estabelecer um fluxo integrado de comunicação interinstitucional, mas, principalmente, fortalecer o papel social da Rede Federal, suas contribuições tecnológicas e inovadoras para o País e, mais recentemente, para o mundo. Com isso, nossa proposta não é engessar processos nem estabelecer regras, e, sim, incentivar fluxos comunicacionais inovadores que funcionem como uma eficiente, ininterrupta e resistente engrenagem. (CONIF, 2017, p. 16)

Sendo assim, para compreender mais profundamente a relação que envolve o início, desenvolvimento e a interrupção de uma prática que visava fortalecer a função social da instituição pública de ensino, fato que vai na contramão ao que se estabelece para a Rede Federal, o que se pretende na sequência é buscar, empiricamente, respostas e interpretações de alguns profissionais que lidaram com essa problemática.

5.2 Definições sobre as entrevistas

Na busca da compreensão das causas e das consequências que envolveram a interrupção do Projeto “IFSP: Conheça-nos!”, bem como da indicação de possíveis caminhos para a continuidade de ações comunicacionais do Câmpus São João da

⁷⁸ <http://portal.conif.org.br/br/component/content/article/84-ultimas-noticias/1792-politica-de-comunicacao-e-lancada-na-80-reuniao-do-conif?Itemid=609>. Acesso em 16 abr. 2018.

Boa Vista, além das bases teóricas já apresentadas, torna-se necessária também uma análise empírica. Para Yin (2001, p. 32), essa análise “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Dessa forma, para avaliar com mais profundidade o problema proposto neste trabalho, foram realizadas entrevistas com os profissionais que executavam as atividades do referido projeto. As entrevistas com os integrantes da equipe ocorreram no local e horário indicado por eles, no próprio Câmpus São João da Boa Vista do IFSP, em 27 de março de 2018.

A todos os entrevistados, individualmente, a pesquisadora novamente explicava os objetivos da presente pesquisa e, antes do início das entrevistas, entregava duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que eles lessem e, havendo concordância, assinassem.

Feito isso, uma via do TCLE, assinada pela pesquisadora, foi entregue a cada participante e, então, iniciaram-se as conversas presenciais. Todos os entrevistados autorizaram a gravação das entrevistas. Elas tiveram seus áudios registrados por gravador de voz, e a sua transcrição foi feita na íntegra, conforme Apêndice B, com certas adequações, sendo uma delas que seus nomes foram retirados e identificados como Entrevistado 1, Entrevistado 2 e Entrevistado 3. As demais se referem a inclusão de termos entre colchetes ou parênteses, para facilitar o entendimento.

Durante as entrevistas, para garantir a espontaneidade dos entrevistados e deixar a conversa mais fluida, foi elaborado um questionário fixo e aplicado a todos, porém novas perguntas eram realizadas, à medida que os entrevistados respondiam as questões pré-determinadas, colhendo, assim, a percepção dos entrevistados sobre a temática.

Considerando os objetivos propostos, passa-se, agora, para a análise das respostas dos participantes ao questionário semi-estruturado da pesquisa, constante no Apêndice A.

5.3 Reflexão sobre a percepção dos entrevistados quanto à interrupção do projeto “IFSP: Conheça-nos!”

A seção anterior foi dedicada a apresentar o processo da realização das entrevistas. Logo, é chegado o momento de avaliar o conteúdo dessas entrevistas. As declarações dadas pelos entrevistados estão organizadas em tópicos temáticos, a fim de permitir que a percepção de cada assunto abordado torne-se mais dialógica. Salienta-se, entretanto, que não há nessa pesquisa o propósito em esgotar todas as argumentações levantadas durante as entrevistas, referentes a cada uma das questões abordadas, haja vista a complexidade de visões e relações envolvidas com o objeto de estudo e seu contexto.

De um modo geral, além de possibilitar a reflexão sobre a descontinuidade do projeto “IFSP: Conheça-nos!”, pode-se dizer que as entrevistas representaram uma oportunidade dos entrevistados imprimirem suas percepções sobre o ambiente de trabalho em que convivem, como será visto no decorrer dos tópicos.

5.3.1 Mais contribuições sobre o que fundamentou o início do projeto

Diante das declarações dos integrantes da equipe no decorrer das entrevistas, foi interessante observar que, além dos fundamentos já citados na Seção 4, outra razão que fez com que o projeto existisse, mesmo com os problemas elencados nos relatórios finais e nos discursos dos entrevistados, está relacionada com a satisfação profissional que as atividades e finalidades do projeto proporcionavam aos membros da equipe.

Para o Entrevistado 1, a sua participação na equipe representava exercer os conhecimentos que estava aprendendo na sua graduação (marketing), uma vez que seu cargo não guardava relação com tal área. Tendo em vista que já havia feito alguns trabalhos de divulgação do Câmpus de modo voluntário, para ele, as atividades do projeto serviam de “válvula de escape” e lhe proporcionavam grande realização profissional. Sua expectativa era que as atividades do projeto fossem institucionalizadas, que a equipe ficasse responsável pelas tarefas, no sentido de ter continuidade independentemente da existência de edital de financiamento. Mais que isso, ele tinha a expectativa que o projeto extensionista se tornasse um programa,

para que os outros câmpus pudessem fortalecer o relacionamento com a sua comunidade também.

PESQUISADORA: Entendi. Você falou “com dor no coração” de sair. Teve que tomar essa decisão com dor no coração. Você poderia explicar melhor por que com dor no coração?

ENTREVISTADO 1: Ah porque assim (...) o projeto era minha válvula de escape ali, entendeu? Era aonde eu me encontrava...assim, aonde eu conseguia alinhar a minha formação com as atividades que eu estava desenvolvendo. Então, era (...) algo que me dava, como é que eu posso dizer, uma satisfação...

Nessa mesma direção, o Entrevistado 2 demonstrou sentir orgulho de ter se tornado integrante de um projeto inovador, criado pela categoria de técnico-administrativos, que supria uma necessidade latente do Instituto Federal, na área de comunicação. Devido ao seu conhecimento, suas atividades na equipe também transcendiam às atribuições do seu cargo, e foram essenciais para desenvolvimento de materiais gráficos e audiovisuais.

Assim como para o Entrevistado 1, a expectativa do Entrevistado 2 era de que as ações do projeto se tornassem permanentes no Câmpus, podendo ser replicadas em outros câmpus dos Institutos Federais, se assim houvesse interesse. Para ele, a equipe se estruturou de forma muito satisfatória em termos de organização e método de trabalho, entretanto, recebeu reconhecimento tardio por parte da Reitoria, se referindo a um episódio que a Assessoria de Comunicação Social do IFSP convidou os integrantes do projeto para ajudarem na elaboração de um vídeo institucional em 2017.

(...) o impacto do meu trabalho no projeto era maior do que o impacto do meu trabalho no Câmpus São João. É, então 4 horas trabalhadas no campus São João acho que equivaleria (...) a 10 minutos meus trabalhados no projeto. Então, o impacto do projeto, eu trabalhando no projeto, renderia mais, eu impactaria mais gente (...) meu trabalho teria mais significância (ENTREVISTADO 2, 2018).

Objetivos comuns e afinidade de ideias foram apontados pelo Entrevistado 3 como a razão que o motivou participar da equipe. Para ele, todos os integrantes participavam de todas as etapas dos trabalhos, desde o planejamento de atividades e eventos, elaboração de materiais, publicação nas mídias sociais até realização de visitas. Sua expectativa era conseguir ampliar cada vez mais as ações de

comunicação direcionadas à comunidade externa do Câmpus São João da Boa Vista, inclusive em sua região, a fim de fortalecer progressivamente o papel social da escola. Posteriormente, a sua ideia seria ajudar os câmpus mais novos a desenvolverem projetos semelhantes, de forma a atingirem o mesmo objetivo de se popularizarem. Suas palavras revelam o substrato do significado do projeto para a equipe:

Sabe, é a nossa instituição, mas muitas pessoas acham que é só um local de trabalho, é um lugar que eu vou lá, trabalho e volto embora; não me importo como que está andando (...), se vai pra frente, se não vai pra frente, se vai ficar aberta, se vai fechar, ninguém está importando. E essa é a mentalidade que a gente não quer ter, a gente, no projeto, a gente tem a mentalidade de “vamos levantar essa instituição”, vamos mostrar *pro* mundo... Porque a gente precisa de ter mais alunos estudando numa escola de qualidade (ENTREVISTADO 3, 2018).

Assim, o posicionamento dos participantes vai ao encontro do que Klein e Mascarenhas (2016) identificaram em sua pesquisa sobre carreira no setor público, em que os servidores públicos se sentem mais satisfeitos, principalmente, com fatores intrínsecos ao seu cargo, ou seja, quando percebem que a natureza do seu trabalho possui relevância. Assim como eles concluíram, isso evidencia a importância de se ter políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas que considerem tais questões no âmbito público, uma vez que seus resultados interferem diretamente na prestação dos serviços públicos à população.

Na mesma direção, adentrando mais no cenário escolar, Lück (2017) acredita que o nível de participação e envolvimento efetivo dos membros é menor quanto maior a sua burocratização, quanto mais formalizados são os papéis e funções das pessoas. Logo, considerando as características do Instituto Federal e as declarações dos participantes, entende-se que executar o projeto, para a equipe, também significava efetivamente participar da consecução dos objetivos e finalidades da organização, enriquecendo seu trabalho e, com isso, gerando certa satisfação profissional a eles.

Diante do exposto, percebe-se que além de fundamentos racionais e legais, a idealização e execução do projeto “IFSP: Conheça-nos!” tiveram como base questões relacionadas ao enriquecimento e à valorização do trabalho do profissional da educação de instituições públicas, os quais, historicamente, tem uma trajetória

marcada pela resistência ao poder vigente e pela luta por uma sociedade mais justa e democrática. No entanto, por se tratar de uma instituição altamente burocratizada, como foi apresentado, a efetiva participação e inovação dos processos existentes implicavam mudanças organizacionais, estas tão desafiadoras no ambiente público, como citado por Bergue (2010) e Lück (2017).

5.3.2 Societais, organizacionais ou pessoais: afinal, que barreiras impediram a continuidade do projeto “IFSP: Conheça-nos!”?

Como consolidado na literatura, por características próprias do setor público, resistências às mudanças e à inovação são comuns em organizações públicas, ainda que na contramão do que se estabelece em seus documentos institucionais. Logo, a descontinuidade das atividades do projeto sugeriu que limites institucionais tivessem contribuído para a sua interrupção. Assim, a fim de se descartar quaisquer outros motivos que levaram à interrupção do projeto em questão, os participantes foram instigados a apontarem aspectos societais, aqueles relacionados ao macroambiente em que a instituição se encontra, organizacionais, entendidos como fatores inerentes ao ambiente interno dela e, por fim, pessoais, considerados como as razões particulares dos membros da equipe. Passa-se, então, à análise das respostas.

Com relação a fatores de ordem societal, embora o Entrevistado 1 tenha negado qualquer relação, chegou a ser contraditório no seu discurso: “acho que não tem nada a ver com ordem societal, mas talvez se tivesse (...) um incentivo financeiro por trás ali (...) talvez o projeto não morreria.”

Já o Entrevistado 2, no início negou qualquer relação, mas quando a pesquisadora citou a diminuição do orçamento em cerca de 35% do edital da Pró-Reitoria de Extensão na ocasião em que o projeto não fora mais aprovado, ele chegou a concordar que, com a mudança, a disputa entre os projetos propostos se tornara maior. Então, finalizou seu discurso, informando que esse aspecto societal influenciou “indiretamente, sim, depois, porque você acaba dando uma desmotivada (...)”

Na mesma direção, o Entrevistado 3 entende que a influência foi indireta para a descontinuidade do projeto, pois a redução de recursos orçamentários destinados a projetos de extensão atrapalhou na qualidade das ações a serem feitas, à medida

em que a equipe precisara priorizar o que deveria ser feito com os recursos disponíveis.

Logo, com relação a eventuais obstáculos referentes ao contexto atual no qual a política pública de educação está inserida, os entrevistados, de um modo geral, entendem que somente a questão orçamentária causou certa influência, entretanto, de forma indireta, uma vez que

(...) de certa forma a gente consegue fazer esse trabalho sem maiores orçamentos, maiores investimentos, porém quanto maior o investimento, melhor o trabalho fica e (...) o (...) nosso público vai ser cada vez mais beneficiado (...) Então, de certa forma, indiretamente influencia, mas não é algo que impeça de fazer, de desenvolver o trabalho. (ENTREVISTADO 3, 2018)

É interessante observar que a comparação entre os resultados do projeto nos anos em que foi realizado corrobora com o entendimento do Entrevistado 3, no tocante à melhoria dos resultados quando do aumento do investimento e de canalização de forças para a sua realização.

Desse modo, esse posicionamento da equipe sugere que motivos de outra ordem foram determinantes para a interrupção do projeto. Assim, os participantes foram questionados sobre fatores de ordem organizacional.

Sobre esse aspecto, é interessante citar o posicionamento do Entrevistado 1. Logo no início, ele chegou a declarar explicitamente que “o que levou ao fim (...) não vamos falar o fim *né*, mas a decadência do projeto, foram outros fatores (...) acho que o fato dos membros terem que se afastar por motivos particulares (...) eu acho que mais foi isso.”

No entanto, embora tenha elencado diversos obstáculos internos da instituição, como a dificuldade de uso de equipamentos e materiais, e de liberação dos servidores para execução das atividades, que acabaram atrapalhando o bom andamento do projeto, ele se mostrou um pouco incomodado em detalhar isso.

ENTREVISTADO 1: Ah entendi... É. Acho que a gente sofreu um pouco com isso sim. **Mas eu tenho que descrever assim?** (risos)

PESQUISADORA: Você pode ficar à vontade para falar o que quiser.

ENTREVISTADO 1: A compreensão das chefias, é isso. Para liberar os servidores...

PESQUISADORA: O que você acha?

ENTREVISTADO 1: Assim, eu acho que a gente sofreu um pouco com isso sim. **Só vou falar isso:** esse fator existiu e contribuiu com, não o mal andamento, mas assim... mas a gente poderia ter

desenvolvido um trabalho melhor se esse tipo de coisa não existisse; uma compreensão melhor das chefias imediatas em relação ao projeto. **(grifos da autora)**

Percebendo certo desconforto por parte do entrevistado em falar sobre o assunto, a pesquisadora prosseguiu a entrevista, passando para a próxima questão da pesquisa. Porém, o entrevistado retornou à questão para justificar suas declarações:

PESQUISADORA: E agora você poderia apresentar fatores de ordem pessoal?

ENTREVISTADO 1: Assim ó....Só complementando aqui. (...) da maneira como a gente apresentou o Instituto Federal para os alunos em potencial, antes disso a gente devia ter vendido o nosso peixe para as chefias e comunidade interna. Então, apresentar o projeto para eles terem uma percepção parecida com a nossa e aí a gente... talvez se a gente tivesse feito isso, não enfrentaria tanto problema relacionado com as relações interpessoais envolvidas ali. Porque assim, a grandeza que o projeto tinha pra gente, pra eles não, mas assim até por falta de conhecimento.

PESQUISADORA: Pra eles, você fala chefia?

ENTREVISTADO 1: Chefia e toda a alta administração do Câmpus.

Por fim, o Entrevistado 1 voltou a declarar que a equipe passou por problemas e dificuldades, mas os principais motivos que levaram à interrupção do projeto foram os compromissos pessoais de cada integrante. De qualquer forma, esse posicionamento deixou claro a falta de interesse e de suporte por parte da Administração em oferecer condições favoráveis para as ações de comunicação iniciadas pela equipe, uma vez que não há indicações de que houve ao menos a tentativa de reorganização de pessoas, nem recursos e atividades, ou seja, identifica-se a existência de um ambiente em que não há incentivo ou fortalecimento da participação, como já dito, fenômeno tão importante para a democratização da educação.

Há que se considerar também a sugestão do Entrevistado 1 que, refletindo sobre os obstáculos pelos quais a equipe passou, entendeu que ela deveria ter feito um trabalho de conscientização sobre o projeto para os demais membros da organização, com a finalidade de obter mais legitimidade e ajuda em sua atuação. De fato, conforme Lück (2017), para que a participação seja efetiva e transformadora no ambiente escolar, é necessário que se crie uma visão de conjunto, de modo a promover a integração de esforços no sentido de se estabelecer os objetivos

educacionais, romper com os desafios institucionais para realizá-los, tendo em mente a responsabilidade de cada um nesse processo. Nas palavras da autora:

A criação de um ambiente e de uma cultura participativos constituem-se (...) em importante foco de atenção e objeto de liderança pelo gestor escolar, pelo qual, gradualmente, tem-se promovido mudanças significativas na organização e orientação de nossas escolas. (LUCK, 2017, p. 852)

Além de detalhar mais especificamente os obstáculos citados nos relatórios finais, relacionados à falta de equipamentos, de local de trabalho específico, de organização da carga horária dos membros da equipe para se dedicarem a projetos de extensão, o Entrevistado 2 apresentou novos limites inerentes à instituição que puderam ter contribuído para a decadência do referido projeto. Segundo ele, como a equipe era formada por servidores lotados tanto no próprio Câmpus São João quanto na Reitoria do IFSP, não havia uma integração entre esses dois setores da instituição para que o projeto fosse viabilizado de modo mais eficiente. Em suas palavras: “ (...) um não queria abrir mão de uma coisa, outro não queria abrir mão de outra coisa, pelo fato... “ahh, isso aqui é Reitoria; isso aqui é Câmpus”. E esquecendo que (...) somos todos Instituto Federal de São Paulo. Maior ainda, somos da Rede Federal (...). Brasil.”

Considerando que o fato indicado pelo participante demonstrava um fenômeno mais implícito, a pesquisadora prosseguiu com o questionamento sobre demais fatores abstratos, referentes às relações de pessoas e poderes na organização, que puderam ter contribuído para a interrupção dos trabalhos da equipe. O Entrevistado 2, então, se sentiu a vontade para denunciar uma cultura contrária à existência de diálogo diante da divergência de opiniões, o que contraria os princípios e fundamentos contidos nos documentos institucionais.

Não tem, não existe uma discussão saudável (...), vamos falar assim, é tipo assim, se o cara não gosta do preto, da cor preta, ou não gosta da cor vermelha, o cara é errado porque o outro gosta e se ele está no poder, você tem gostar do que está no poder (...) E por causa disso, o projeto teve muito, acho que até boicote (...) (ENTREVISTADO 2, 2018)

Considerando o caráter inovador do projeto e a origem de seus membros, conforme apresentado por Lück (2017) tal situação se refere ao processo de

resistência para que se mantenha a ordem vigente e os nichos de poder, ainda que prejudicial ao contexto escolar e sua efetiva democratização.

Quando questionado sobre eventuais obstáculos organizacionais que prejudicaram as atividades da equipe, na mesma direção, o Entrevistado 3 também indicou questões relacionadas à cultura institucional. Para ele, no geral, houve uma falta de vontade da comunidade interna em melhorar os resultados que estavam sendo alcançados pelo projeto.

A gente vê isso acontecer dentro deste Câmpus, mas a gente vê isso acontecer fora também; a gente vê isso a nível de Instituto Federal de São Paulo. (...) eu acredito que muitas vezes as pessoas trazem o seu particular, o seu ego, a sua personalidade, muito acima do que realmente é um trabalho..um trabalho em grupo, por exemplo, as pessoas, às vezes, não sabem valorizar e colaborar num trabalho em grupo, a não ser que elas sejam beneficiadas por isso (ENTREVISTADO 3, 2018)

Desse modo, o posicionamento do Entrevistado 3 reforça o argumento do Entrevistado 2 sobre as relações de poder existentes e acrescenta sobre indícios de falta de alinhamento de visão sobre a verdadeira razão de existir da instituição. Fatos que apontam para uma imprescindível necessidade de superação da ótica individualista, com vistas a efetivamente atender as finalidades do Instituto Federal na sociedade, pois “a participação que se espraia por todas as dimensões do processo social, na intenção de enriquecê-las, constitui-se em transformação.” (LÜCK, 2017, p. 623)

Assim, considerando que os fatores organizacionais relacionados à cultura da organização e às suas relações de poder tiveram grande destaque na fala dos participantes, será dado enfoque nessa temática no próximo tópico.

A fim de se descobrir eventuais barreiras de ordem pessoal que levaram à descontinuidade do projeto, foi possível identificar que, em resumo, a principal causa particular foi a desmotivação dos participantes, o que levou à desconstrução da equipe. Segundo eles, como o “gás” para a execução do projeto provinha da vontade dos membros, a saída de alguns foi aumentando ainda mais a carga de trabalho dos demais. Desse modo, como algumas atividades já estavam sendo realizados fora da carga horária normal de trabalho, aumentar ainda mais as atividades dos integrantes impactou negativamente em seus compromissos

personais, resultando na decisão de cada um em interromper suas atividades no projeto.

E a ideia sempre foi que a gente utilizasse o horário de trabalho pra realizar essas atividades, mas acontecia e, (...) aconteceu várias vezes, da gente utilizar o horário fora do expediente *pra* realizar essas atividades (...) Com tudo isso, (...) o trabalho que a gente já tem aqui dentro, (...) a vida particular, (...) chega a um esgotamento de não conseguir mais lidar com tudo aquilo, ou você pega aquela responsabilidade e leva ela inteira, ou você abre mão dela (...). Não dá *pra* fazer a coisa aos trancos (...) foi aí que a gente percebeu que, como a gente não tinha esse apoio de mais pessoas *pra* colaborar, o grupo foi reduzindo, e aí quanto menos pessoas no projeto, mais atividade cada um tinha, (...) foi realmente necessário pedir essa interrupção (ENTREVISTADO 3, 2018).

Mais uma vez fica evidente a falta de compromisso da coletividade na manutenção das ações projeto, haja vista a falta de compartilhamento de visão entre os membros do Câmpus, como indicado pelo Entrevistado 1. Ora, se o projeto havia sido institucionalizado por ter reconhecida sua importância para a democratização da escola, por que não foram criadas condições para a sua execução? De acordo com Lück (2017, p. 380-381), isso pode ser caracterizado como uma falsa democracia, pois delegar a alguém poderes para agir em seu nome envolve também apoio e acompanhamento do seu trabalho. Para ela, “implica trabalhar com a pessoa na consecução das propostas definidas e assumir sua parte de responsabilidade pelos resultados desejados.”

Após a explanação das respostas dos participantes sobre os três eventuais motivos determinantes para a descontinuidade do projeto, passa-se agora a detalhar melhor os aspectos relacionados à esfera organizacional, já que foi fortemente indicado pelos entrevistados.

5.3.3 Entre o dito e o feito: limites da democratização do Câmpus São João da Boa Vista

Havia em mente desde o início da pesquisa que limites institucionais foram determinantes para a interrupção do “IFSP: Conheça-nos!”, devido a indicação constante nos relatórios finais do projeto sobre problemas organizacionais. E no decorrer das entrevistas com os integrantes da equipe, essa ideia se tornou mais consistente e clara.

A gente *tava* sempre solicitando *né* e nem sempre aquele recurso estava disponível na hora que a gente precisava e isso aconteceu com carro, com câmera, com os próprios servidores. Às vezes, o servidor não podia se deslocar até uma visita, porque tinha um trabalho mais urgente para desenvolver no setor. Então, tudo isso acho que atrapalhou um pouco *né* e fez com que a gente se desmotivasse com o tempo. A gente *tava* trabalhando com equipes multidisciplinares; cada um num setor e foi bem complicado. Acho que isso contribuiu um pouco para desmotivar. (risos) (ENTREVISTADO 1, 2018)

Foi possível identificar ainda que a dinâmica que envolveu a interrupção dos trabalhos deveu-se a um conjunto de falta de recursos físicos, mas, principalmente, de ausência de um endosso moral, de uma vontade coletiva em viabilizar as ações, mesmo estando os objetivos e fundamentos do projeto de acordo com os preceitos legais e normativos inerentes à instituição. Sendo assim, pode-se dizer que, em resumo, o ambiente estudado revelou ser incapaz de absorver ações de participação, o que acaba inviabilizando assim sua democratização, de acordo com Lück (2017).

Dito isso e considerando que no tópico anterior procurou-se indicar possíveis explicações da literatura a esses problemas, a partir desse momento procura-se dar enfoque, pela fala dos entrevistados, aos limitadores organizacionais que levaram à descontinuidade do projeto e suas consequências.

Para o Entrevistado 1, a equipe não soube lidar com as consequências advindas de uma tentativa de mudança cultural na instituição. Como já informado no tópico anterior, para ele, somente após sua saída da equipe, percebeu que seria necessário fazer um trabalho para legitimar a proposta junto à comunidade interna, com vistas a obter mais colaboração dela na ações do projeto.

(...) olha eu já ouvi diversas vezes de mais de um servidor que o Instituto Federal não precisa de marketing; que ele se auto promove. Talvez a difusão dessa cultura organizacional (...) explique o quanto de importância que as pessoas dão, entendeu, para a comunicação no IF, que é pouco *né*. E (...) como a equipe se reuniu *pra* quebrar esse paradigma (...) A equipe *tava* mais motivada? Sim. Porque a gente percebeu essa cultura e a gente *tava* tentando quebrar isso. Eu acho que a gente devia ter vendido o nosso peixe antes de atuar. Que a gente já tinha essa visão e eu acho que a gente começou achando que as pessoas também. Que alguns já tinham essa visão, ou que as pessoas com o tempo fossem adquirir (...), fossem mudar

a visão. Mas assim, não aconteceu com todo mundo (...)
(ENTREVISTADO 1, 2018)

Já o Entrevistado 2 entende que o fato se trata de um jogo de interesses, uma vez que as ações do projeto, ao mesmo passo que tentavam solucionar um problema da escola em melhorar seu relacionamento com a comunidade, também deixavam em evidência que os setores que tinham a responsabilidade formal de promover isso não estariam funcionando corretamente, considerando que os integrantes do “IFSP: Conheça-nos!” não faziam parte da equipe gestora do Câmpus, se referindo aos jogos de poder citados no tópico anterior. Nas suas palavras:

Então, do jeito que a gente *tava* ajudando (...), *tava* deixando explícito outra e (...) a Administração, *pra* se poupar, *pra* se proteger, acaba boicotando *né*. De várias maneiras (...), tanto boicotando o espaço, como (...) o horário, o próprio servidor, achando empecilho *pra* não ajudar, *pra* não deixar explícito outras coisas
(ENTREVISTADO 2, 2018).

Para ele, o ápice do fim do projeto ocorreu com a institucionalização em 2017, pois estando subordinada ao Câmpus e não mais aos editais extensionistas, a equipe perdeu a autonomia dos trabalhos. Um exemplo disso foi a contratação de uma estagiária, em tese, para ajudar o desenvolvimento do projeto, porém que desenvolvia prioritariamente atividades administrativas da Coordenadoria de Extensão.

No mesmo caminho, o Entrevistado 3 cita que a equipe precisou enfrentar diversas dificuldades na comunidade interna para que pudesse cumprir o que foi proposto no projeto, sobretudo no período eleitoral para a escolha dos dirigentes (Diretor de Câmpus e Reitor) da instituição. Para ele, existe uma cultura interna de não valorizar o trabalho do próximo ou dar destaque a ele, mesmo que o seu resultado esteja sendo favorável para a escola ou sociedade. Pode-se dizer que isso acontece especialmente se o grupo idealizador não fizer parte da equipe que se encontra no comando; haja vista os interesses pelo poder, como já explicado. A seguinte fala do Entrevistado 3 ilustra uma das situações pela qual a equipe teve que se submeter:

É... a gente sofreu uma pressão desnecessária no período eleitoral; nós ficamos no meio de um fogo cruzado, um projeto que não deve ter partido [por ser de extensão], não tinha se posicionado entre um e outro candidato na eleição de Diretor de Câmpus e de Reitor também. Mas a gente sentiu essa pressão na pele e a gente teve que manter firme o nosso... a nossa postura de imparcialidade como projeto, sofrendo o que sofremos de ambos os lados, porque quando você não define um lado, você é atacado pelos dois (...) Mas a gente viu que, em dados momentos, a gente era atacado, em dados momentos, quando era interessante colocar o nosso projeto como *outdoor* para uma campanha, a gente também foi chamado (...) A gente teve prejuízos emocionais por causa do projeto, mas não por causa do projeto em si, mas por causa da forma como as pessoas e a política envolvida se usaram desse argumento do projeto *pra fazer* a política e pra... é..ter o embate entre os candidatos. Então, eu acho que numa próxima vez, isso não pode ficar impune. É isso. (Lágrimas nos olhos) (ENTREVISTADO 3, 2018)

Assim, dentre fatores de ordem societal, organizacional e pessoal, o discurso da equipe evidenciou que, sobretudo, os organizacionais provocaram a desmotivação da equipe e, esta bem como sua proposta, não encontrando apoio e suporte necessário da coletividade, principalmente da Administração, deixou de executar as ações de popularização do Câmpus, ou seja, deixou de participar. Para Lück (2017), se por um lado, essa prática de falsa democracia pareça vitoriosa para quem a incentive, por outro, do ponto de vista socioeducacional, produz a deterioração da cultura organizacional da escola por razões como: a) destruição de qualquer alternativa de colaboração benéfica; b) descrédito nas ações das autoridades; c) geração de desconfiança, insegurança e, ainda, d) eliminação de ideias, desejos e motivações de participação nas pessoas que, ao se sentirem usadas, passam a negar qualquer processo e até mesmo a legitimidade de se participar.

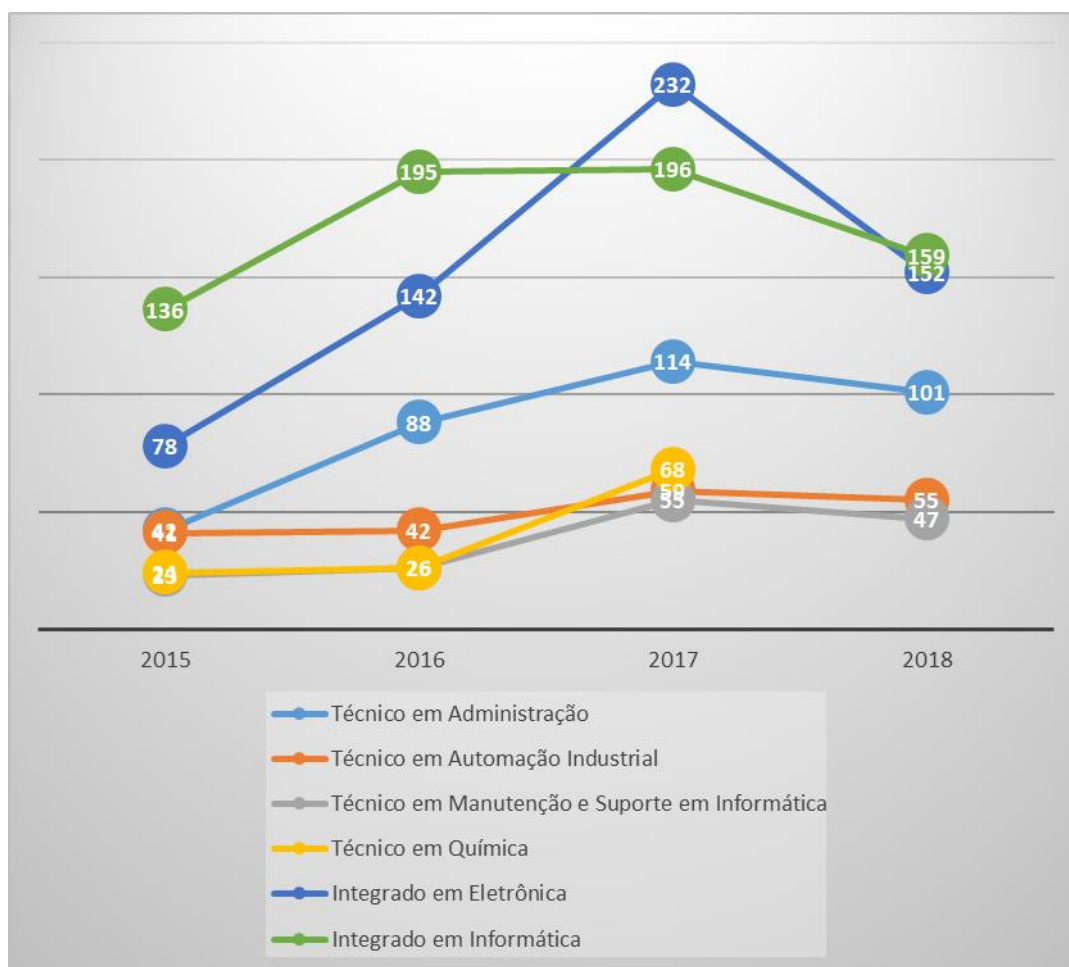
Se até então, como foi visto, o projeto estava obtendo resultados positivos em termos de comunicação pública, torna-se necessário elencar os impactos advindos de sua interrupção.

Muitos deles não sabem os cursos que a gente oferece aqui, não sabem que é gratuito, imaginam que seja assim extremamente difícil. Só quem estudou em escola particular vai poder participar; eles nem sabem que eles tem metade das vagas os alunos de escolas públicas. Então, assim, precisa sanar de quem já conhece e levar ao conhecimento de quem não conhece. Então, o problema maior; o prejuízo foi *pra* nossa sociedade mesmo, *pra* nossa comunidade de não conhecer...os alunos que a gente foi apresentar tiveram essa oportunidade, mas todo ano você tem alunos novos nas escolas, então esses alunos do ano passado, por exemplo, não tiveram essa oportunidade. Talvez muitos deles tivessem o interesse de estudar aqui, se soubessem os cursos que tem, que tem o curso que ele quer fazer e que é gratuito. O maior prejuízo é para a comunidade, comunidade externa. (ENTREVISTADO 3, 2018)

Os entrevistados foram unânimes no entendimento de que o principal prejudicado com o fim do projeto refere-se à sociedade, em especial, a parcela mais pobre, corroborando com a problemática sobre a trajetória da educação, estudada nas seções anteriores. O Entrevistado 1 acrescentou também como resultado negativo a mitigação do processo de fortalecimento da imagem do Câmpus no município e sua região, que como foi visto, estava em processo de melhorias de acordo com a proposta da equipe do projeto devido à grande fragilidade dessa área na instituição desde o início de seu funcionamento, e finalizou com o argumento da baixa procura pelos cursos da instituição por falta de informação pelos cidadãos. Sendo assim, verifica-se um certo retrocesso nos processos de popularização do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP, na tentativa de preservar o *status quo* daquela coletividade, consoante a visão de Lück (2017).

Para ilustrar essa questão do preenchimento das vagas dos cursos oferecidos pela instituição, analisando os dados de inscritos nos processos seletivos para os cursos técnicos do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP, no período de 2015 a 2018, observa-se que, entre 2015 e 2016, de modo geral, houve um aumento de mais de 43% de inscritos no processo seletivo para preenchimento de vagas dos cursos técnicos. Entre 2016 e 2017, esse índice aumentou expressivamente em 68%. Entretanto, no ano de 2018, houve uma diminuição de 17% em relação ao ano anterior.

Figura 19 – Evolução de inscritos nos processos seletivos, de 2015 a 2018, para ingresso nos cursos técnicos do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP.



Nota: Não houve oferta de vagas para o curso técnico em química no ano de 2018.
Fonte: Acervo do projeto, segundo informações institucionais.

Importante esclarecer que os processos seletivos, para o ingresso nos cursos técnicos do IFSP, a partir do 2º semestre de 2017, substituíram a prova objetiva por análise de histórico escolar, sob a justificativa principal relacionada ao corte⁷⁹ de 70% da verba destinada à seleção, decisão esta que surtiu amplos questionamentos da comunidade acadêmica, inclusive do Ministério Público Federal, o qual ajuizou ação civil pública⁸⁰ para o retorno da forma de avaliação, mas sem sucesso.

Sem entrar no mérito do conteúdo da mudança, o fato é que se o modo anteriormente estabelecido para o ingresso nos cursos da instituição já era

⁷⁹ Justificativas constantes na página 7 da Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, constante em <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/acp-5008511-17-2017-403-6100.pdf>. Acesso em 20 abr. 2018.

⁸⁰ Disponível em <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/acp-5008511-17-2017-403-6100.pdf>. Acesso em 20 abr. 2018.

desconhecido por parcela da população, não havendo um trabalho sistemático para divulgar esse novo critério e orientar os novos procedimentos, como aconteceu no Câmpus São João da Boa Vista, a instituição se torna menos acessível à sua comunidade, refletindo assim no número de inscritos no processo seletivo.

Nesse sentido, o Entrevistado 2 concorda que a interrupção das ações seja uma regressão para toda a comunidade da instituição:

(...) você tem gerações e gerações, é um processo contínuo. Esse processo de divulgação da escola é um processo contínuo, não é um processo que você faz uma vez e acha que todo mundo a partir daquele momento vai saber do que está acontecendo, vai saber que existe a escola. Cada ano são pessoas diferentes (...) Ai o Instituto perde, a cidade perde, a região perde e perdeu *né*. (ENTREVISTADO 2, 2018)

Outra consequência destacada pelo Entrevistado 2 refere-se ao serviço realizado pelo projeto de buscar e de consolidar dados e informações, bem como de colher necessidades e opiniões do público demandante da instituição; ação tão necessária para a efetiva comunicação dialógica no âmbito público, como foi estudado. Para ele, sem esse trabalho, o ato de abrir cursos se torna mais restrita a certos grupos, em detrimento do interesse da maioria da população, fato que reforça e reproduz a exclusão social da classe trabalhadora, de acordo com Frigotto (2000), para quem os processos educacionais deveriam estar sob controle democrático da esfera pública, a fim de produzir a satisfação das necessidades humanas, de forma solidária, igualitária e democrática.

Além disso, o referido entrevistado aproveitou para acrescentar sua insatisfação como o modo que as decisões são tomadas na instituição, mais uma vez. O que se observa é a indicação de que as deliberações na instituição não são pautadas pelo diálogo entre instâncias deliberativas e a sua comunidade. Nas palavras do Entrevistado 2: “A gente envolveu tanta política aqui dentro da escola, entendeu, que a gente acaba vivendo mais a política do que vivendo a escola como um ambiente de aprendizado, entendeu?”

Sobre essa questão, é importante citar que Luck (2017) em consonância com Bergue (2010) explica que devido a uma tendência burocrática e centralizadora da cultura organizacional escolar brasileira, a participação da coletividade nas decisões

da escola, visando construir uma realidade educativa mais significativa, ainda não é prática comum nessas organizações.

Por fim, o participante entende que, dessa forma, interesses de alguns grupos são preservados em prejuízo do que foi estabelecido como interesse geral e que se encontra nos documentos normativos que regem o IFSP, tal como o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, por exemplo. Devido à essa diferença entre o que está idealizado nos referidos documentos e o que realmente é praticado no âmbito da escola, ele até temia que as expectativas dos alunos fossem distorcidas com as ações de divulgação do projeto; estas baseadas nos documentos da instituição. Ou seja, ainda que os documentos institucionais preceituem esses princípios, de forma pragmática eles não são respeitados ou inexistem.

Uma vez elencados os limites institucionais à democratização do Câmpus em questão e os impactos oriundos da interrupção do projeto, passa-se nesse momento a descrever os caminhos propostos, para que as ações de comunicação pública possam ter continuidade no Câmpus São João da Boa Vista do IFSP.

5.3.4 A razão de ser da instituição pública de ensino deve(ria) ser a sociedade

A fim de subsidiar as ações de democratização do IFSP, construir um rol de propostas para que as ações do referido projeto tenham continuidade ou, ao menos, que as consequências de sua interrupção possam ser mitigadas é um dos objetivos deste trabalho.

Assim, considerando a proximidade da equipe com o contexto e a temática, a pesquisadora pediu aos integrantes que expusessem alguns caminhos que entendessem viáveis no sentido de dar prosseguimento às ações do projeto.

Percebeu-se que, no início, todos os participantes demonstraram certa insegurança, dúvida ou contradição nas respostas ao questionamento. E entende-se como natural esse comportamento, uma vez que são muitas variáveis envolvidas no contexto, o que sugere um tempo maior para análise e posterior proposição. De qualquer forma, os integrantes responderam com suas opiniões.

Analisando a entrevista do Entrevistado 1, identificou-se que a sua solução estaria em fazer um alinhamento de ações com a Direção do Câmpus e também uma conscientização da comunidade interna para apoiar o projeto. Somente após isso, os trabalhos externos poderiam ser iniciados com sucesso.

(...) os antigos membros já acumularam certo *know-how*⁸¹. E o projeto assim já está um pouco mais conhecido na comunidade interna (...), não como deveria (...) tentar submeter ele como um projeto de novo ou... tentar um alinhamento com a alta direção e já partir do projeto institucional, entendeu? Eu acho que é isso; é nesse sentido (...) Acho que a gente tinha que ter feito um trabalho interno (...) um endomarketing⁸²...a gente devia ter feito um endomarketing mais incisivo do projeto. É isso. (ENTREVISTADO 1, 2018)

De acordo com o Entrevistado 2, as ações de comunicação que o projeto estava desenvolvendo somente poderão ter continuidade caso haja uma mudança na mentalidade da equipe gestora do Câmpus, de modo a oferecer satisfatórias condições de trabalho, sobretudo com local específico, para que uma equipe fique dedicada a esse tipo de tarefa. Para ele, o ideal seria a criação de um setor específico para tais tarefas e que essas ações não dependam de subsídios temporários, como era o caso dos editais de financiamento dos projetos de extensão.

Similar a esse posicionamento encontra-se a opinião do Entrevistado 3, para quem a continuidade do projeto representa um ganho tanto para a instituição, a qual precisa de alunos para obter o orçamento e cumprir suas finalidades, como também para a sociedade, que precisa aproveitar o serviço existente e disponível, na área de educação pública. Ele entende que as bases para o prosseguimento das ações do projeto encontram-se no apoio da Administração do Câmpus em oferecer condições de trabalho e, principalmente, incentivar moralmente os esforços, reconhecendo, apoiando e ajudando a melhorar seus resultados. Nas palavras do Entrevistado 3: “Então, é importante, mas a gente precisa ter apoio da gestão, apoio da comunidade interna e deixar um pouco os egos de lado. Pensar mais na instituição do que no bem próprio.”

Em resumo, pode-se dizer que as opiniões dos integrantes se referem ao tema da gestão democrática da escola, e não à temática da comunicação especificamente, e se resumiram em propostas para que a solução ao problema de comunicação existente e percebido pela coletividade pudesse ser efetivada pelos

⁸¹ Termo inglês que se refere ao saber adquirido com a experiência e a prática, segundo o dicionário Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/palavra/PqvN7/know-how/>. Acesso em 21 maio 2018.

⁸² Termo inglês que se refere a um composto de atividades de marketing interno, realizadas por uma empresa que tem como objetivo a satisfação e melhor produtividade de seus funcionários, segundo o dicionário Michaelis. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/marketing/>. Acesso em 21 maio 2018.

profissionais que se dispuseram a isso, ou seja, para se viabilizar a participação da equipe no âmbito da instituição. Isso porque, conforme a visão de autores como Lück e Frigotto, não há que se falar em ações de democratização educacional num ambiente escolar fechado à participação da coletividade.

E nesse momento que entra a disputa pelo poder e controle social das instituições públicas pelos cidadãos, uma vez que o gestor tem papel fundamental nesse processo, tanto positiva ou negativamente, com relação à mudança ou não do *status quo*.

(...) compete aos gestores escolares abrir espaço para orientar essa conquista [da participação], em vez de se cobrar a participação para a execução das ações que já tenham sido previamente decididas. Aos professores, alunos e pai de alunos cabe perceber que eles constroem a realidade escolar desde a elaboração de seu projeto pedagógico até a efetivação de sua vivência e ulterior promoção de transformações significativas. Não se trata de conceder, doar ou impor participação, mas sim de estimulá-la, de modo que se integre nesse processo contínuo. (LÜCK, 2017, p. 685).

E a autora ainda acrescenta: “(...) tal participação é resultado de muito esforço e competência e que é justamente para promovê-la que se propõe e se justifica a atuação de gestores.” (LÜCK, 2017, p. 707).

Entende-se que não há espaço para a comunicação pública num ambiente incapaz de suportar o diálogo e a participação. Observa-se que na tentativa de manter a situação hegemônica, as práticas vão se consolidando à cultura organizacional e nem se sabe o porquê que as ações são feitas daquela forma. Faz-se porque sempre foi daquele jeito. As tentativas de mudanças e inovações de procedimentos são rechaçadas pelos indivíduos. A consequência é que não havendo essa dinâmica de relacionamento com seu público, a instituição pública vai ficando cada vez mais impermeável às suas finalidades, deixando de cumprir efetivamente os objetivos para os quais foi criada. Isso se torna evidente, no caso específico, recorrendo ao texto de Pacheco (2011) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP, no tocante às características e finalidades da instituição.

Assim, considerando o contexto atual em que se encontra a política pública de educação descrito na Seção 2, vale destacar o que Pacheco (2017, p. 1) relaciona como medidas para que os IFs garantam sua continuidade, consolidando sua legitimidade, sob a “vigência de um governo empenhado em liquidar as

conquistas do povo brasileiro”. O autor indica oito medidas que considera indispensáveis aos Institutos Federais, para o enfrentamento do desafio de garantir sua sobrevivência na atualidade, das quais algumas corroboram com o trabalho que o projeto “IFSP: Conheça-nos” desenvolvia. São elas:

1. Radicalização da democratização do acesso e priorização da assistência estudantil;
2. Luta contra a exclusão social e a degradação ambiental por meio da extensão, sendo ela uma atividade coletiva e central;
3. Foco na criação de soluções que melhorem a vida da comunidade e de organizações sociais por meio da pesquisa;
4. Foco na relação com a escola pública. Segundo ele, para os IFs não cometerem o mesmo erro que as Universidades, as quais separaram o mundo acadêmico do mundo da escola.
5. Consideração ao setor produtivo, não perdendo o controle da agenda na referida relação e não sendo imediatista como o mercado.
6. Atuação em rede entre os Câmpus e os IFs, reunindo esforços para implementação de cursos, pesquisas e extensões.
7. Democratização interna e externa;
8. Implementação de avaliação interna e externa, possibilitando o controle social.

Assim, considerando que já existe uma Política de Comunicação construída coletivamente por representantes da Rede Federal, a qual deve ser seguida por todos os Institutos Federais, adaptando-se à sua realidade, e que no decorrer deste trabalho e da trajetória do projeto não foram apontados muitas dificuldades de ordem técnica nas atividades de comunicação, não se torna relevante propor ações nesses termos. O que se propõe é que se dê atenção, o mais rápido possível, a essa tão importante função social da escola, que é o seu relacionamento com o público, não deixando mais um documento normativo sem eficácia.

Por fim, pode-se dizer que foi possível identificar que limites institucionais relacionados à democratização da gestão escolar foram determinantes para o insucesso do projeto, e sob a visão da literatura e dos participantes, eles podem causar (ou já estão causando) impactos sociais, bem como interferir em quaisquer outras tentativas de mudança do ambiente em questão. Sendo assim, as considerações finais encontram-se em seguida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema proposto nessa pesquisa mostrou-se desafiador em alguns aspectos, uma vez que tratou especificamente de fenômenos sociais ocorridos no local de trabalho da pesquisadora, ou seja, um ambiente escolar de uma instituição pública que, embora tenha mais de 100 anos, fora recentemente expandida e alterada, ao menos nos documentos legais, para um modelo de escola com status de universidade, que atendesse as necessidades de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, dentro do sistema capitalista de produção, demandante de um cenário cada vez mais inovador e tecnológico.

Dito isso, iniciou-se o presente estudo com o pressuposto de que a educação pública tem papel fundamental nos processos de desenvolvimento do país. Sendo assim, na Seção 2, com a apresentação de alguns conceitos sobre o desenvolvimento de nações, constantes na literatura, tomou-se como base para este trabalho a ideia de que o pleno desenvolvimento de um país pressupõe, além de crescimento econômico, a melhoria das condições de vida de sua população. Assim, abordando-se o caso brasileiro e analisando os elementos que caracterizam o subdesenvolvimento do Brasil, foi possível demonstrar a importância do Estado na condução de políticas públicas, por meio de medidas que ficaram conhecidas como “novo-desenvolvimentistas”, que melhoraram as condições socioeconômicas da população, sobretudo na área de educação, com a ampliação de vagas em universidades e institutos públicos e a criação de políticas de acesso à população mais vulnerável, por exemplo.

Posteriormente, para cumprir um dos objetivos deste estudo e demonstrar de que modo a educação pública está relacionada com o desenvolvimento do país, pela análise crítica sobre a Teoria do Capital Humano, identificou-se que embora a relação educação e desenvolvimento seja de embate, haja vista a função dialética da educação (indivíduo e mercado), reconhece-se que, no âmbito educacional, o caminho para o alcance do desenvolvimento socioeconômico seja pela via da democratização da educação pública, tendo suas ações decididas pelo povo e executadas diretamente pelo Estado, de modo que seja possível, por meio da cidadania, questionar os pressupostos da sociedade vigente, em busca de mudanças que gerem ganhos para todos os indivíduos, contemplando assim o desenvolvimento em sua lógica mais complexa e ampla. Assim, defende-se que o

objetivo da educação deve contemplar os vários aspectos da vida humana, e não somente aquele relacionado à área profissional e econômica.

Refletir sobre essa temática permite entender teoricamente a complexa dinâmica social que existe em delinear a importância e a função da educação pública nos processos de desenvolvimento do país. Para ilustrar e compreender como é feita a condução dessa política pública no Brasil, optou-se por apresentar, de modo resumido, a trajetória da educação brasileira, em especial do ensino profissional, ocasião em que identificou-se a existência de escolas diferentes para os indivíduos com e sem poder aquisitivo, bem como a influência do modo de produção capitalista, por vezes com seus representantes ocupando papéis públicos na defesa de interesses de mercado, em decisões sobre a educação do país, mas sempre com resistência de alguns educadores.

Além disso, por meio de uma abordagem crítica sobre o plano do atual governo brasileiro, entende-se que após alguns anos de grandes melhorias na área da educação no Brasil, os processos mais contemporâneos, ainda que no discurso contenham razões de melhoria, são marcados pela diminuição do investimento na educação, por meio do corte no orçamento das universidades e dos institutos públicos e eventual falta de recursos para a plena execução do Plano Nacional de Educação, pela reforma do ensino médio sem diálogo com a população e, dentre outros aspectos, pela tentativa de deslegitimar os resultados positivos, perante à sociedade, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ou seja, ações estas que tendem a distanciar o foco da educação no desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, democrática e justa, reforçando assim as ideias de contradição e de luta de grupos, constante na jornada dessa política pública no país.

Apresentar um breve histórico da educação e os complexos fenômenos a ela inerentes, possibilita compreender o ambiente em que se encontra o Instituto Federal de São Paulo, instituição estudada neste trabalho. Nessa direção, a Seção 3 foi dedicada a apresentar as características desse modelo institucional criado para a expansão da oferta do ensino médio, técnico e superior público no país. No caso do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP, o objeto de nosso estudo, sua origem se deve à federalização do CEPRO – Centro de Educação Profissional de São João da Boa Vista, que o tornou uma unidade do CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica em 2007. Com as medidas novo-desenvolvimentistas da época, os

Institutos Federais foram criados, sendo as unidades do CEFET-SP transformadas em Câmpus do Instituto Federal de São Paulo, em 2008.

Com status de universidade, que tem como pilares o ensino, a pesquisa e a extensão; formato multicampi com mais de trinta unidades espalhadas pelo Estado de São Paulo; reserva de vagas para estudantes das camadas mais vulneráveis da sociedade; política de assistência e permanência estudantil; escolha democrática de Reitor e Diretores; ensino verticalizado; priorização de cursos técnicos e licenciaturas/formação pedagógica; e foco no desenvolvimento local e regional de onde se instala, conforme seus documentos legais e institucionais, percebe-se que o modelo pretendia atender às demandas de inovação e tecnologia da sociedade atual, sem se distanciar de preceitos como cidadania e justiça social, visando a uma formação técnica e humana dos seus estudantes. Embora se tenha criado uma instituição com vistas à inovação e com preceitos mais completos para o atendimento da população, no que se refere à sua estrutura organizacional, não se vê novidades.

Assim, analisando a trajetória do Câmpus São João da Boa Vista do IFSP, pode-se dizer que desde os seus primórdios como CEPRO já não havia um trabalho sistemático de relacionamento com a população sanjoanense, o que pode explicar a falta de conhecimento sobre as mudanças posteriores. Verifica-se também desde a época do CEFET, um pequeno esforço da gestão para fazer com que a população conhecesse a instituição, com divulgações em jornais e rádio local, mas sempre de modo tênue, sem sistematização, somente em épocas de eventos ou processos seletivos, ações estas que perduraram até mesmo quando da transformação em IFSP. Dito isso, entende-se que por se tratar de uma organização pública sua estrutura organizacional é rígida, altamente burocratizada, que, no caso do referido Câmpus, formalmente não se abriga efetivamente tarefas de comunicação institucional e o pouco de atividades relacionadas ao relacionamento com o público são dispersas, não estratégicas ou direcionadas à divulgar informações representando a alta direção do Câmpus e não à instituição como um todo.

Percebendo essa fragilidade institucional, um grupo de servidores decidiram mudar tal realidade, criando um projeto de extensão denominado “IFSP: Conheçamos!” no ano de 2015. Assim, a fim de cumprir uma das missões deste trabalho e possibilitar a reflexão sobre as potencialidades do referido projeto quanto ao desenvolvimento da função social da escola, por meio da comunicação pública, a

Seção 4 versou sobre esse assunto. Discorrendo sobre o conceito de comunicação pública e sua importância para o fortalecimento da função social das instituições públicas de ensino, resta claro que esse tipo de comunicação acontece quando o olhar do órgão público é direcionado ao interesse público, permitindo o oferecimento de informações à população para o fortalecimento da cidadania e debate sobre decisões que impactam a coletividade.

Abordando o caso brasileiro, é possível identificar a existência de diversas barreiras à comunicação pública nos órgãos do Estado, relacionadas às consequências da ditadura, à cultura organizacional de órgãos públicos referente à resistência a mudanças, manutenção de poderes, descrença política, entre outras. No entanto, entende-se que o referido conceito é de grande relevância para o cumprimento da função da escola e perfeitamente cabível na área de educação, à medida que faz cumprir a legislação constitucional do país, no tocante à gestão democrática do ensino público, por meio da possibilidade de participação da coletividade nas decisões sobre o ambiente escolar, tendo os dirigentes escolares um forte papel nesse processo. Assim, considerando o papel da educação pública e as particularidades da comunicação pública, sobretudo no país, entende-se que tais assuntos apresentam importante relação entre si, gerando reflexos no nível de democratização da educação pública e, conseqüentemente, no desenvolvimento daquela sociedade.

Entender essa relação se tornou interessante para demonstrar a importância do projeto “IFSP: Conheça-nos!”. Pode-se dizer que as questões que fundamentaram o projeto, contidas em suas propostas, relatórios finais e entrevistas, diziam respeito à vontade e satisfação dos servidores em participar efetivamente da melhoria da realidade escolar, solucionando um problema identificado, e à questões de ordem legal, dado que a falta de relacionamento com a comunidade, sobretudo com a parcela mais vulnerável, estava prejudicando em vários aspectos o efetivo cumprimento dos objetivos do IFSP na sociedade, conforme elencado no texto.

Sua trajetória de atuação foi caracterizada pelo foco no relacionamento com os estudantes de escolas públicas de um modo inovador, já que além das palestras nessas escolas, a equipe fortaleceu a participação do IFSP na internet, por meio do uso da mídia social *Facebook*, divulgando informações de interesse público e dialogando com as pessoas que entravam em contato, fazendo surgir, assim, mais um canal entre instituição e população. Além de estabelecer o relacionamento com

as escolas públicas, pode-se dizer que a execução do projeto permitiu a participação dos bolsistas e técnico-administrativos em eventos educativos e científicos, o contato e troca de experiências com outros Câmpus que buscavam também sua popularização, bem como a formação de dados estratégicos sobre os alunos de escolas públicas, advindos do contato nas palestras e da realização de pesquisas, dados estes que poderiam ser utilizados na melhoria da atuação do Câmpus na localidade.

Durante os dois anos de execução do projeto de extensão “IFSP: Conheçamos” entende-se, pelos fatos como o aumento de interessados nos processos seletivos, aumento no engajamento na página do Câmpus no *Facebook*, atendimento de estudantes que desconheciam a instituição, influência na decisão de alunos em estudar no IFSP e os ganhos citados no parágrafo anterior, que a atuação da equipe foi marcada pela geração de impactos positivos, mas também pelo enfrentamento de diversas dificuldades, que levaram à interrupção do projeto, mesmo com a sua institucionalização em 2017. Foram justamente esses aspectos que trouxeram à tona a problemática central deste trabalho: a relação entre causas e os efeitos do fim do referido projeto, considerando que os seus preceitos e seus resultados estavam em consonância com a recente Política de Comunicação do CONIF e, mais que isso, com as ideias de democratização do ensino público, tão importante para o desenvolvimento do país.

Por meio das entrevistas com os integrantes da equipe do projeto, cumpriu-se o objetivo central deste trabalho de desvendar a motivação da descontinuidade do projeto e suas consequências, de acordo com a Seção 5. Entre barreiras de ordem societal, organizacional e pessoal, pode-se dizer que todas elas contribuíram de alguma forma para a interrupção do projeto. Porém, no caso de fatores sociais e pessoais, eles prejudicaram a sua execução de modo indireto, ocasionando desmotivação nos integrantes. Já os fatores de ordem organizacional foram determinantes para a sua descontinuidade, conforme já previsto no início do estudo. Embora nos relatórios finais de cada ano do projeto tenham sido indicados elementos relacionados à falta de recursos e condições de trabalho, pelo discurso dos participantes da pesquisa resta claro que ainda que isso possa ter atrapalhado de alguma forma, questões relacionadas à cultura e aos nichos de poder existentes na organização foram os principais causadores da desistência da equipe em persistir com a execução das atividades, ou seja, já que não encontraram apoio necessário

da comunidade interna, sobretudo, da alta administração do Câmpus, a qual inviabilizou ações do projeto, com vistas à manutenção da situação vigente, revelando assim um grave problema de gestão democrática da escola.

Ademais, em termos de comunicação pública, infere-se que ainda que o referido projeto não estivesse alinhado completamente ao conceito, uma vez que este demanda a participação do povo nas decisões da instituição, como agente ativo nesse processo, pode-se dizer que a iniciativa possibilitou uma melhoria na impermeabilidade da instituição com a sociedade e tentou abrir caminhos para mudanças no *status quo* daquele ambiente escolar. Entretanto, não encontrando alternativas ao poder vigente, aos diversos obstáculos impostos, esgotou-se.

Pela análise teórica e das entrevistas, pode-se concluir que as consequências ou impactos sociais que se resultam desse cenário é a perpetuação de um ciclo vicioso que mantém uma instituição pública impermeável aos interesses da coletividade, já que a sua participação não é bem-vinda, causando prejuízos à comunidade interna e externa, principalmente à classe mais pobre, que pode deixar de usufruir seus direitos por falta de informação e envolvimento. Não havendo a democratização dos serviços, além de abrir espaços para interesses individualistas, a instituição escolar deixa de cumprir seu papel transformador na sociedade, conforme previsto em seus documentos institucionais e legais, refletindo, pois, nos indicadores sociais de desenvolvimento do país.

Nessa direção, a fim de cumprir mais um objetivo do estudo e construir um rol de propostas para que as ações do referido projeto tenham continuidade ou, ao menos, que as consequências de sua interrupção possam ser mitigadas, considera-se que a proposta para que a função social da escola seja desenvolvida é que se fortaleçam os processos de gestão democrática da escola, de modo que: (a) a equipe do projeto leve a presente discussão às instâncias deliberativas do Câmpus e demonstrem a relevância do assunto; (b) os integrantes da instituição se conscientizem do seu verdadeiro papel enquanto educadores, no sentido de responsáveis por construir a realidade escolar, ainda que seja necessário resistirem aos poderes estabelecidos que desviem a organização do seu foco. Que a comunidade, por sua vez, tenha coragem de participar, no seu sentido amplo que envolve a proposição, implementação, apoio e controle, das decisões da escola; e que (c) seus gestores, principalmente, zelem pela construção coletiva de um ambiente escolar transformador, possibilitando a participação dos indivíduos,

estando abertos ao diálogo, evitando desgastes interpessoais para preservação de interesses pessoais, incentivando a realização de ações inovadoras, sempre com vistas aos princípios e fins da instituição. Mais do que zelar pela democratização da escola pública em seus documentos institucionais, que estejam abertos, incentivem e pratiquem ações de verdadeira participação no âmbito escolar, ações estas que possam melhorar a condição de vida da coletividade em que a escola está inserida. Que eles entendam o verdadeiro sentido da palavra democracia, não a reduzindo somente ao momento do voto em eleição. Que possam criar um ambiente de trabalho propício a participação das pessoas, e que juntos possam transformar a realidade daquela comunidade.

Pela trajetória do projeto e discurso dos participantes da pesquisa, a equipe tinha ideia de melhorar sua atuação cada vez mais, se assim as condições de trabalho permitissem. Entende-se, desse modo, que ela tinha o potencial de se tornar, no Câmpus em questão, o instrumento central de relacionamento com a comunidade, ampliando progressivamente seu âmbito de atuação, através de técnicas de comunicação por meio de novas tecnologias, cabíveis a uma instituição que tem como um dos seus fundamentos a inovação tecnológica. A equipe poderia até estar colocando em prática a Política de Comunicação do CONIF, mais uma mudança desafiadora, que até o presente momento nem se ouviu dizer no IFSP. Portanto, propõe-se que se discuta, o mais rápido possível, esse documento, adaptando-se à realidade do Câmpus e colocando-o em prática, para que não se deixe mais um documento normativo sem eficácia.

Logo, diante do exposto na análise teórica e empírica deste estudo, confirmam-se a hipótese central do trabalho de que o Câmpus São João da Boa Vista do Instituto Federal, por não ser notadamente conhecido pela população, principalmente vulnerável, não cumpre de maneira eficiente o seu papel transformador, estabelecido na legislação e em seus documentos institucionais; e a hipótese complementar de que a comunicação institucional torna-se a um importante elemento na democratização da educação e no fortalecimento do papel social da escola, com a pesquisa e a extensão.

Importante destacar que como o presente estudo limitou-se a entrevistar todos os membros da equipe do projeto, novos estudos poderão dar continuidade ao assunto e enriquecer o tema abordando a visão de outros atores envolvidos no contexto.

Por fim, espera-se que este trabalho venha a contribuir para a agenda de pesquisas empíricas sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como sobre comunicação em instituições públicas, com reflexão de ideias e ações da área que contribuam para a democratização da política pública de educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na administração pública**: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Série monográfica: Cadernos Enap, 10. 1997.

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 32, n. 3, p. 653-673, 2016.

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano**. 1982. Tese de Doutorado.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil**. IPEA, Brasília, 2002.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. IPEA, Brasília, 1997.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Cultura e mudança organizacional**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010. 106p.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de comunicação pública**. Duarte, Jorge, 2007. Disponível em: <<http://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Historia-da-Comunicação-Pública.pdf>>. Acesso em fev. 2018

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: mar. 2017.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: abr. 2017 e jul. 2018.

_____. Lei n. 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em abr. 2017.

_____. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em abr. 2017.

_____. Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm>. Acesso em abr. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.

CAMPOS, Thiago Ghizzo. **Análise realizada no Instituto Federal de Santa Catarina, campus Araranguá, sobre o preenchimento insuficiente das vagas nos cursos técnicos gratuitos**. 2013. 66 f. Monografia (Pós-Graduação Especialização em Comunicação e Estratégias de Marketing – Foco no Relacionamento com o Cliente), Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/handle/1/1463>>. Acesso em: maio 2017.

CARDOSO, Onésimo de Oliveira. Comunicação empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 6, p. 1123-1144, 2006.

CARNEIRO, Douglas Mesquita; BAGOLIN, Izete Pengo; TAI, Silvio Hong Tiing. Determinantes da pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil no período de 1995 a 2009. **Nova Economia**, v. 26, n. 1, p. 69-96, 2016.

CARVALHO, Joelson Gonçalves. **Economia política e desenvolvimento: um debate teórico**. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições – UFSCar, 2015. (Coleção Governança e Desenvolvimento)

CEFET. Regulamento Interno da Unidade de Ensino Descentralizada de São João da Boa Vista. 2007a. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/81-2007.html?download=545%3Aresoluo-n.-181>>. Acesso em abr. 2017.

_____. Relatório de Gestão do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo – Exercício 2007. 2007b. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/36-relatorio-de-gesto.html?download=131%3Arelatorio-de-gesto-2007>>. Acesso em abr. 2017.

_____. Relatório de Gestão do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo – Exercício 2008. 2008. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/36-relatorio-de-gesto.html?download=132%3Arelatorio-de-gesto-2008>>. Acesso em abr. 2017.

CEPÊDA, Vera Alves. **A aproximação extensão, formação e pesquisa no novo formato institucional**. In: XI Congreso Iberoamericano de Extension Universitaria. Universidad Nacional Del Litoral, Argentina, 2011.

_____. **Apresentação da Coleção Governança e Desenvolvimento**. São Carlos: EdUFSCar, 2016. (Coleção Governança e Desenvolvimento)

CEPÊDA, Vera Alves; SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. A trajetória do desenvolvimento: a questão social, democracia e Estado na experiência do Brasil e Argentina. **Revista Política Hoje**, ISSN: 0104-7094, v. 25, n. 1, p. 41-70, 2016.

CEPRO. **Documento de apresentação do Centro de Educação Profissional de São João da Boa Vista - CEPRO**. 2006. 54 p.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 21-34, 2001.

CONIF. **Política de comunicação do CONIF**/ Coordenação: Lena Marinho. Brasília: CONIF, 2017. 50p.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília: Flacso, 2005a.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília: Flacso, 2005b.

_____. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília: Flacso, 2005c.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Prefácio**. In: SANFELICE, José Luís; SIQUELLI, Sônia Aparecida (Organizadores). **Desafios à democratização da educação no Brasil contemporâneo**. p. 6-10. 1ª ed. eletrônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

ESTEVO, Marcio Rogério Tomazzi. **Educação profissional no Brasil e a interiorização do Instituto Federal de São Paulo: trajetórias e lógicas da expansão**. 2016. 113 f. Tese (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

EVANS, Peter. Além da "Monocultura Institucional": instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologias**, v. 5, n. 9, 2003.

FONSECA, Marília. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4ª ed. Cortez, 2000.

_____. Reforma do ensino médio do (des)governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **Movimento-Revista de Educação**, n. 5, 2016.

FUCK, Marcos Paulo; VILHA, Anapátricia M. Inovação Tecnológica: da definição à ação. **Contemporâneos-Revista de Artes e Humanidades**, v. 2, n. 9, p. 1-21, 2012.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

_____. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, p. 96, 2004.

GIANELLI, Juliana Gimenes. **A educação profissional e os fundamentos da escola unitária gramsciniana: o caso do campus São João da Boa Vista do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo**. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: <http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/8/TDE-2011-0217T150400Z-3517/Publico/3425.pdf>. Acesso em: abr. 2017.

GIRALDI, Gabriela do Prado *et al.* **IFSP: Conheça-nos!**. São João da Boa Vista: IFSP, 2015a. Projeto de Extensão. Resumo disponível em: <http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=199051>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. **IFSP: Conheça-nos! 2016**. São João da Boa Vista: IFSP, 2015b. Projeto de Extensão. Resumo disponível em: <http://sigproj1.mec.gov.br/apoiados.php?projeto_id=219308>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. **IFSP: Conheça-nos! – Relatório Final**. São João da Boa Vista: IFSP, 2015c. Projeto de Extensão.

_____. **IFSP: Conheça-nos! 2016 – Relatório Final**. São João da Boa Vista: IFSP, 2016. Projeto de Extensão.

GRANATO, Mariany Schievano; MIAN, Mariella Batarra; CABRAL, Raquel. A comunicação pública a favor da democratização da universidade pública: o caso UFABC nas escolas. **Cambiassu: Estudos em Comunicação**, v. 19, n. 15, 2014.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 6ª ed. 3ªreimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

HARBISON, Frederick Harris; MYERS, Charles A. **Educação, mão-de-obra e crescimento econômico**: estratégia do desenvolvimento dos recursos humanos. Fundo de Cultura, 1965.

HASWANI, Mariângela. **O discurso obscuro das leis**. In: MATOS, Heloiza. Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. p. 53-70. São Paulo: ECA/USP, 2012.

HEIDEMANN, Francisco G. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento**. In: HEIDEMANN, Francisco G. e SALM, José Francisco (Organizadores). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Cap. 1. p. 23-39. Brasília: Editora UNB, 2009.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014-2018**. São Paulo, 2014. Documento digital. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/pdi.html>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. **Regimento Geral do IFSP**. São Paulo, 2013. Documento digital. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/outras-noticias/3-permalinks/1797-regimento-geral-do-ifsp.html>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. **Regulamento das Ações de Extensão do IFSP – Portaria nº 2.968, de 24 de agosto de 2015**. São Paulo, 2015. Documento digital. Disponível em: <http://prx.ifsp.edu.br/images/Portarias/portaria_2968.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. **Relatório de Gestão – Exercício 2010**. São Paulo, 2011. Documento digital. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. **Relatório de Gestão – Exercício 2011**. São Paulo, 2012. Documento digital. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. **Relatório de Gestão – Exercício 2012**. São Paulo, 2013b. Documento digital. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. **Relatório de Gestão – Exercício 2013**. São Paulo, 2014b. Documento digital. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. **Resolução nº 26/2016 do Conselho Superior do IFSP**. Aprova o regimento interno dos câmpus do IFSP. São Paulo, 2016. Documento digital. Disponível em: <<http://www.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/568-resolucoes-2016.html?download=15889%3Aresolucao-no-262016-de-05-de-abril-de-2016.>>>. Acesso em: abr. 2017.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** IBGE, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em 26 fev. 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Pobreza, Desigualdade e Mudança Social: trajetória no Brasil recente (1992 a 2014). **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 10, n. 3, p. 29, 2016.

JÚNIOR, João dos Reis Silva; MESSINA, Natália. As mudanças no ensino médio e sua relação com a internacionalização da educação superior brasileira. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 10, n. 17, p. 130-147, 2016.

KELNIAR, Vanessa Carla; LOPES, Janete Leige; PONTILI, Rosangela Maria. **A teoria do capital humano: revisitando conceitos.** VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Universidade Estadual do Paraná, 2013.

KLEIN, Fabio Alvim; MASCARENHAS, André Ofenhejm. Motivação, satisfação profissional e evasão no serviço público: o caso da carreira de especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 1, p. 17-39, 2016.

KOÇOUSKI, Marina. **Comunicação pública: construindo um conceito.** In: MATOS, Heloiza. Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. p. 71-96. São Paulo: ECA/USP, 2012.

KUNSCH, M. M. K. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade.** São Paulo: Loyola, 1992.

LEHER, Roberto. **Um novo senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LEFF, Enrique. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 7, p. 13-40, 2003.

LOBATO, Lenaura. **Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas.** In: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas: coletânea. p. 289-313. Brasília: ENAP, 2006.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Editora Vozes Limitada, 2017.

MARQUES, Rosa Maria; ANDRADE, Patrick Rodrigues. Democracia burguesa e dominância do capital portador de juros: apontamentos sobre processos em curso no Brasil. **Revista O Olho Da História**, n. 24, 2016.

MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 41-60, 2000.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 27, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/24770/14361>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MEC. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF: 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em abr. 2017.

MENEZES, Maurício Ferreira *et al.* Matriz de distribuição do orçamento para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: análise crítica e proposição de um novo modelo. In: Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão da Tecnologia Simpósio Brasileiro de Banco de Dados, 15., 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 1-19. Disponível em:<<http://www.altec2015.org/anais/altec/papers/754.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

MIAN, Mariella Batarra; ZOTELLI, Gabriel Perrenoud. Democracia e desenvolvimento: aliados ou antagônicos? **Comunicação & Mercado/UNIGRAN**, ISSN: 2316-3992, v. 4, n. 11, p. 151-161, 2015.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: HILSDORF, Maria Lúcia Spedo; VIDAL, Diana Gonçalves. **Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação**. São Paulo: EdUSP, 2001. Cap. 8, p. 169-204.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Educação e desenvolvimento na contemporaneidade: dilema ou desafio?. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Ciência, ética e sustentabilidade**. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A educação básica e profissional no contexto das reformas dos anos 90. **Trabalho & Educação-ISSN 1516-9537**, v. 8, p. 47-73, 2001.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, p. 41-48, 2002.

OLIVEIRA, Aline Lourenço *et al.* O marketing público no contexto da reforma gerencialista do estado. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 2, n. 2, p. 103-116, 2013.

PACHECO, Eliezer (Organizador). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

_____. **O futuro dos Institutos Federais**. Editorial: Opinião Pública. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2017/07/o-futuro-dos-institutos-federais-por-eliezer-pacheco/>> Acesso em maio 2018 e jul. 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

ROTHBERG, Danilo; VALENÇA, Amanda da Silva. Comunicação pública para cidadania no avanço das redes sociais oficiais. **Animus**, p. 1-15, 2014.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e educação: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista**. Cortez & Moraes, 1978.

ROSTOW, Walt Whitman. **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

RUIZ, Maria José Ferreira; SILVA, Ana Lucia Ferreira da; BATISTÃO, Marci. A democratização da educação pública em tempos de ajuste fiscal. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate-ISSN 2175-5604**, v. 9, n. 1, p. 132-141, 2017.

SANTOS, Maria Roseniura de Oliveira. A retomada do programa neoliberal no governo Temer e seus possíveis impactos sobre a auditoria fiscal do trabalho brasileira. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 239, p. 795-812, 2017.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA. Lei municipal nº 1.437, de 01 de dezembro de 2004. Autoriza o Município de São João da Boa Vista a firmar convênio com o CEPRO – Centro de Educação Profissional, destinado a garantir a gratuidade nos cursos técnicos para alunos da rede pública de ensino médio do município e dá outras providências.

_____. Lei municipal nº 1.622, de 15 de julho de 2005. Autoriza o Poder Executivo a celebrar aditamento contratual com o Centro de Educação Profissional - CEPRO, prorrogando o prazo do convênio que fora autorizado pela Lei nº 1.437, de 01 de dezembro de 2004, por 07 (sete) meses, destinado a garantir a gratuidade nos cursos técnicos para alunos da rede pública de ensino médio do Município e dá outras providências.

_____. Lei municipal nº 1.823, de 22 de março de 2006. Autoriza o Poder Executivo a celebrar aditamento contratual com o Centro de Educação Profissional – CEPRO, prorrogando o prazo do convênio que fora autorizado pela Lei nº 1.437, de 01 de dezembro de 2004 e posteriormente alterada pela Lei 1.622, de 15 de julho de 2005, por 12 (doze) meses, destinado a garantir a gratuidade nos cursos técnicos para alunos da rede pública de ensino médio do Município e dá outras providências.

_____. Lei municipal nº 1.934, de 16 de novembro de 2006. Autoriza o Centro de Educação Profissional de São João da Boa Vista (CEPRO) a ceder o uso do imóvel que lhe fora doado pela Lei nº 419, de 12 de janeiro de 2000, e posteriores alterações, objeto da Matrícula nº 53.998, ficha 1, livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de São João da Boa Vista, ao Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP), pelo prazo de 20 (vinte anos) e dá outras providências.

_____. Lei municipal nº 2.048, de 11 de abril de 2007. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Centro de Educação Profissional - CEPRO, objetivando o encerramento das atividades docentes e a transferência da documentação dos alunos para CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Zahar Editores, 1971.

_____. Theodore William. **O Valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

TAVARES, Moacir Guberg. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica**: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. In: IX Seminário ANPED SUL. 2012. Disponível em: [http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado e Politica Educacional/Trabalho/01_08_10_177-6475-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado_e_Politica_Educacional/Trabalho/01_08_10_177-6475-1-PB.pdf). Acesso em mar.2017.

THEODORO, Mário. **A PEC 241 é a única saída para a crise fiscal?** Argumentos a favor de uma alternativa socialmente mais justa e economicamente mais eficaz. Boletim Legislativo. Senado Federal, 2016. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/525613/Boletim do Legislativo n_56 de 2016.pdf?sequence=1](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/525613/Boletim_do_Legislativo_n_56_de_2016.pdf?sequence=1). Acesso em 26 fev. 2017.

VASQUEZ, Daniel Arias. **O Plano Temer/Meireles contra o povo: o Desmonte Social proposto pela PEC 241**. Disponível em: <http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/07/DesmonteSocialPlanoTemer.pdf>. Acesso em 26 fev. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Questionário semi-estruturado da pesquisa

Analisando o contexto da instituição, bem como a trajetória e os resultados alcançados pelo projeto “IFSP: Conheça-nos!”:

1. Fale sobre você e sua participação no projeto “IFSP: Conheça-nos!”.
2. No início, qual foi sua expectativa quanto ao projeto? Onde você acredita que ele poderia chegar, caso não fosse interrompido?
3. Você poderia elencar fatores de ordem societal que levaram a interrupção do projeto?
4. Você poderia indicar fatores de ordem organizacional que contribuíram para o esgotamento do projeto, além dos problemas já informados nos relatórios finais?
5. Você poderia apresentar fatores de ordem pessoal que puderam ter influência para o fim do projeto?
6. Considerando a função social que a escola pública representa na sociedade, especificamente quanto às finalidades previstas na legislação e nos documentos institucionais do IFSP, bem como à situação atual da imagem do câmpus São João da Boa Vista no município, qual o significado do fim das atividades do projeto?
7. Você poderia propor caminhos para que eventuais impactos sejam mitigados ou para que as ações do projeto tenham continuidade?

APÊNDICE B - Entrevistas transcritas na íntegra

ENTREVISTADO 1 – 27/03/2018 – 9h

PESQUISADORA: Vamos começar aqui com questionário semiestruturado da minha pesquisa. Então, analisando o contexto da instituição bem como a trajetória e os resultados alcançados pelo projeto IFSP: Conheça-nos, questão número 1, fale sobre você e sua participação no projeto IFSP: Conheça-nos!

ENTREVISTADO 1: Eu atuo como assistente de alunos no Instituto Federal e a princípio eu fui eu fui convidado pelos idealizadores do projeto a estar participando do projeto por conta de um de um trabalho anterior que eu vinha desenvolvendo no IF, de forma voluntária, que era... a produção de vídeos institucionais e vídeos promocionais das ações do Câmpus. Então, a princípio, a minha parte...o convite que foi feito para mim, foi nesse sentido. E... a gente passa a atuar no projeto, com o tempo a gente vai agregando mais ..é... responsabilidades assim. Então, eu acabei atuando também nas... nas visitas às escolas, na elaboração da palestra. E é isso, é isso.

PESQUISADORA: O que mais? Quando a gente fazia os vídeos...

ENTREVISTADO 1: Ah sim. É. Pela experiência, eu acabei ajudando na elaboração dos roteiros, de toda produção dos vídeos que a gente *né*... fez ao longo do projeto e também por conta da minha formação em marketing, eu acabei ajudando também na gestão da página do Facebook. É isso.

PESQUISADORA: Certo. No início, qual foi sua expectativa quanto ao projeto? Onde você acredita que ele poderia chegar caso não fosse interrompido?

ENTREVISTADO 1: *Pera* aí. Repete.

PESQUISADORA: No início, qual foi sua expectativa quanto ao projeto? Onde você acredita que ele poderia chegar caso não fosse interrompido? No início, quando começamos o trabalho.

ENTREVISTADO 1: Primeiro eu vou falar de mim, *pra* depois eu falar a nível institucional. A minha expectativa foi muito positiva, porque eu vi no projeto a chance de colocar em prática aquilo que eu *tava* estudando e aprendendo na faculdade. Ah, o projeto começou em 2015 *né*, eu *tava* terminando minha graduação em marketing e meu cargo no Instituto Federal não tem muito a ver com a área. Então assim... encontrei no projeto assim... uma válvula de escape para *mim* poder desenvolver aquilo que eu estava estudando na faculdade. E a nível institucional...assim, por conta da repercussão do projeto, do sucesso que ele teve, eu esperava realmente que ele fosse incorporado como uma ação institucional; que ele deixasse de ser um projeto e fosse incorporado pelo Instituto Federal como uma ação institucional, o que acabou acontecendo em 2017 e agora *tá* nesse impasse (risos). Mas a minha expectativa era que ele fosse institucionalizado e uma equipe fixa fosse responsável, fosse assim direcionada só para o projeto, para esse tipo de atividade, que no caso já não seria mais um projeto, seria uma ação institucional ou até a criação de um setor *né*... é isso a expectativa.

PESQUISADORA: Isso a nível de campus?

ENTREVISTADO 1: Isso.

PESQUISADORA: E você tinha alguma expectativa com relação a nível de Instituto Federal de São Paulo, considerando que a comunicação lá da Reitoria não conseguiria... (interrupção).

ENTREVISTADO 1: É que é assim: o projeto começou como uma ação extensionista e o regulamento da extensão prevê programas extensionistas. Então seria uma oportunidade do projeto se tornar um programa e a gente estender para outros campus. Também era uma possibilidade. Uma das ações extensionistas é o programa e o projeto poderia se tornar um programa da instituição. É isso, um programa institucional que abrangesse mais câmpus.

PESQUISADORA: Teve alguns campus que vieram atrás da gente para conhecer melhor o projeto como estava sendo desenvolvido e você acha que então poderia ser que... (interrupção)

ENTREVISTADO 1: Poderia elevar o projeto a nível de programa e cada campus ter seu projeto e aí o IFSP: Conheça-nos! tomaria conta desses mini projetos como um programa mesmo.

PESQUISADORA: Você poderia elencar fatores de ordem societal que levaram a interrupção do projeto? O contexto da nossa sociedade se algo influenciou?

ENTREVISTADO 1: Da sociedade acadêmica ou da comunidade externa? Como assim?

PESQUISADORA: O contexto que vivemos hoje; questão orçamentária, a política de educação hoje, se você acha que teve alguma contribuição de alguma maneira para chegar a interromper o projeto ou talvez você pode falar pra mim que não, que de ordem societal, não há fator que levaria a interrupção, mas sim a melhoria ou ao incentivo.

ENTREVISTADO 1: Ah não. Eu entendi. Então, é mais nesse sentido mesmo. Acho que o que levou ao esgotamento *né*, você cita o esgotamento do projeto, acho que não tem nada a ver com ordem societal, mas talvez se tivesse *né*, um incentivo financeiro por trás ali *né*, talvez o projeto não morreria.

PESQUISADORA: Com relação ao orçamento dos projeto institucionais do IF, então teve um corte de uma porcentagem de 35% da verba para esses projetos de extensão. Você acha que isso influenciou ou não?

ENTREVISTADO 1: Ahh, eu na minha opinião não. Assim, não sei...o que levou ao fim *né*...não vamos falar o fim *né*, mas a decadência do projeto foram outros fatores *né*. Acho que o fato dos membros terem que se afastar por motivos particulares, então, eu acho que mais foi isso.

PESQUISADORA: Então agora a próxima pergunta: Você poderia indicar fatores de ordem organizacional que contribuíram para o esgotamento do projeto além dos problemas já relatados nos relatórios finais? Nos relatórios finais sempre havia uma indicação de questões de horário... (interrupção)

ENTREVISTADO 1: Ah *tá*.

PESQUISADORA: (Continuação)...para o projeto, de material, de local de trabalho, essas questões de nível organizacional.

ENTREVISTADO 1: Eu acho que sim. Sim, o fato da gente não ter...não ter os recursos próprios. Recursos, eu falo assim, recurso técnico, técnico operacional, recurso humano. A gente *tava* sempre solicitando *né* e nem sempre aquele recurso estava disponível na hora que a gente precisava e isso aconteceu com carro, com câmera, com os próprios servidores. Às vezes, o servidor não podia se deslocar até uma visita, porque tinha um trabalho mais urgente para desenvolver no setor. Então, tudo isso acho que atrapalhou um pouco *né* e fez com que a gente se desmotivasse com o tempo. A gente *tava* trabalhando com equipes multidisciplinares; cada um num setor e foi bem complicado. Acho que isso contribuiu um pouco para desmotivar. (risos)

PESQUISADORA: Então foram questões mais relacionadas a aspectos visíveis ou de repente algum tipo de problema assim é... vamos dizer assim...problemas de relação interpessoal ou alguma coisa assim. Horário poderia fazer um jogo de cintura, você acha que caberia? Material a gente pensa que seja um pouco mais complicado, você tem aquele tipo de recurso e as vezes não consegue usar mesmo, porque está alocado para outra pessoa, mas outros motivos assim que são da organização mas não que seja material...algo abstrato?

ENTREVISTADO 1: Ah entendi... É. Acho que a gente sofreu um pouco com isso sim. Mas eu tenho que descrever assim? (risos)

PESQUISADORA: Você pode ficar à vontade para falar o que quiser.

ENTREVISTADO 1: A compreensão das chefias, é isso. Para liberar os servidores...

PESQUISADORA: O que você acha?

ENTREVISTADO 1: Assim, eu acho que a gente sofreu um pouco com isso sim. Só vou falar isso: esse fator existiu e contribuiu com, não o mal andamento, mas assim... mas a gente poderia ter desenvolvido um trabalho melhor se esse tipo de coisa não existisse; uma compreensão melhor das chefias imediatas em relação ao projeto. Eu acho assim que a maneira como a gente enxergava o projeto, a proporção que a gente dava pra ele *né*, a grandeza, não... não era a mesma proporção que os outros servidores tinham do projeto.

PESQUISADORA: Entendi.

ENTREVISTADO 1: E isso contribuiu um pouco para dificultar o nosso trabalho, *tá*. É isso.

PESQUISADORA: E agora você poderia apresentar fatores de ordem pessoal?

ENTREVISTADO 1: Assim ó....Só complementando aqui. Da maneira como a gente apresentou o projeto *pros... pros* alunos em potencial, a gente poderia ter feito essa apresentação para os servidores também entendeu? Isso eu penso nisso agora...agora que eu sai do projeto. Assim ó..da maneira como a gente apresentou o Instituto Federal para os alunos em potencial, antes disso a gente devia ter vendido o nosso peixe para as chefias e comunidade interna. Então, apresentar o projeto para eles terem uma percepção parecida com a nossa e aí a gente... talvez se a gente tivesse feito isso, não enfrentaria tanto problema relacionado com as relações interpessoais envolvidas ali. Porque assim, a grandeza que o projeto tinha pra gente, pra eles não, mas assim até por falta de conhecimento.

PESQUISADORA: Pra eles, você fala chefia?

ENTREVISTADO 1: Chefia e toda a alta administração do Câmpus.

PESQUISADORA: Entendi. Mas assim mesmo depois com um tempo de trabalho que a gente foi mostrando alguns resultados, você acha que mesmo assim o melhor... (interrupção)

ENTREVISTADO 1: É eu acho que a gente devia... (silêncio)

PESQUISADORA: Você acha que mostrar resultados...

ENTREVISTADO 1: É. Assim....acho que em nenhum momento. Acho que os resultados ficaram muito internos. *Teve* algum momento que a gente apresentou? Eu não lembro... acho que não teve nenhum momento que a gente apresentou.

PESQUISADORA: Tirando os congressos e relatórios finais...

ENTREVISTADO 1: Eu acho que tinha que ser algo mais incisivo. A gente tinha que, talvez aproveitar uma reunião da CPA [Comissão Permanente de Avaliação], por exemplo, a CPA apresentou todos os resultados para a comunidade interna e no *finalzinho* ali, a gente pediria um espaço para apresentar os resultados do projeto. Então, eu acho que assim, como eu posso dizer...ficou muito restrito o acesso a informação dos resultados do projeto. Ficou muito restrito à comunidade acadêmica, porque a gente apresentou nos congressos, mas assim a comunidade... não é todo mundo que participa desse tipo de evento. Então, tinha muita gente da comunidade externa que desconhecia, então a gente aproveitar alguma reunião estratégica para apresentar os resultados...acho que isso ia engrandecer a visão das pessoas em relação ao projeto. Mas isso é uma coisa que eu pensei depois. (risos)

PESQUISADORA: Então, mas teve algum convite para vocês apresentarem?

ENTREVISTADO 1: Não.

PESQUISADORA: É. Você diz que talvez se a gente fosse atrás de apresentar para a comunidade. Mas teve algum, da parte de gestão para vocês...teve algum convite alguma coisa para saberem dos resultados; o que *tá* acontecendo, o que não está...

ENTREVISTADO 1: Não. Isso daí não houve. Não houve...ponto. (risos)

PESQUISADORA: Você poderia apresentar fatores de ordem pessoal que puderam ter influência para o fim do projeto?

ENTREVISTADO 1: Olha de ordem pessoal eu posso citar o meu afastamento. Eu fui o primeiro membro do projeto a me afastar por conta de uma sobrecarga de trabalho, de estudo. Eu precisei me afastar do projeto e acho que isso, não sei, talvez tenha desencadeado os próximos afastamentos ali, entendeu? No começo todo mundo fica com dó de se desligar e eu fui o primeiro que tomou essa atitude, talvez tenha, entre aspas, encorajado os outros *né*...porque assim.... é complicado *né*.. o projeto era uma carga de trabalho a mais, além do trabalho que a gente desenvolve como servidor e na ocasião eu acumulei mais uma pós graduação, na época duas pós-graduações, que eu *tava* fazendo concomitante ali *né*.. Então, isso me motivou a assim... com muita dor no coração, mas me motivou a me desligar do projeto. E talvez isso tenha desencadeado as demais *né*.. Porque no começo ninguém queria dar o braço a torcer *né* todo mundo queria ficar, e eu fui o primeiro que saiu *né*...foi isso.

PESQUISADORA: Então essa decisão pessoal sua de sair é... (interrupção)

ENTREVISTADO 1: Não foi nada relacionada com desgaste interno, é isso que você quer dizer?

PESQUISADORA: É. Teve relação com algum desgaste, com algum outro fator?

ENTREVISTADO 1: Não. Acho que era mais estresse mesmo, de não dar conta *né*...aquela sensação que você não vai dar conta, então antes eu fora do projeto não fazendo nada, do que dentro do projeto atrapalhando.

PESQUISADORA: Entendi. Você falou “com dor no coração” de sair. Teve que tomar essa decisão com dor no coração. Você poderia explicar melhor por que com dor no coração?

ENTREVISTADO 1: Ah porque assim... igual eu citei no começo *né*...o projeto era minha válvula de escape ali, entendeu? Era aonde eu me encontrava...assim, aonde eu conseguia alinhar a minha formação com as atividades que eu estava desenvolvendo. Então, era assim... algo que me dava, como é que eu posso dizer, uma satisfação...como é que fala...tem eu termo...satisfação profissional ali, entendeu? É isso, eu encontrava essa satisfação profissional no projeto. E é verdade. (risos)

PESQUISADORA: (Risos) Mesmo com os.... (interrupção)

ENTREVISTADO 1: Mesmo com todos os problemas, fazer o que *né* (risos). Realização profissional é o [termo]...

PESQUISADORA: Próxima questão então: considerando a função social que a escola pública representa na sociedade, especificamente quanto às finalidades previstas na legislação e nos documentos institucionais do IFSP, bem como à situação atual da imagem do Câmpus São João da Boa Vista no município, qual o significado do fim das atividades do projeto?

ENTREVISTADO 1: Tem que *lincar* com a função social?

PESQUISADORA: É, vou repetir. Considerando a função social que a escola pública representa na sociedade, especificamente quanto às finalidades previstas na legislação e nos documentos institucionais do IFSP, bem como à situação atual da imagem do Câmpus São João da Boa Vista no município, qual o significado do fim das atividades do projeto?

ENTREVISTADO 1: Assim, olha. Eu acho que a sociedade perde um pouco *né*. A gente *tava* fazendo o link entre a escola e a comunidade externa e, ainda assim, mesmo depois da atuação do projeto, a gente ainda vê que o Instituto carece, um pouco não *né*, carece muito de divulgação. Acho que a imagem ainda não...assim, o Instituto Federal ainda não é *top of mind* na cabeça das pessoas, na cabeça dos estudantes, na cabeça de quem termina o ensino médio e quer entrar para universidade pública. Eu acho que o instituto ainda não é *top of mind* e o projeto *tava* trabalhando nesse sentido *né*, de tornar ele *top of mind* pelo menos na área de exatas e tecnológicas ali, entendeu? Que é o foco do Instituto. Assim... eu acho que a sociedade perde com o fim do projeto.

PESQUISADORA: Você acha que a sociedade perde então em qual sentido? Você acha que a sociedade perde quando assim, esse trabalho de divulgação, de comunicação com a sociedade acaba terminando, se interrompendo? Em que sentido você fala que a sociedade perde?

ENTREVISTADO 1: É.. assim, olha, eu acho que muita gente podia estar se qualificando com a gente aqui e não está por falta de informação *né*. Eu acho assim.... não é por falta, não é nem por falta de vontade e nem por falta de dinheiro, porque aqui é uma escola pública. É por falta de informação mesmo. Eu acho que é isso. É isso que é mais triste, entendeu? É por falta de informação, porque o acesso...o acesso...o acesso ao nosso ensino não é tão complicado assim e a pessoa não tem que pagar nada. E ela acaba não estudando no Instituto Federal, porque ela não sabe da existência, entendeu? Então eu acho que a perda se torna maior se a gente analisar desse ponto de vista. A pessoa tem vontade de qualificar, ela dispõe de poucos recursos financeiros... Poxa, o Instituto Federal é perfeito para ela *né*, mas por conta de ela não conhecer, não saber que a gente está aqui, ela acaba não vindo até nós. Então, é isso.

PESQUISADORA: E a questão de a gente estar no município há 10 anos, agora vai completar 11 no final do ano...

ENTREVISTADO 1: É...

PESQUISADORA: O que você acha, no caso, houve uma tentativa de melhorar a comunicação com o público, com a sociedade em geral? Como que você enxerga essa tentativa, depois uma interrupção e daqui pra frente? O que você acha disso, se a gente ver uma linha do tempo com esses acontecimentos?

ENTREVISTADO 1: É que assim, é que a interrupção, ela foi muito recente, então não dá pra gente mensurar qual que foi a perda real ali *né*. Mas, assim, só com o tempo mesmo que a gente vai saber, assim, o impacto negativo que o fim do projeto teve. Eu acho que foi muito recente, pra gente mensurar. É isso.

PESQUISADORA: Tá certo.

ENTREVISTADO 1: É. Não dá pra saber *né*. Você até citou que precisa ser feito um novo levantamento *né*..é..pra ver se houve uma queda no número de inscrições nos vestibulares *né*. Aí eu acho que...aí a gente vai ter uma base *né*. Mas acho que ainda é cedo pra gente falar assim. Que vai ter, que vai ter impacto negativo eu tenho certeza, mas assim....(interrupção)

PESQUISADORA: Num primeiro [momento], o que vem na sua cabeça de impacto é....

ENTREVISTADO 1: É a baixa procura pelos cursos, por falta de informação. É isso.

PESQUISADORA: Vamos para a 7^o e última pergunta: Você poderia propor caminhos para que eventuais impactos sejam mitigados ou para que as ações do projeto tenham continuidade? Você consegue enxergar algum caminho, algumas ações que poderiam continuar a serem feitas para de repente esses impactos que você falou deixarem de acontecer ou dar uma amenizada? Ou que...(interrupção)

ENTREVISTADO 1: Eu elencar algumas ações que podem continuar independentemente da existência do projeto ou não?

PESQUISADORA: Isso. Propor caminhos. Conhecendo a instituição, se você consegue propor caminhos para que as ações do projeto tenham continuidade ou para que esse tipo de impacto que você citou seja mitigado.

ENTREVISTADO 1: (Silêncio. Risos) Ahh é...Propor caminhos...

PESQUISADORA: É....que nem no caso, você falou do programa, que a ideia era começar com o projeto, depois aumentando as atividades, os focos...até se tornar um programa. Então, você consegue enxergar isso de alguma forma a partir de agora. Se existe algum caminho.

ENTREVISTADO 1: Entendi. Não, é que assim. A maioria dos membros da equipe já se desligou *né*. Eu acho que....não sei...tentar submeter o projeto de novo, talvez começar assim não começar do zero *né*. Mas, assim, começar do zero no sentido assim de começar como um projeto novamente com uma nova equipe. Mas eu acho que... não sei...eu acho que...agora tá mais fácil de fazer isso, entendeu? Porque a gente já acumulou um...*né*...os antigos membros já acumularam certo *know how*. E o projeto assim já está um pouco mais conhecido na comunidade interna *né*, não

como deveria *né*. O que eu falei aqui *né*, mas, assim, talvez reunir uma nova equipe e tentar submeter ele como um projeto de novo ou... tentar um alinhamento com a alta direção e já partir do projeto institucional, entendeu? Eu acho que é isso; é nesse sentido.

PESQUISADORA: Você acha que nesse sentido conseguiria ter continuidade...essas ações terem continuidade? E quando você citou a questão de que hoje *tá* um pouco mais fácil. Mas se hoje *tá* um pouco mais fácil, por que que ele não...eu fico intrigada a descobrir então por que que ele não continuou, entendeu? Se hoje *tá* mais fácil para, de repente, continuar, de começar algo....

ENTREVISTADO 1: Entendi. Assim, acho que por conta dos afastamentos, a equipe principal se desmantelou *né*. E aí, sobrou um membro de equipe e dois estagiários ali. Acho que é pouco...

PESQUISADORA: Então você acha que o que dava o gás era a equipe?

ENTREVISTADO 1: Sim, eu acho que sim.

PESQUISADORA: Então quer dizer, a minha pergunta é justamente nesse sentido...tipo, se era a equipe que dava o gás. Então o que q ela precisa para conseguir continuar? Porque as atividades precisaram ser interrompidas *né*?

ENTREVISTADO 1: É. Mas, assim, eu acredito que os afastamentos não ocorreram por conta de descontentamento dos membros do projeto com o projeto em si. Eu acho que foram de ordem pessoal. Então, foi uma eventualidade fatal *pro* projeto. Acho que talvez se os membros ainda tivessem ali, o projeto estaria rodando.

PESQUISADORA: Entendi. Então essa importância da comunicação entre a sociedade e o IF. Você acha que a equipe que dá mais importância a isso? Porque senão esse tipo de atividade continuaria sem a equipe. Como que você enxerga isso?

ENTREVISTADO 1: Sim...é, assim, olha. Eu já ouvi em conversa de corredor que o Instituto Federal não precisa de marketing, porque ele se auto promove. Talvez essa cultura tenha...eu não sei da onde que surgiu isso, se surgiu lá na Reitoria e foi se espalhando pelos Câmpus, mas, assim, olha eu já ouvi diversas vezes de mais de um servidor que o Instituto Federal não precisa de marketing; que ele se auto promove. Talvez a difusão dessa cultura organizacional tenha... assim.. explique o quanto de importância que as pessoas dão, entendeu, para a comunicação no IF, que é pouco *né*. E a equipe... como a equipe se reuniu *pra* quebrar esse paradigma *né*. Então, tipo assim, eu acho que a gente *tava* mais motivado que o restante da comunidade interna. Por conta dessa cultura que foi disseminada, entendeu? Que eu não sei da onde que surgiu isso, mas eu já ouvi várias pessoas falando isso e de outros Câmpus. Então, eu acho que é isso. A equipe *tava* mais motivada? Sim. Porque a gente percebeu essa cultura e a gente *tava* tentando quebrar isso. Eu acho que a gente devia ter vendido o nosso peixe antes de atuar. Que a gente já tinha essa visão e eu acho que a gente começou achando que as pessoas também. Que alguns já tinham essa visão, ou que as pessoas com o tempo fossem adquirir *né*, fossem mudar a visão. Mas assim, não aconteceu com todo mundo *né*.

PESQUISADORA: Você acha que era unânime a questão de não dar esse tipo de importância para a comunicação com a sociedade ou você acha que de certa forma algumas pessoas dentro da instituição ainda, além da equipe, tem essa percepção?

ENTREVISTADO 1: Ah não, alguns, bem poucos, mas tem sim. Mas eu acho que é algo que a gente devia que ter trabalhado mais. A gente motivar a comunidade [interna], porque a gente *tava* se auto motivando ali *né*, mas...acho que é isso que criou a sintonia entre a gente ali. Mas eu acho que a gente devia ter feito isso de forma extrínseca ao projeto. Só acho...

PESQUISADORA: Mas e aí, essa questão de recurso. Você vê que isso seria possível com o que vocês estavam fazendo. Seria possível com os recursos que vocês tinham, que vocês trabalhavam. Você acha?

ENTREVISTADO 1: Possível ia ser, mas não ia ser o ideal *né*. Eu acho...

PESQUISADORA: De repente, você acha que foi questão de prioridade?

ENTREVISTADO 1: É.

PESQUISADORA: As ações já partiram no sentido de ir para a comunidade externa mas poderia primeiro... (Interrupção)

ENTREVISTADO 1: É. Primeiro a gente [deveria] cativar a comunidade interna. A gente vender o nosso peixe *né*.

PESQUISADORA: Então foi uma questão de prioridade já que vocês tinham poucos recursos?

ENTREVISTADO 1: Isso. Acho que é isso. Acho que isso evitaria um monte de problema que a gente teve. Problema com chefia imediata, liberação de recurso, material. Acho que a gente tinha que ter feito um trabalho interno para depois *né*...um endomarketing...a gente devia ter feito um endomarketing mais incisivo do projeto. É isso.

PESQUISADORA: Bom, então nossas questões terminaram. Você tem mais alguma coisa pra falar?

ENTREVISTADO 1: Só isso. Muito obrigado pela oportunidade de estar participando.

ENTREVISTADO 2 – 27/03/2018 – 10h

PESQUISADORA: Então, Entrevistado 2, vou começar aqui falando as questões do questionário semiestruturado da minha pesquisa, tá? Então você pode ficar à vontade *pra* falar o que você achar pertinente. Eu vou fazer 7 questões, aí no final eu deixo aberto pra você falar o que quiser. Então, analisando o contexto da

instituição, bem como a trajetória e os resultados alcançados pelo projeto “IFSP: Conheça-nos!”, número 1 - fale sobre você e sua participação no projeto.

ENTREVISTADO 2: Falar de mim?

PESQUISADORA: É, no que você é formado, o seu cargo aqui no IF e o que você ajudava no projeto. Fala alto, por favor.

ENTREVISTADO 2: Vou falar mais perto.

PESQUISADORA: Ok.

ENTREVISTADO 2: Falar sobre mim. Sou o “Entrevistado 2”, eu trabalho aqui no Instituto desde 2007, a princípio no Câmpus de Bragança Paulista, depois eu vim *pra* São João em 2009. Sou formado em Gestão de Tecnologia da Informação, meu cargo aqui é Técnico de Laboratório de Informática, mas atualmente eu trabalho na [Coordenadoria de] Extensão. Minha ajuda no projeto era a parte audiovisual, a parte de...de...organização também de utilização de sistemas, as visitas também, operacional, o que mais...as redes sociais também, parte de diagramação. Mais essa parte de, como é que eu vou falar, gráfica; parte mais gráfica assim. Acho que é isso.

PESQUISADORA: Certo. Trabalhava um pouco em tudo?

ENTREVISTADO 2: É. Praticamente.

PESQUISADORA: Tá. Número 2 - No início, qual foi sua expectativa quanto ao projeto?

ENTREVISTADO 2: No início...ah, foi alta *né*. Expectativa alta, porque era uma coisa que não existia *né* no Câmpus. Então, desde quando eu entrei no Instituto Federal não existia, vamos falar, esta iniciativa *né* e partindo de.. de..de, vamos falar, funcionários ainda, de técnico-administrativos, que, geralmente, aqui tem essa, no Instituto tem essa cultura de que as coisas só partem de professores. É, e aqui partiu dos técnico- administrativos, então foi uma coisa inovadora e na parte de comunicação, porque ninguém conhecia o Instituto Federal *né*. Então, a minha expectativa quando apareceu o projeto foi das mais altas *né*. Veio *pra* suprir mesmo uma lacuna em que o Instituto é deficiente *né*, que é essa parte da comunicação.

PESQUISADORA: Onde você acredita que ele poderia chegar, caso não fosse interrompido? Faz até parte da mesma questão. Onde ele poderia chegar, o que que ele poderia agregar ao IF, caso não fosse interrompido?

ENTREVISTADO 2: Já agregou *né*. No caso, assim, no início ele já agregou muito. Tanto é que foi reconhecido até fora do Câmpus São João da Boa Vista. Eu acho que assim, que o projeto veio *pra* suprir justamente esta lacuna que o Instituto é... não tem...na verdade, ele até existe a...é uma crítica aqui agora *né*. Ele tem uma; existe *né*... a Comunicação na Reitoria.

PESQUISADORA: O setor de Comunicação?

ENTREVISTADO 2: O setor de Comunicação no Instituto Federal. Mas nunca funcionou *né*. E o fato do projeto, vindo de técnico-administrativos, vindo é...de áreas diferentes, porque os..., vamos falar assim, a gente tinha 4 colaboradores e 4 colaboradores de áreas distintas, que se uniram ali pra organizar, vamos dizer assim, organizar e botar em prática ações que a Reitoria nunca colocou, nunca pôs *né* em prática, não sei se por falta de conhecimento, por falta de organização, por falta..por falta de pessoal eu duvido, porque pessoal existe...acho que, não sei. Então, qual a pergunta mesmo?

PESQUISADORA: Onde você acredita que ele poderia chegar?

ENTREVISTADO 2: Ah, eu acho que...entendi...então, eu acho que ele poderia chegar num ponto de se..ou se unir *né*, como já existe um setor, não virar o setor, mas, vamos falar assim, agregar ao setor, ser reconhecido pelo setor de comunicação. Porque foi agora, acho que bem no final, que a gente foi reconhecido assim; que eles viram o que estava sendo feito.

PESQUISADORA: O que q aconteceu? Como que foi esse reconhecimento que você diz?

ENTREVISTADO 2: Que o próprio Assessor de Comunicação veio até o campus *né*. Veio solicitar uma ajuda referente a isso *né*. Veio reconhecer o trabalho que a gente tinha feito; veio solicitar ajuda, trouxe um pessoal até pra conversar sobre isso. Não acabou dando em nada assim, acabou meio que se dispersando, [por] que também a gente *tava* ocupado com várias coisas, mas o reconhecimento veio, acho que até tardio, eu acho. E assim, a expectativa, vamos falar, que ele poderia virar era realmente, vamos falar assim, virar um padrão para os Câmpus, virar um padrão de comunicação para os Câmpus, coisa que não existe; até hoje não existe. Todo *campi*, *campi* não, não se fala mais *campi*. Todo Câmpus novo, ele fica perdido na parte de comunicação *né*. E ele não tem esse suporte de comunicação, não adianta falar que existe que não existe suporte da Comunicação. Então, o campus fica perdido *né*, a ponto de ter Câmpus igual ao nosso caso: de existir desde 2007, mas ainda ser chamado de... “a escola do lado do SESI”...que foi aberto 5 anos depois, entendeu? Na maioria dos Câmpus acaba acontecendo isso.

PESQUISADORA: Então você acha que ele poderia transcender o local aqui; o Câmpus de São João e de repente ser replicado em outros setores, desculpa, em outros Câmpus?

ENTREVISTADO 2: Sim, em outros setores também, eu acho, porque assim a comunicação, no caso, o que fazia o projeto não era só, vamos falar assim, pode ver que muita coisa que foi aplicado no projeto, a gente como colaborador, alguma coisa a gente acaba replicando *pra* fora, utilizando alguma coisa, algum método, alguma ferramenta ou alguma fala, alguma coisa a gente acaba utilizando em outro setor *né*. A gente se organizou acho que muito bem, a ponto de [poder] replicar até *pra* outros setores, não só comunicação. Mas como o foco é levar a escola pra fora, acho que sim, *dá* pra outros Câmpus, outros institutos, não sei como é o grau de comunicação dos outros Institutos, dava sim. Acho que sim. É válida a ideia.

PESQUISADORA: Você poderia elencar fatores de ordem societal que levaram a interrupção do projeto? Aí quando eu falo societal, é relacionado à sociedade, considerando o contexto que a política de educação hoje se encontra, é...a área de gestão pública hoje...se teve algum fator que.. que..que contribuiu, no caso, eu posso citar um exemplo e você vai poder me dizer se isso influenciou ou não. No caso de corte de recurso orçamentário do Instituto. Você acha que isso influenciou na interrupção?

ENTREVISTADO 2: Eu acho que não. Eu acho que, assim, que não...que não..corte orçamentário...eu acho que essas coisas, vou falar assim externas, ao Câmpus São João... a...mais pra cima, vamos falar, sei lá, governo federal, essas coisas, a nível de governo, eu acho que não influenciou não, porque desde o início a gente nunca precisou disso. Na verdade, a gente precisou sim *né*, do auxílio, do carro oficial pra ir até as escolas, e *da* nossa horário, da nossa carga horária *né*. As vezes precisou fazer na carga horária, durante a carga horária, então este é o custo do governo. Só isso, mas a gente não teve esse corte tão bruto assim a ponto de...assim..de ele ser um fator de..de.. que vai influenciar, que influenciou no trabalho.

PESQUISADORA: Eu pergunto justamente porque assim, pesquisando os recursos de quando o projeto não mais foi aceito no edital da Reitoria, aquele edital teve um corte de 35% do orçamento em relação ao ano anterior. Então, você acha que isso pode ter influenciado ou de repente você vai me falar não, mesmo institucionalizando poderia continuar, entendeu? Esse foi algo que contribuiu para a interrupção ou poderia ter continuado sem esse..sem essa verba, mas de outra forma a gente *daria*...como que você vê isso?

ENTREVISTADO 2: Sim, agora você falando, eu lembrei. É, realmente no edital lá, a desculpa, acho que foi desculpa na verdade *né*, foi do corte. Pra mim, é desculpa. Não sei como você vai escrever isso, mas pra mim foi uma desculpa do corte pra não aceitar a gente lá de novo *né*.

PESQUISADORA: A disputa fica maior entre os projetos...

ENTREVISTADO 2: É. Porque a disputa ficou maior, teve mais projetos, são mais Câmpus. Acho que aí tem o fato também...da descentralização...já gera uma conversa de descentralização, daí eles tinham que ver a verba futura, o que que ia ter, o que que não ia ter...e...eu acho que é desculpa, porque, igual eu falei, projetos semelhantes foram aprovados e o nosso não *né*. E querendo ou não, acho que ocorreu uma disputa interna, entre Câmpus.

PESQUISADORA: É, porque é todo mundo querendo pegar uma fatia *né*?

ENTREVISTADO 2: É. Todo mundo querendo. Mas *pra* influenciar *pra* terminar, diretamente, acho que não. Indiretamente, sim. Diretamente, não. Ah, foi aquilo direto? Não. Indiretamente, sim, depois, porque você acaba dando uma desmotivada assim *né*. Você acaba gastando energia ali a toa *pra* se inscrever no edital, você acaba gastando energia pra...é...mandar um recurso. Você acaba gastando essa energia *né*. Então, acaba *minando* um pouco; acaba dando uma desanimada, mas não que influencie direto assim.

PESQUISADORA: Então, você acha que essa questão de ordem societal não influenciou diretamente para a interrupção?

ENTREVISTADO 2: Não. Indiretamente, sim. Diretamente, não.

PESQUISADORA: Tá. Esse indiretamente, então quer dizer é um pano de fundo para outros tipos de fatores? Então, você poderia indicar fatores de ordem organizacional que contribuíram para o esgotamento do projeto, além dos problemas já informados nos relatórios finais? Nos relatórios finais, vou só lembrar um pouco que a gente tinha que fazer em todo final de ano, para prestar contas sobre o que a gente tinha feito aquele ano do projeto. Então a gente sempre citou a questão de carga horária, que a gente não tinha um divisão específica para o projeto, questão de local de trabalho, as vezes, alguns equipamentos, alguns recursos que eram assim dificultosos e no último ano teve uma indicação inédita sobre a eleição, que *teve* alguns problemas relacionados a isso no desempenho do projeto. Então, você poderia me indicar fatores de ordem organizacional que contribuíram para esse interrupção?

ENTREVISTADO 2: Sim. Igual você já falou *né*. Citou vários que eu ia falar, horário, *né*...assim, a princípio..a princípio a gente iria ter uns horários específicos para se dedicar ao projeto, mas nunca aconteceu *né*. Era muito difícil, tinha dia que conseguia, tinha dia que não, mas *tinha* atividades que demandavam mais dias *né*, não é nem mais horas, mais dias, porque você dependia de autorizações, de telefonemas, de terceiros, vamos falar assim, que você não conseguia é...um...vamos falar assim..uma constância *né* por causa de horários. Isso atrapalhou demais..é...chefia *né* não imediata ali. Então, atrapalhou *pra* caramba, a gente..é...como é que eu vou falar, você já falou tudo praticamente.

PESQUISADORA: Quero ouvir o que você entende sobre essas coisas.

ENTREVISTADO 2: Vou falar do horário, tem o fato do local de trabalho também. O Instituto nunca..nunca teve um local, vamos falar assim, de suporte para os projetos de extensão, nem suporte para projetos, para qualquer tipo de projeto na verdade. O Câmpus São João da Boa Vista, vou falar Câmpus São João da Boa Vista, acho que é melhor, se bem que eu conheço a maioria dos Câmpus, e também é difícil um Câmpus que tenha esse local de suporte *né*, geralmente é *sempre* compartilhado algum laboratório de informática, é compartilhado, mas você nunca tem um horário específico. Aí fica difícil, às vezes, você vai achando que está liberado e não está liberado. Então, isso atrapalhou sim também, o local de trabalho, a ponto de eu ter que trabalhar no laboratório de química, não sei se você lembra. Ter que utilizar lá, pedir emprestado um canto no fundo do depósito do laboratório de química, trazendo meu próprio equipamento para poder trabalhar. Então teve isso, então eu tive que trazer o meu próprio equipamento e trabalhar num canto num laboratório de química..insalubridade total..Então, tipo assim, isso atrapalhou e não foi só eu. E o fato também, vamos falar assim, atrapalhou também aaa... o..fato de não ter essa união também com reitoria e Câmpus *né*...pelo fato *né*...vamos falar assim, vou falar como colaborador que depois pra escrever é mais fácil, dois [servidores] trabalhavam num Núcleo da Reitoria e dois trabalhavam no Câmpus, daí a administração local não reconheceu o Núcleo *né*, e o Núcleo também não abria mão de certas coisas para liberar o pessoal. Então, isso aí atrapalhou também bastante.

PESQUISADORA: Então você fala sobre uma falta de integração entre Reitoria e Câmpus?

ENTREVISTADO 2: É eu acho que sim. Em relação a isso, porque eu vou falar... por causa do pessoal envolvido..por causa da gente envolvida. Não que todos os projetos necessitariam disso, mas, no nosso caso, sim, porque a gente tinha duas pessoas trabalhando num Núcleo que era da Reitoria e duas pessoas trabalhando no Câmpus de São João. E ficava sempre essa..esse bate cabeça ali *né*, não se entendiam muito bem. Então, um não queria abrir mão de uma coisa, outro não queria abrir mão de outra coisa, pelo fato... “ahh, isso aqui é Reitoria; isso aqui é Câmpus”. E esquecendo que *né* somos todos Instituto Federal de São Paulo. Maior ainda, somos da Rede Federal *né*. Brasil. Então, ficava essa...essa...

PESQUISADORA: Uma disputa interna, você diz?

ENTREVISTADO 2: É. Disputa interna...é...acaba ficando uma disputa interna de Núcleo dentro do Câmpus e Câmpus na parte de administração.

PESQUISADORA: Fora esses tipos de recursos carentes relacionados a gestão, que nem horário, material, equipamentos, você comentou, local de trabalho, que são coisas que são bem organizacionais, que, de repente, poderia alocar de uma forma, distribuir de outra para possibilitar o..o...a continuidade, o desempenho dessas atividades. Então, você acha que teve alguma...alguma outra coisa assim, abstrata? Isso já é explícito, de recursos. Algo abstrato que pode ter contribuído pra essa interrupção? Tipo relações interpessoais, cultura, algo relacionado...

ENTREVISTADO 2: Ah certo, isso sim. Olha, tudo, vamos começar. A cultura do Câmpus já *né*. Na verdade, é uma cultura, não é nem do Câmpus, é uma cultura, vamos falar assim, é uma herança maldita, é uma herança maldita que vem de cima, da Reitoria, de São Paulo *né*. É uma que tudo tem que envolver política...tudo...e aí...política não adianta, envolve relação interpessoal e aí já começa a criar intriga e já começa a pegar no pé. Isso acho que teve bastante no projeto *né*, tanto comigo, como com outros colaboradores *né*. Vamos colocar assim, teve...diretamente *né*. Teve, teve sim. E o que mais, vamos falar...falei da cultura...o Instituto tem essa cultura *né*. Ah, tudo é política, então se você defende uma coisa, você é errado *né*. Não tem, não existe uma discussão saudável *né*, vamos falar assim, é tipo assim, se o cara não gosta do preto, da cor preta, ou não gosta da cor vermelha, o cara é errado porque o outro gosta e se ele está no poder, você tem gostar do que está no poder. Então, você tem que gostar do que está acontecendo ali naquele tempo ali *né*, independente se você gosta ou não. E por causa disso, o projeto teve muito, acho que até boicote, eu vou falar, a gente foi muito boicotado no começo *né*. Então, teve essas atitudes sim.

PESQUISADORA: Você diz que teve boicote só no começo ou isso teve relação com o fim? Como você enxerga esse tipo de problema durante a execução?

ENTREVISTADO 2: Então, acho assim. Esse boicote teve no início, a gente sentia na pele, mas mesmo assim a gente foi..foi..dando, foi persistindo, foi contornando, foi achando brechas pra não morrer, porque eu acho que esse boicote vinha para

matar, vinha para matar, vinha pra matar. Ele vinha acho que, na verdade, assim, *pra* tentar *pra* não deixar escancarado uma falha que eles tinham, uma falha que o Instituto tem. Vou falar Instituto, *pra* não falar pessoas. Acho assim, que esse boicote vinha para dar uma mascarada, *pra* mascarar um problema que eles tinham; *pra* não deixar explícito esse problema de comunicação. E o que que a gente *tava* fazendo? A gente *tava* deixando explícito que eles tinham um problema de comunicação, sendo que existia comissões de comunicação, sendo que existia é..na verdade existia não... teria que existir *né* alguém fazendo esse trabalho *né*. Então tinha que ter alguém, e a gente *tava* deixando meio que explícito que esse alguém não *tava* fazendo ou que esse setor não *tava* fazendo ou que essa administração não *tava* fazendo. Então, acho que esse boicote vinha mais para cortar isso, assim *pra* tipo “ah, vamos matar aqui, porque eles estão deixando explícito isso aí que a gente não fez em todos esses anos. A gente deveria ter feito e não fez.” Tinha gente recebendo *pra* isso, então por isso que estou falando que daí já entra a política e entra esse boicote. Acontece em todo lugar, justamente *pra* não deixar explícito isso. Então, do jeito que a gente *tava* ajudando a coisa, *tava* deixando explícito outra e a pessoa, vamos falar a Administração, *pra* se poupar, *pra* se proteger, acaba boicotando *né*. De várias maneiras *né*, tanto boicotando o espaço, como boicotando o horário, o próprio servidor, achando empecilho *pra* não ajudar, *pra* não deixar explícito outras coisas.

PESQUISADORA: Entendi, mas, por exemplo, esse projeto esteve na pauta do candidato que ganhou a última eleição *né*. Estou falando por conta do problema que indicaram que teve de atuação durante a eleição..e...e... e esse projeto, ele foi pauta do candidato que ganhou. Então, se, no caso, na proposta do candidato ele estaria apoiando o projeto, por que que quando da...eu gostaria de entender...o que que levou no caso, durante a gestão do candidato, esse projeto é...ser interrompido?

ENTREVISTADO 2: Depois que ele ganhou *né*?

PESQUISADORA: Isso.

ENTREVISTADO 2: Se ele se propôs a ajudar. Entendi.

PESQUISADORA: Já que era uma promessa de apoio, de melhoria do projeto na campanha. Por que que chegou então...como que você entende essa interrupção justamente na gestão do candidato?

ENTREVISTADO 2: A minha teoria é essa. É uma teoria, não posso *tá* 100% certo. Mas minha teoria é essa. É, ele queria o controle total, porque assim, no projeto [de extensão] a gente tem ou deveria ter certa autonomia *né*. E, analisando isso... você passa por toda a análise, você tem, vamos falar assim, um relatório semestral, relatório final, tem um proposta, é tudo planejado *bonitinho*, certo? Só que assim, *pra* eles não. Por isso que estou falando. *Pra* mascarar, *pra* não deixar explícito um outro problema, eles acabam boicotando e querendo controlar tudo. Estão querendo controlar desde os setores e querendo controlar desde os setores e desde os projetos. Ainda mais projeto, esse projeto no caso, que é um projeto que evidencia uma falha, você entendeu? Então, projetos, se você reparar, projetos que evidenciam alguma falha que era *pra* outro setor fazer ou outra pessoa fazer, esses são boicotados. Se você prestar atenção, isso acaba acontecendo no Instituto. Por

quê? Porque ele acaba ganhando um destaque maior e acaba ganhando tanto destaque e as pessoas, a comunidade, vamos falar assim, acaba precisando e acaba vendo que aquilo é essencial, que ele acaba evidenciando um outro problema, que é da administração ou da má administração *né*. Então, como que é a forma de minimizar isso ou mascarar esse problema? É boicotando, é tentando controlar tudo, é tentando sempre saber o que está acontecendo, é tipo assim tirando certa autonomia. Querendo controlar de forma indireta *né*, as pessoas *né*, os colaboradores; tentando controlar de forma indireta as ações do projeto, *pra* que ele fique menos evidenciado.

PESQUISADORA: Mas como que foi feito esse controle que você diz?

ENTREVISTADO 2: O simples fato de institucionalizar, certo? Porque assim até então era uma preocupação nossa, a gente até certo ponto meio que queria, mas também não queria justamente por conta desse controle que a gente sabia que ia existir e que existiu *né*. A gente sabia que ia existir esse controle e era isso que ele queria. E o fato de institucionalizar foi ali também o divisor de águas ali do final. O final começa ali quando institucionaliza, começa o final ali...é...não sei...muitos podem falar que o final começou antes, quando a gente não entrou no edital da PRX [de 2017], mas não. Acho que foi depois, quando institucionalizou, porque querendo ou não a gente ia dar um jeito e entrar em outro edital *né* e continuar. Mas como foi tendo esses boicotes e tal, e esse fato de ter sido utilizado como campanha eleitoral, eu falo que utilizou somente para ganhar, tanto que não foi só um candidato. Acho que todos candidatos meio que deram a palavra que iam continuar, que iam fazer alguma coisa pra ajudar *né*. E o fato de institucionalizar não era a ajuda que a gente precisava, na verdade a ajuda que a gente precisava era de um local de trabalho, era de uma equipe *né*, era...na verdade não sei...era a criação de um setor dentro do Câmpus ou de um Núcleo, acho que um Núcleo vindo da Reitoria, da parte de Comunicação, eu acho que é isso que seria a ajuda a nós. Eu acho que faltou também...faltou ..como que vou falar...faltou empenho e vontade, porque se tivesse vontade e tivesse empenho a gente *tava* até hoje funcionando de *boinha*, tranquilo. Então, faltou empenho assim dos candidatos. Então, pra mim quando institucionalizou, porque aí quis controlar *né*, quis tirar a autonomia das pessoas. E o Instituto Federal tem essa cultura de querer tirar a autonomia das pessoas *né*. Por ser, falam lá, que por ser um órgão federal, eles tem que ter um certo controle... sim, mas não autonomia. Controle é uma coisa, autonomia é outra. E a gente acaba perdendo autonomia disso tudo. Até mesmo como funcionário, e eu acho que o projeto ele foi perdendo autonomia. No princípio, a gente tinha uma autonomia meio forçada pela gente. Igual, a gente ia a “trancos e barrancos”, mas tentava contornar. Então a gente tinha esse autonomia contornando essas coisas, utilizando equipamentos próprios, locomoção própria, fora do horário de trabalho..é..aí quando a gente precisou realmente da coisa, a gente foi tirado, a gente precisou, na verdade, da instituição, vamos falar assim, falar da instituição no período. De um apoio de verdade, a gente acabou trocando esse apoio pela autonomia. Acho que foi assim sabe...tipo “ah, você quer apoio, você vai perder autonomia...”, entendeu? “A autonomia que você tinha, você não tem mais, eu quero controlar, eu quero saber, eu quero dar o pitaco, eu quero alguém que eu confie aí dentro, ou ficar a par de tudo, eu quero controlar tudo”. Então a gente perdeu autonomia. Isso que eu *to* falando, a gente já não tinha um apoio real, a gente não tinha um apoio real de horário, a gente não tinha um apoio real de equipamentos, já não tinha apoio real de

suplementos, aí nisso a gente perdeu mais. A gente perdeu, não teve ou tinha bem *fracionadinho* só pra acontecer naquele “banho maria” *né*. Mas igual a projeção que na pergunta passada você falou, “ah, onde você acha que deveria estar hoje?” Hoje, em 2018, já deveria estar sendo replicado isso, acho que *pra* todos os Câmpus. Você vê que os Câmpus *meio* que hoje copiam a gente, copiam o projeto. Você acompanha as páginas, os Facebooks, os Instagrams, site, os próprios projetos de extensão que começam a aparecer dos editais, você vê que são muito semelhantes. Coisa que não existia antes, existe agora. O próprio padrão de postagem, o próprio padrão de ir as escolas, de mostrar o Instituto, de trazer as pessoas pra dentro, de falar *pra* pessoa fazer o vestibular, fazer as pessoas fazerem os cursos de extensão. As pessoas virem de fora pra dentro. Pode ver, muita coisa que o pessoal está usando hoje, *estão* praticamente copiando da gente, utilizando das ideias que a gente fez como projeto *né*. E que a gente chegaria nisto hoje, eu acho, estaria em todos os Câmpus padronizando *bonitinho*. E com a equipe formada, é logico, eu acho que deveria ter uma equipe formada fazendo praticamente só isso. Na verdade, ia suprir uma, é.. é... uma má-administração. Eles não conseguiram entender que o projeto, na verdade, deu um *start* pra enxergar o problema, só que a gente já deu o problema e a solução junto, só que eles não quiseram ver a solução. A gente evidenciou o problema de comunicação, mas a gente veio com a solução. E a solução nada mais é do que o seguinte: “vocês estão com o projeto, você não institucionaliza o projeto, vocês ficam trabalhando nisso, acabou”. Você não está desviando função, você não está gastando recurso de projeto, porque recurso e edital. Todo edital tem uma verba a parte, e a gente ia suprir um problema e ainda economizar dinheiro, vamos falar assim, se não institucionalizasse projeto nenhum, só simplesmente transformasse aquilo lá em padrão e replicasse em outros lugares e economizaria *né* também. Eu acho, acho que isso *né*.

PESQUISADORA: Tá. Então, esses fatores de ordem da organização, você acha que contribuiu. Voltando só que você comentou que institucionalizou, então esse foi o ápice da interrupção?

ENTREVISTADO 2: Foi.

PESQUISADORA: Então, a partir desse momento que você acha que perde a autonomia, então os servidores com essa perda... eu *to* tentando imaginar isso, os servidores acabam se desmotivando. Então, quer dizer, depois não tiveram outros que continuassem com essa iniciativa, correto?

ENTREVISTADO 2: É, isso que eu quis dizer. Institucionaliza, a gente perde autonomia, a gente perde autonomia, a gente perdeu autonomia *né*, que assim, começou a querer controlar demais, a gente foi perdendo autonomia. Aí os colaboradores todos tinham afazeres fora do projeto, tinha uma carga de trabalho normal, mais a carga do projeto, fazia até fora do horário *né*. Não tinha esse apoio e isso vai desmotivando com certeza, vai desmotivando, desmotivando, daí a cada hora é uma desmotivação diferente, uma coisa diferente, daí nisso a gente só espera o último a “apagar a luz” *né*. Que vai todo mundo sair uma hora, acho que assim, saiu um, pode contar ali que vai sair todo mundo. Não tem dessa, sem contar que nenhuma, não teve nenhum apoio por parte da administração a ponto de assim: “ah, saiu um, o que a gente pode fazer *né* pra continuar, pra continuar o projeto, pra

essa pessoa voltar ou colocar outra pessoa no lugar, ou outro setor, ou alguém ou uma pessoa um setor continuar com essa ideia?”

PESQUISADORA: Então quer dizer que o gás mesmo, a energia para o projeto acontecer *era* dos próprios servidores?

ENTREVISTADO 2: É sim, eu acho que assim, a energia era essa, a satisfação era essa *né*. Você trabalha, porque você tinha a satisfação pessoal sua também, os colaboradores tinham satisfação pessoal. Aí a partir do momento que institucionaliza, também parece que você tira um pouco dessa satisfação pessoal, porque quem institucionalizou? Foi o diretor, entendeu? Então ele pode bater no peito a todo momento que na verdade o projeto partiu dele, que é institucionalizado, não é um projeto externo mais. Isso aí também você tira um pouco da satisfação pessoal da pessoa.

PESQUISADORA: Você fala em termos de reconhecimento?

ENTREVISTADO 2: É, de reconhecimento, justamente. porque assim, o que motiva *né*, o que motivou muita gente é reconhecimento depois. Ser reconhecido, não até internamente, mas até fora. A pessoa *te* reconhecer por ter feito um bom trabalho, os servidores aqui dentro *te* reconhecer e quando precisar de você, saber que você...a partir do momento que a pessoa chega em você, sabe que ela reconheceu você de alguma maneira pra chegar em você pra *te* pedir ajuda. Então, acho que esse reconhecimento... Então, a partir do momento que institucionaliza, que institucionalizou na verdade, este tipo de projeto já perde um pouco o foco, eu acho, já perde um pouco do reconhecimento pessoal, então vai *minando* um pouco a vontade da pessoa também de fazer aquilo. Daí já junta tudo, já junta o reconhecimento pessoal que a pessoa não vai ter tão...já é pouco, já é limitado.

PESQUISADORA: Você acha que diminui?

ENTREVISTADO 2: Diminuiu. Então, tipo assim já é pouco, já diminuiu, aí já tem outros fatores que vão influenciando a você desanimar mais, mais, mais, mais, mais...alguém vai sair, vai acabar. Foi acabando ali, e eu acho que institucionalizar, o ponto é ali. Acho que o ponto chave de acabar foi ali, a partir do momento que institucionaliza, a gente, a gente que eu digo, a gente que começou, a gente já não tem mais um controle dali pra frente..tudo você precisa, vou colocar entre aspas, “pedir benção.” Então você perdeu autonomia, você perdeu *aquela*..reconhecimento pessoal, você vai perdendo tudo isso, foi o que aconteceu.

PESQUISADORA: Então, agora a próxima questão é se você poderia apresentar fatores de ordem pessoal que puderam ter influência para o fim do projeto?

ENTREVISTADO 2: Minha? Deixa eu ver...

PESQUISADORA: Pessoal não só sua, de cada um dos membros.

ENTREVISTADO 2: Pessoal minha, é que nem eu falei. Pra mim, sempre vai ser o horário, não era tão flexível comigo também. Já havia várias outras, eu vou falar meu, já havia outras recla...não é nem reclamação, como é que eu vou falar, outras

questões, que já vinham de trás, é... aí não facilitavam o horário, nunca teve um reconhecimento realmente do trabalho, do que faz, entendeu? Sei lá, de não conhecer e não querer conhecer também, de não querer falar pessoalmente. Pessoal, acho que é mais isso, de..de..de... No meu caso, eu acho que foi mais de ajuda mesmo, na ajuda de ter um local, acho que influenciou *pra caramba* e da autonomia...autonomia não...de local e do horário...sabe ter um horário realmente estipulado de trabalho no projeto. E que eu pudesse cumprir realmente de verdade, não só falado ou escrito. Teoricamente até existia, acho que 1 ou 2 horas, mas teoricamente. Eu acho que o impacto do projeto; aliás, o impacto do meu trabalho no projeto era maior do que o impacto do meu trabalho no Câmpus São João. É, então 4 horas trabalhadas no campus São João acho que equivaleria acho que sei lá a 10 minutos meus trabalhados no projeto. Então, o impacto do projeto, eu trabalhando no projeto, renderia mais, eu impactaria mais gente, o valor da hora seria maior....meu trabalho teria mais significância.

PESQUISADORA: Mas fora essas questões, fatores pessoais fora do trabalho, você acha que alguma coisa impactou na interrupção?

ENTREVISTADO 2: Não a chegar a interromper, mas deu uma desanimada sim. De interromper acho que não, eu acho que o fator de interromper foi mais interno. Externamente, teve sim, estudo, doença, isso existiu durante todo o projeto, pra mim, no caso, teve, isso influencia *pra caramba* também, mas de acabar o projeto acho que não. Igual eu falei, influenciou indiretamente, tem pouca influência. *Pra* acabar acho que não.

PESQUISADORA: Então, questão número 6 - Considerando a função social que a escola pública representa na sociedade, especificamente quanto às finalidades previstas na legislação e nos documentos institucionais do IFSP, bem como à situação atual da imagem do Câmpus São João da Boa Vista no município, qual o significado do fim das atividades do projeto?

ENTREVISTADO 2: *Tá*. Significado do fim do projeto levando em consideração a função social da escola...

PESQUISADORA: Qual o significado desse fim, que impactos poderiam ter?

ENTREVISTADO 2: Poderia ter não, acho está tendo *né*. Já vou até aproveitar o gancho. Impacto acho que tem, existe. Você percebe, é nítido. Vou até chamar de comunidade interna: professores, técnico-administrativos, terceirizados..envolve todo mundo. E vou chamar de comunidade externa o aluno, vamos falar assim, o aluno de projeto de extensão, o aluno nosso vou chamar de comunidade interna, mas os pais desses alunos e os cidadãos de São João vou chamar de comunidade externa. Assim, olha, como comunidade externa eles perderam muito, eu acho, com o fim do projeto. Tanto que uma realidade é que os projetos de extensão *né*, os cursos oferecidos nos projetos de extensão cujo foco é a comunidade externa, dificilmente..é..a gente teve dificuldade; está tendo dificuldade em preencher essas vagas com a comunidade externa. Coisa que, quando o projeto existia, não tinha essa dificuldade. Quando o projeto existia, na verdade, você tinha até que abrir mais vagas. Era uma disputa de vagas. Hoje o projeto não existe e essas vagas não são preenchidas e acabam sendo preenchidas com a comunidade interna, com os

próprios alunos, coisa que o foco não é esse *né*. [Para] Os próprios alunos, já existem os cursos, já existem os projetos de ensino, então acaba que não atingindo realmente a comunidade externa, que era o foco do projeto, que é a função da escola *né*, social assim, a gente trazer o pessoal lá de fora aqui pra dentro. E o projeto fazia isso, com primor *né*, porque havia até disputa de vaga, hoje não tem. Hoje os próprios professores que aplicam esses cursos falam *né*, sentem a falta. Falam “ah, mas o projeto divulgava *né*, fazia essa função pra gente”. O vestibular, esse ano a gente teve, acho que 4 chamadas, e quando o projeto existia não tinha tantas chamadas assim, tinha muitos alunos *né*... E a gente, o projeto fez essa função de trazer também, de criar esse nome no ensino médio *né*. Tanto que o ensino médio nosso é disputadíssimo. Aí você falar que não impactou nisso aí é mentira *né*. Impactou demais, é só pegar os dados dos vestibulares que você vê que vai aumentando. Tanto que é um curso que hoje teoricamente é disputado e a gente não precisa de tanta divulgação mais, porque a gente acabou indo nas escolas de ensino médio, tanto que é o foco dos Institutos Federais, não é o foco ainda mas deveria ser o foco *né*. Estão discutindo isso *né*. Que eu acho assim que a gente deveria focar nisso *né*. Ensino médio integrado, porque é isso que vai trazer, vamos falar assim, que vai trazer a evolução no Instituto Federal. Que vai fazer o nome do Instituto Federal. Não acho que não é nem os técnicos e nem os superiores, porque a disputa mesmo de vagas hoje é nos técnicos integrados. E o projeto fez essa função *né*, de buscar o aluno lá, de expor a imagem do Câmpus São João da Boa Vista na região também e acabou, adormeceu *né*. E Brasil *né*, é isso *né*, memória curta *né*. A pessoa esquece; só que aí você esquece que você tem gerações e gerações, é um processo contínuo. Esse processo de divulgação da escola é um processo contínuo, não é um processo que você faz uma vez e acha que todo mundo a partir daquele momento vai saber do que está acontecendo, vai saber que existe a escola. Cada ano são pessoas diferentes, é difícil você medir que a...o aluno que você falou vai replicar para outro. Que a escola que você visitou, aquela escola vai replicar para todas as turmas subsequentes, por isso que tem que ter essa divulgação, essa saída. E o que a gente fazia é o que eu acho que até tem no regimento do instituto de ir atrás da comunidade. O instituto ir e não só receber, e a gente ia *in loco*. Isso aí o Instituto perde, a cidade perde, a região perde e perdeu *né*. Na verdade, a gente acaba refletindo nessas coisas *né*.

PESQUISADORA: Em resumo assim, o impacto maior que você vê é que houve uma abertura da instituição, indo pra comunidade e agora, com o fim do projeto, você acha que ela se torna restrita mais a quem já tinha esse contato?

ENTREVISTADO 2: É, isso. A gente acaba restrito a comunidade interna, vamos falar assim. A gente depende da própria comunidade interna para divulgar isso, mas daí a gente parte daquele pressuposto assim: o projeto acabou e ninguém tocou, então você acha que todo mundo da comunidade interna está fazendo, vamos falar assim, o seu trabalho de divulgação lá fora? Eu acho que não, porque se tivesse acabaria ajudando no projeto, e ele talvez não morreria, tivesse mais pessoas envolvidas. Então, a gente acaba dependendo da comunidade interna, que não tem essa cultura, vamos falar assim, de ir até o lugar, de botar a mão na massa. E nem é função. Na verdade é o diretor que tem essa função *né*. O diretor tem essa função, não só ir em escolas, mas de apoio da própria prefeitura. A gente acaba tendo uma cultura aqui de pedir apoio da prefeitura só pra pedir dinheiro, pedir apoio em obras, não pra pedir apoio em divulgação, em fechar parcerias com escolas municipais,

essas coisas; isso não acaba acontecendo. A perda acho que foi essa, acabamos dependendo da comunidade interna, que na verdade não tem essa cultura, uma cultura que já vem, que acha que por ser escola do âmbito federal, deveria ser conhecida por todo mundo. Mas não é assim que acontece. O Câmpus perde também, porque a gente ia *in loco* e acaba conhecendo as pessoas e vendo a demanda daquelas pessoas, a necessidade daquelas pessoas e trazendo *pra* dentro. Hoje, se for ver, não tem nenhum estudo, não tem nada que vai até...que sabe qual realmente é a demanda da cidade, até hoje, em termos de abrir curso.

PESQUISADORA: Então você acha que até essa questão de conhecer a demanda... (interrupção)

ENTREVISTADO 2: A gente fez isso, o projeto fez isso. É o que eu falei, a gente fez isso e a administração não soube...é...lidar com esses dados, não soube se beneficiar desses dados, se beneficiar dessas atitudes do projeto de ir até lá. Indo lá a gente acabava beneficiando vários lados diferentes, tanto para o aluno conhecendo a escola, como a escola conhecendo o futuro aluno dela, a sua comunidade, trazendo esses dados *pra* dentro. A administração, levando esses dados em consideração, levando essas ações em consideração e até para criação de curso, entendeu?

PESQUISADORA: Com relação ao que você falou de troca de informações, que a gestão poderia aproveitá-las. É...como você vê essa comunicação entre o projeto e a gestão? Por que que você acha que não foi aproveitada?

ENTREVISTADO 2: Não foi aproveitada porque não existe. Não existe um canal de comunicação. Na verdade até existe mais ou menos se o Coordenador [de Extensão] leva os relatórios finais *pra* cima, mas nunca teve esse interesse mesmo. E o Instituto tem essa cultura de matar as coisas *né*. De matar os projetos. O projeto acabou naquele ano, matou. Tanto é que muitos projetos que podem ser continuados, eles são criados por outros professores no outro ano sem saber que já existiram. Sem levar em consideração as questões anteriores. Então não tem essa comunicação, já começa aí, a falha já é aí. Eu já acho que é má administração. Eu acho que é assim, a falha é na má administração. Nesse esquema de colocar quem eu confio, mas, na verdade, é colocar o meu amigo para ganhar. Não *to* colocando alguém realmente empenhado naquilo ou que.. eu ia falar até alguém competente e formado, mas acho que competência e formação são coisas diferentes...as vezes um cara competente e empenhado é melhor que um cara formado que não é empenhado. E aqui acaba acontecendo isso, não tem esse canal; não tem um suporte de projeto.

PESQUISADORA: Ok. Vamos passar para a última questão. Você poderia propor caminhos para que eventuais impactos sejam mitigados ou para que as ações do projeto tenham continuidade?

ENTREVISTADO 2: Sim. (risos) Uma eu acho que é assim: o projeto volta a ser projeto, não institucionalizado ou cria-se o setor de comunicação nos câmpus. Eu acho que criar um setor de comunicação no câmpus é mais efetivo, do que esperar uma coisa de cima, porque eu acho que a *formiguinha* aqui tem mais força.

PESQUISADORA: Mas como você diz criar um setor se depende de cima para isso?

ENTREVISTADO 2: Então, esse é o problema. Eu só posso dar a ideia, não posso agir *né*. Eu acho que criar o setor seria mais efetivo, não necessariamente seria a única solução. Outra solução que eu vejo mais plausível é voltar com o projeto, mas ter o apoio *né*. Ter uma sala de apoio, ter uma equipe de apoio, poderia trabalhar na Coordenadoria de Extensão, que trabalhe no Câmpus, entendeu? Não em projeto, ou com GECC, essas coisas temporárias. Faça realmente parte da função *né*. Que parta do Câmpus, porque o que eu falei, a gente morreu, eu acho, o projeto morreu...é...vou chutar até alto, por 80% por causa da administração do câmpus e os outros 20% pela equipe, pelos colaboradores, de não ter o suporte, por mais que a gente brigou aqueles anos. Então, eu acho que *pra* voltar, esses 80% teria que colaborar, ter um suporte mais especializado para conseguir desenvolver melhor. Para o projeto funcionar hoje, deveria ser assim, funcionar como projeto, só que assim, dedicado entendeu? Servidor dedicado a isso. Não assim: você trabalha 4h aqui e 2h ali. Não, acho que isso não dá certo. Até porque nesse projeto especificamente a gente está “tampando um buraco” de função administrativa *né*. E só se tivesse autonomia, coisa que não estava tendo. A mesma equipe e um lugar específico seria o ideal. Eu prezo muito, eu acho assim, que o ambiente físico, muita gente diz que não interfere, mas eu acho que interfere sim. Se não influenciasse, o Google não teria aqueles escritórios fora do padrão. Do jeito que a gente estava, cada um trabalhando no seu setor, acabando atrapalhando.

PESQUISADORA: Então, para a continuidade, em resumo, seriam necessárias condições de trabalho e também uma mudança de mentalidade com relação à atividade que a gente desempenhava?

ENTREVISTADO 2: É isso. Acho que sim, por parte da administração, acho que por parte da cultura do Instituto Federal *né*. Eu acho que *né*, eu acho que o aluno aqui é colocado muito em segundo plano *né*. Eu acho que o aluno aqui é colocado muito em segundo plano, e ele é o que movimenta, ele que faz viver a escola, e aqui eu acho que aqui ele é colocado muito em segundo plano; o aluno vem depois...

PESQUISADORA: O que você vê como prioridade aqui?

ENTREVISTADO 2: Política. A prioridade aqui é política, é cargo.

PESQUISADORA: Mas se a gente for ver a política é uma relação de interesses, certo?

ENTREVISTADO 2: Não. Política é...igual eu falei pra você..

PESQUISADORA: Então, qual interesse você acha que é mai... (interrupção)

ENTREVISTADO 2: A política é a guerra em outros meios, já ouviu essa frase? A política é a guerra em outros meios. Porque, na verdade, na guerra você tenta impor *pra* outra pessoa a sua vontade, entendeu? Então, na guerra você *tá* tentando impor *pra* outras pessoas ou outros lugares a sua vontade. Então, isso é a base da guerra. O que você acha que acontece aqui? Na política, a mesma coisa; é tentar impor na outra pessoa o que eu quero. Então, quando o cara entra no poder, administração,

ele tenta impor o que a pessoa quer pra vc. Então, ela tenta de todos os meios, entendeu? Direta e indiretamente. Tenta impor o que eu quero, do jeito que eu quero. Eu quero que você não trabalhe mais aqui, só que eu não vou chegar diretamente pra você, vou tentar por outros meios fazer com que você não trabalhe mais aqui. Acho que aqui também tem muito disso. Por isso que eu falo que a hora que envolve a política, é isso. Envolveu política aqui já complica. Eu falo assim, interno, a política você pode se envolver lá fora, *pra* tratar com a prefeitura, de fechar parcerias com ela, com outras universidades, agora aqui dentro não deveria tratar a política.

PESQUISADORA: O que você acha que deveria ser tratado aqui dentro?

ENTREVISTADO 2: Aqui dentro, pessoa, o aluno, entendeu? A pessoa mesmo, o bem estar. Não tentar impor o que eu quero, mas saber o que a pessoa quer, o que eu quero junto com ela, a gente pode viver junto, a gente pode fazer uma coisa junto que nós dois queremos, entendeu? Eu como aluno, eu como técnico administrativo, eu como professor quero. Não posso tentar impor só o que eu quero. Só que aqui fica essa política aqui dentro, política interna, do cargo. Você perde a autonomia... eu acho que a política é uma perda de autonomia. E aqui acaba acontecendo isso com o cargo maior; o pessoal acaba tentando impor entendeu? Numa escola isso não funciona, talvez funcione lá fora, no mercado de trabalho, quando você é dono de alguma coisa... "oh, aqui a empresa é minha, trabalha assim assim...você quer?" Se você concorda, você entra. Aqui você não pode fazer isso... "oh, aqui a escola é minha, trabalha desse jeito." Você *tá* impondo. Aqui é uma escola, não é assim.

PESQUISADORA: Você fala alguns interesses são mais... (interrupção)

ENTREVISTADO 2: O interesse pessoal sobrescreve ao interesse geral, entendeu? O interesse pessoal é maior que o geral.

PESQUISADORA: E o geral seria o que está estabelecido na legislação e nos documentos institucionais?

ENTREVISTADO 2: É, no PDI, em tudo, Constituição Federal. A gente envolveu tanta política aqui dentro da escola, entendeu, que a gente acaba vivendo mais a política do que vivendo a escola como um ambiente de aprendizado, entendeu? Acaba virando um ambiente político, onde até o aluno acaba sendo envolvido nisso, em época de eleição. Em época de eleição vira um inferno aqui. Época de eleição acontece tudo de ruim, não acontece nada de bom, entendeu? Por isso que eu falo, política aqui dentro, esquece! Tinha que morrer. Trata a política lá fora, trata em trazer o dinheiro para melhorar alguma coisa, mas em alguma coisa que vai fazer sentido para a melhoria, para o aluno sabe...Os caras acabam esquecendo o aluno, acabam deixando ele de lado, segundo plano, terceiro, quarto plano. Se sobrar é o aluno, entendeu? E eu *to* falando isso como aluno, entendeu? Porque eu sou aluno aqui. Eu não *to* falando só como servidor. Eu, como aluno, estou ralando também. É máquina que não funciona, porque que fica comprando coisas que não funcionam ou porque você abre um curso que você não consegue dar um suporte para o aluno? Isso aí vai encadeando tudo. Sua imagem lá fora, sua imagem aqui dentro, como Instituto, até que ponto? Eu falo assim, se o projeto continuasse ou existisse ainda ia ter um ponto que a gente ia acabar vendendo uma imagem do Instituto lá

fora, que a gente não é aqui dentro e a gente ia acabar se prejudicando. O meu medo como projeto também era essa, você entendeu? Da coisa começar tão desorganizar aqui dentro e a gente ir pra fora não vender a imagem *né*, mas passar a imagem e falar “oh, vem aqui que aqui você tem o suporte, você tem isso”, e chega aqui e não tem...

PESQUISADORA: Você fala que só tem nos documentos da instituição?

ENTREVISTADO 2: É, só tem nos documentos. A pessoa vai se decepcionar, ela não vai se decepcionar só com o Instituto, com você primeiro, porque você que foi lá. Uns dos meus medos como projeto era esse também....

PESQUISADORA: Beleza, Entrevistado 2, você tem mais alguma coisa pra falar?

ENTREVISTADO 2: Só isso.

PESQUISADORA: Então tá bom. Obrigada!

ENTREVISTADO 2: Por nada.

ENTREVISTADO 3 – 27/03/2018 – 12h

PESQUISADORA: Então vamos lá, Entrevistado 3, vou começar então com o questionário semiestruturado da pesquisa, eu tenho 7 perguntas aqui que eu vou *te* fazer e eu posso, no decorrer das suas respostas, *te* perguntar alguma coisa que eu não entendi ou que eu queira me aprofundar, e aí você pode ficar à vontade para responder ou não.

ENTREVISTADO 3: Ok

PESQUISADORA: Então, analisando o contexto da instituição, bem como a trajetória e os resultados alcançados pelo projeto “IFSP: Conheça-nos!”, número 1 - fale sobre você e sua participação no projeto “IFSP: Conheça-nos!”.

ENTREVISTADO 3: Bom, eu fui convidada pela idealizadora do projeto a participar, porque a gente já sabia que tinha algumas ideias em comum sobre o marketing institucional, que a gente sabia que era muito pouco, quase nulo e que era importante *pra* comunidade conhecer a instituição. Que até então, a comunidade conhecia ou ainda conhece a instituição com o nome antigo. Então, a gente achava muito importante isso, principalmente para os alunos das escolas públicas *conhecerem* os cursos que são ofertados pela instituição. Então, a gente tinha esse pensamento em comum, já conversava algumas vezes antes e daí, pela idealização do projeto e por essa afinidade de ideias, eu fui convidada a participar e atendi prontamente.

PESQUISADORA: Tá. É..com relação a sua participação, você participava em determinadas atividades ou participava de tudo?

ENTREVISTADO 3: Inicialmente, a gente tinha algumas atividades que fazia...é...mais ou menos divididas, mas a gente participava; todo mundo participava de todo o contexto do projeto, desde as visitas, elaboração de material, de vídeo. A gente acabou participando de tudo, mas quem tinha mais conhecimento de uma área, ficava mais responsável por aquilo, então a gente fez mais ou menos essa divisão.

PESQUISADORA: Pergunta número 2 - No início, qual foi sua expectativa quanto ao projeto? Onde você acredita que ele poderia chegar, caso não fosse interrompido?

ENTREVISTADO 3: Então, a expectativa era que a gente conseguisse atender o maior número de escolas da região. É...no primeiro ano, escolas da cidade de São João da Boa Vista, mas já com perspectiva de... é...com o andamento do projeto, atender escolas da região *pra* levar esse conhecimento sobre a nossa instituição. Você repete de novo, só pra eu lembrar?

PESQUISADORA: Claro. No início, qual foi sua expectativa quanto ao projeto? Onde você acredita que ele poderia chegar, caso não fosse interrompido?

Então, com os dois primeiros de atividades do projeto, a gente viu que ele surtiu resultados bons, então muitas pessoas que não conheciam o Instituto Federal, principalmente, nas escolas, passaram a conhecer. A gente teve uma movimentação em mídias sociais também que foi interessante, a gente aumentou bastante o número de curtidas na páginas e nas postagens. Então, eu acredito que o trabalho realmente estava atingindo a população da nossa região e da nossa cidade principalmente. E eu acredito sim, que a gente conseguiria expandir cada vez mais...é... com atividades mesmo pra comunidade externa *né*. Então, a gente fazia as palestras, a gente poderia fazer mais palestras, atender mais escolas, em toda a região porque nem todas as escolas a gente cons... até mesmo fazer atividades, por exemplo, em praças, eu acredito que se a gente tivesse mais envolvimento de pessoas... é...com o projeto...a gente conseguiria fazer mais atividades que chamassem mais atenção pra nossa instituição.

PESQUISADORA: Isso com relação a instituição, aqui no Câmpus, agora com relação ao Instituto Federal, tinha alguma expectativa de..de...de passar esse tipo de trabalho *pra* outros Câmpus?

ENTREVISTADO 3: No início do projeto, na minha perspectiva, é...primeiramente era... o objetivo era atingir as nossas...nossa cidade, nossa região, mas com o tempo a gente foi vendo que se tornou um projeto interessante, com resultados, e que despertou o interesse em outros campus também. Então, em alguns momentos a gente recebeu até...algumas solicitações de informações, de como desenvolver, a gente viu outros projetos muito parecidos serem desenvolvidos e passarem nessa seleção da extensão do Instituto Federal de São Paulo, pra fazer o marketing, porque realmente ele é defasado; ele não é só defasado no Câmpus São João da Boa Vista, a gente vê que ele é defasado em muitos Câmpus. É..eu imagino assim, que em São Paulo, por exemplo, a instituição já é consolidada porque tem muitos anos lá *né*...agora nessas cidades em que os Câmpus são mais novos, vamos falar assim, a gente percebe até conversando com outros servidores de que... o mesmo problema...é recorrente *né*..essa questão de divulgação e das pessoas conhecerem o que é o Instituto Federal.

PESQUISADORA: Certo. Questão número 3 - Você poderia elencar fatores de ordem societal que levaram a interrupção do projeto? Quando eu falo ordem societal, é um nível de contexto da sociedade, como está a política de educação, questão orçamentária, se teve alguma relação, direta ou indireta que acabou levando a interrupção do projeto.

ENTREVISTADO 3: Bom, eu acho que as questões de ordem (risos) como é que é? (Risos) Ordem Societal...é...influenciam, mas indiretamente, porque o nosso projeto trabalhava com quase nada de..de..verba *né*, vamos dizer assim, então, de certa forma, a redução de orçamento, tudo isso atrapalha um pouco, por exemplo, quando você vai produzir um material que você tem que imprimir, que você tem enviar para um gráfica. Enfim, alguns brindes que a gente planejava fazer, nesse momento acaba atrapalhando mesmo, porque com os cortes, realmente, isso fica pra..pra...como uma segunda etapa *né*..um passo dois. A gente prioriza outras coisas, mas eu acredito que a gente, como já vinha trabalhando com pouco orçamento, ou quase nenhum, porque a gente já utilizava já por exemplo *pra* transporte o carro do Câmpus, ou do Núcleo de Gestão de Pessoas, a gente imprimia tudo dentro do própria instituição *né*. Então, todo o trabalho que a gente fez a gente com material e equipamentos da instituição, então... de certa forma a gente consegue fazer esse trabalho sem maiores orçamentos, maiores investimentos, porém quanto maior o investimento, melhor o trabalho fica e... o público.. o nosso público vai ser cada vez mais beneficiado *né*.. Então, de certa forma, indiretamente influencia, mas não é algo que impeça de fazer, de desenvolver o trabalho.

PESQUISADORA: Certo. É.. Você poderia indicar fatores de ordem organizacional que contribuíram para o esgotamento do projeto, além dos problemas já informados nos relatórios finais? Então só pra dar uma *lembradinha*, nos relatórios finais sempre..no primeiro ano, foi indicado a questão de recursos de equipamentos, é...de alguns materiais, de local de trabalho, de horário de trabalho; que não tinha certa organização com relação a isso. E no segundo também, além dos mesmos problemas, também a questão de...de problemas relacionados a atuação do projeto no período eleitoral. Então, além disso, o que que você pode indicar de fator organizacional que pode ter impactado nisso? Se você acha que foi diretamente, indiretamente, forte, fraco, como que você enxerga isso?

ENTREVISTADO 3: Aham..É. Em primeiro lugar é...no primeiro ano *né*, quando o projeto ainda não tinha apresentado nenhum resultado, foi a descrença...a descrença da gestão em si, mas eu não falo de gestão como só direção, eu falo como um todo mesmo, de servidores, de professores, de administrativos, num todo, uma comunidade interna que não demonstrou acreditar que o projeto pudesse dar certo e também ninguém se propôs a colaborar *pra* que isso desse certo. Eu não sei se porque não acreditava mesmo ou porque não tinha vontade de participar ou se realmente não acredita que um marketing institucional faça alguma diferença, mas a gente foi muito desacreditado e só quando a gente apresentou resultado, que começou-se a ver que *né*...a despertar essa...essa questão nos servidores em si; de que o marketing era legal, porque no final das contas a gente teve um resultado no processo seletivo que foi bom e a gente acredita que realmente tenha sido por causa dessa motivação que a gente deu nos alunos de escolas públicas de conhecer e estudar com a gente. É, no segundo ano, além disso, eu percebi que houve uma

questão assim de....como que eu posso dizer...não é repulsa, mas, não sei qual a palavra que eu posso usar. A gente não era bem visto pelos servidores, agora por um outro motivo, talvez porque a gente tenha tido certo destaque como projeto de extensão. Então, como a gente trouxe bons resultados *pra* instituição e os olhos brilharam *pra* esse projeto, entendo que muita gente, talvez por ego, a gente percebia que assim...as pessoas não estavam muito contentes com o desempenho do projeto *né*. Então, a gente enfrentou algumas dificuldades que eu acredito que já foram destacadas nesses relatórios, até mesmo *pra* utilização dos equipamentos mesmo internos. A gente percebeu...eu percebi, as pessoas colocarem alguns obstáculos para o andamento desse projeto.

PESQUISADORA: Entendi. Então esse problema com a questão de destaque. Você acha que é uma questão da cultura da instituição? Assim, de não querer fazer o trabalho do outro.. é... (interrupção)

ENTREVISTADO 3: De não valorizar o trabalho do outro.

PESQUISADORA: Como você enxerga isso, assim, a questão de interesses nesse ambiente?

ENTREVISTADO 3: Eu acho que é cultura, porque a gente vê isso acontecer muito. Então, pra mim não tem outra explicação, a não ser uma cultura mesmo, porque não é uma pessoa ou outra. A gente vê isso acontecer dentro deste Câmpus, mas a gente vê isso acontecer fora também; a gente vê isso a nível de Instituto Federal de São Paulo. Então, eu acredito que muitas vezes as pessoas trazem o seu particular, o seu ego, a sua personalidade, muito acima do que realmente é um trabalho..um trabalho em grupo, por exemplo, as pessoas, às vezes, não sabem valorizar e colaborar num trabalho em grupo, a não ser que elas sejam beneficiadas por isso. Então, esse projeto, pelo menos, pela minha visão e pela da elaboradora, que eu posso falar, é..não tinha objetivo nenhum pessoal. A gente sempre pensou no bem da instituição, e a gente nunca ganhou absolutamente nada com isso, aliás, a gente teve muita dor de cabeça, *pra* poder levar esse projeto adiante. E levamos no peito, porque a gente não tinha apoio e a gente sofreu vários problemas, retaliações, enfim...mas, eu acredito que seja da cultura das pessoas não ficarem felizes, quando alguma coisa dá certo com o outro e também não se mobilizarem *pra* fazer. Então, eu não faço, mas eu também não quero que eu outro tenha sucesso naquilo.

PESQUISADORA: Certo, você acha que, de repente, é uma cultura em que o interesse particular sobressai ao interesse público, coletivo, que no caso é o que está estipulado *pra* instituição fazer?

ENTREVISTADO 3: Sim. É, isso, interesse particular em alguns momentos não é, porque eu entendo que o interesse particular é quando ela vai ser beneficiada. Tem pessoas que não são beneficiadas, estando o projeto bem ou mal; elas não são beneficiadas, mas elas não se sentem bem quando veem outro servidor ou outro grupo destacando seu trabalho. Elas se sentem mal em ver que alguém fez alguma coisa que deu resultado e ela não, mas ela também não tem vontade de fazer. Então, entra essa questão de ego, de...de..do particular da pessoa; nos dois pontos, quando há interesse e quando não há interesse.

PESQUISADORA: Agora você poderia apresentar fatores de ordem pessoal que puderam ter influência para o fim do projeto?

ENTREVISTADO 3: Sim. Tirando casos pessoais, problemas pessoais assim, a questão de estar estudando, fazendo um curso de mestrado que me toma muito tempo, eu faço um curso de inglês, eu tenho outras atividades fora da instituição que agora me tomam muito mais tempo do que quando a gente iniciou o trabalho na instituição. E a ideia sempre foi que a gente utilizasse o horário de trabalho pra realizar essas atividades, mas acontecia e já aconteceu várias vezes da gente utilizar o horário fora do expediente *pra* realizar essas atividades. Então, de certa forma acabava que a gente tinha essa responsabilidade...de..de fazer, quando fosse, o horário que fosse, e por essas questões de muitas atividades fora, atividades particulares, foi necessário mesmo pedir um afastamento. Fora o esgotamento, que não é de ordem de fora, mas que contribui. Com tudo isso, fora o trabalho que a gente já tem aqui dentro, fora a vida particular, então chega a um esgotamento de não conseguir mais lidar com tudo aquilo, ou você pega aquela responsabilidade e leva ela inteira, ou você abre mão dela *né*. Não dá *pra* fazer a coisa aos trancos então...foi aí que a gente percebeu que, como a gente não tinha esse apoio de mais pessoas *pra* colaborar, o grupo foi reduzindo, e aí quanto menos pessoas no projeto, mais atividade cada um tinha, aí foi realmente necessário pedir essa interrupção.

PESQUISADORA: É...próxima questão... Considerando a função social que a escola pública representa na sociedade, especificamente quanto às finalidades previstas na legislação e nos documentos institucionais do IFSP, bem como à situação atual da imagem do Câmpus São João da Boa Vista no município, qual o significado do fim das atividades do projeto? Ou seja, que impactos que você vê com essa interrupção das atividades?

ENTREVISTADO 3: É. No último ano, a gente fez...cumpriu parcialmente *né* as atividades do projeto...e...as visitas nas escolas que eram mais importantes, a gente infelizmente não conseguiu fazer.

PESQUISADORA: Você fala no ano de 2017?

ENTREVISTADO 3: Isso, 2017. E.. mantivemos somente as mídias sociais mesmo. E eu percebi, mas é uma visão minha, particular, que eu não tenho dados *pra* comprovar. Eu percebi que a gente teve muito menos adesão no processo seletivo, tanto que a gente *tá* fazendo periodicamente novas seleções, chamando listas, o que não ocorreu nos dois anos anteriores 2015 e 2016 do projeto. Então, *pra* mim, é visível a diferença que faz a apresentação do projeto *pra* nossa comunidade. É..então, eu acredito que o fim do projeto ou pelo menos essa interrupção, que eu não acredito que seja um fim, se Deus quiser. Mas a interrupção do projeto trouxe malefícios *pra* nossa comunidade, então muitos alunos deixaram de conhecer o Instituto Federal, uma escola de ótima qualidade, reconhecida, que existem muitos mitos, que a gente sanavam essas dúvidas nas apresentações das palestras. Então, a gente mostrou os vários benefícios de estudar numa instituição como essa; a gente via que os alunos se interessavam, coisa que simplesmente você divulgar um processo seletivo não vai trazer essa expectativa. Então, a gente já é pouco conhecido aqui na nossa região, nosso marketing ainda é fraco, apesar de todo esse

trabalho, é uma coisa assim de “formiguinha”. É, assim, aos poucos, principalmente porque a gente não tem investimento, então a gente não pode fazer propaganda na TV, a gente não coloca *outdoor*, a gente não tem assim...é... a gente vai mesmo no foco *né*. O que *tava* dando *pra* fazer era ir no nosso foco, que são os alunos de escola pública e esse trabalho *tava* sendo importante. Eu acho que *pra* conhecimento mesmo da..não da população em geral...mas pelo menos *pra* esse público específico, a gente *tava* caminhando, começando a divulgar nossa instituição e a gente parou até com isso. Logo, a gente *tá* praticamente zerado em divulgação.

PESQUISADORA: Então, o impacto com o fim é..você vê que volta ao que era antes?

ENTREVISTADO 3: Sim, porque o trabalho marketing institucional tem que ter uma continuidade. O marketing institucional tem que acontecer o ano inteiro e, principalmente, fazer ele mais forte próximo ao processo seletivo. Entendo que seja a melhor estratégia, para que os alunos tenham isso em mente bem aflorado, quando eles forem escolher algum curso *pra* fazer. Muitos deles não sabem os cursos que a gente oferece aqui, não sabem que é gratuito, imaginam que seja assim extremamente difícil. Só quem estudou em escola particular vai poder participar; eles nem sabem que eles tem metade das vagas os alunos de escolas públicas. Então, assim, precisa sanar de quem já conhece e levar ao conhecimento de quem não conhece. Então, o problema maior; o prejuízo foi *pra* nossa sociedade mesmo, *pra* nossa comunidade de não conhecer...os alunos que a gente foi apresentar tiveram essa oportunidade, mas todo ano você tem alunos novos nas escolas, então esses alunos do ano passado, por exemplo, não tiveram essa oportunidade. Talvez muitos deles tivessem o interesse de estudar aqui, se soubessem os cursos que tem, que tem o curso que ele quer fazer e que é gratuito. O maior prejuízo é para a comunidade, comunidade externa..

PESQUISADORA: Certo. Questão número 7 - Você poderia propor caminhos para que eventuais impactos sejam mitigados ou para que as ações do projeto tenham continuidade?

ENTREVISTADO 3: Sim. É, a gente com um *pouquinho* de tempo de projeto, a gente viu algumas coisas que deram certo e algumas coisas que ficaram em déficit, então, principalmente, apoio de gestão, apoio de gestão seria apoio com equipamentos, com orçamento necessário para impressão de *fôlder*, *pra* viagens mesmo, utilizando o carro oficial, enfim, esse tipo de apoio financeiro *né*, de orçamento. Mas apoio também assim, de cunho, como eu posso dizer, MORAL, vamos falar assim... de apoio moral, de incentivo, de “*tamo* junto”, o que que vocês precisam? De dar a devida importância ao projeto, principalmente pelos seus resultados. A nossa instituição vive de orçamento por aluno, e...se a gente não tiver aluno, a gente não tem orçamento para manter essa instituição e como que a gente faz com os alunos que a gente já tem aqui? Então, quanto mais alunos a gente tiver, agora pensando mais friamente, quanto mais alunos a gente tiver, melhor vai ser *pra* instituição, mais a gente vai conseguir oferecer *pros* nossos alunos. Então, tem que ser um ponto chave..essa...esse ponto do marketing, não o marketing como início, mas pelo fim que ele tem *né*, de trazer mais alunos, de trazer a comunidade *pra* dentro da instituição, conhecer nossa instituição. Porque assim, por aqui, na nossa região, muito difícil você encontrar um escola que tenha tantos equipamentos igual a

gente tem aqui, entendeu? O ensino médio que a gente tem aqui, eles tem acesso a vários...vários...equipamentos, que assim, numa escola pública jamais você vai ver. Então, a qualidade do que a gente tem aqui é..é.. superior..entendeu?

PESQUISADORA: Você fala uma escola pública estadual, no caso de São João?

ENTREVISTADO 3: Estadual, por exemplo, isso. As escolas públicas que a gente visita, que são estaduais. Não tem esse acesso. E as pessoas, às vezes, nem sabem disso *né*. Que tem essa tecnologia na escola. Eu acho muito importante a continuidade, mas a gente tem que ter o apoio da gestão, a gente tem que ter um olhar mais solidário dos colegas *né*, a gente precisa utilizar o horário de trabalho *pra* isso. Não pode ser um guerra, porque isso é um trabalho..é um trabalho..e a gente quando faz, faz por amor, lógico, a gente não faz por dinheiro, nem por nada, porque a gente não ganha nada mais por isso, mas também a gente não pode abrir mão da nossa vida pessoal, *pra* atender as demandas, principalmente porque a gente não *tá* nessa situação sozinhos. Nós somos muitos servidores aqui e então não são dois ou três que tem que levar a casa nas costas *né*. Então, a participação da comunidade interna do Instituto Federal seria importante ao invés de...é...atrapalharem entre aspas, colaborar da forma que puderem, mesmo que não puderem fazer visita, não posso sair; colabora da forma que puder. Sabe, é a nossa instituição, mas muitas pessoas acham que é só um local de trabalho, é um lugar que eu vou lá, trabalho e volto embora; não me importo como que está andando *né*, se vai pra frente, se não vai pra frente, se vai ficar aberta, se vai fechar, ninguém está importando. E essa é a mentalidade que a gente não quer ter, a gente, no projeto, a gente tem a mentalidade de “vamos levantar essa instituição”, vamos mostrar *pro* mundo... Porque a gente precisa de ter mais alunos estudando numa escola de qualidade. Então, é importante, mas a gente precisa ter apoio da gestão, apoio da comunidade interna e deixar um pouco os egos de lado. Pensar mais na instituição do que no bem próprio.

PESQUISADORA: Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar?

ENTREVISTADO 3: Que eu me lembre não. Acho que não, porque muitas questões acho que você já colocamos nos relatórios *né*. De alguns problemas que a gente sofreu, de vários...em vários períodos, inclusive o eleitoral, que a gente sofreu muita pressão desnecessária. É... essa questão eu quero falar. É... a gente sofreu uma pressão desnecessária no período eleitoral; nós ficamos no meio de um fogo cruzado, um projeto que não deve ter partido [por ser de extensão], não tinha se posicionado entre um e outro candidato na eleição de Diretor de Câmpus e de Reitor também. Mas a gente sentiu essa pressão na pele e a gente teve que manter firme o nosso... a nossa postura de imparcialidade como projeto, sofrendo o que sofreremos de ambos os lados, porque quando você não define um lado, você é atacado pelos dois. E.. é assim...inacreditável que isso aconteça numa instituição pública; os servidores que estão fazendo um trabalho é... para o bem da comunidade, sofrer esse tipo de ataque por questões políticas e particulares. Isso pra mim ficou, assim, marcado. Não dá pra acreditar que isso aconteceu...e... a gente manteve a postura; graças a Deus, a gente conseguiu manter a nossa linha de pensamento: não vamos nos envolver e não vamos tomar partido de ninguém como projeto. Mas a gente viu que, em dados momentos, a gente era atacado, em dados momentos, quando era interessante colocar o nosso projeto como *outdoor* para uma campanha, a gente

também foi chamado, foi *né*...Foi oferecido benefícios, somente nesse momento. Aí nos leva a pensar, por que que ninguém nos apoiou antes, por que que só agora vem nos apoiar *né*? Então, essa questão da política também é uma coisa que não pode acontecer mais; um projeto de extensão ele não pode ser partidário. Então, a gente não pode aceitar que esse tipo de coisa aconteça. E se vier acontecer numa próxima vez, acho que a gente não teve força pra isso... mas numa próxima vez, a gente tem que levar isso adiante, porque foi muito grave o que aconteceu com a gente. A gente teve prejuízos emocionais por causa do projeto, mas não por causa do projeto em si, mas por causa da forma como as pessoas e a política envolvida se usaram desse argumento do projeto *pra fazer* a política e pra... *é..ter* o embate entre os candidatos. Então, eu acho que numa próxima vez, isso não pode ficar impune. É isso. (Lágrimas nos olhos)

PESQUISADORA: Obrigada, Entrevistado 3.

ENTREVISTADO 3: De nada, imagine.

ANEXO A – Exemplos de materiais elaborados pela equipe durante a execução do projeto

1. Logotipo vertical do projeto



IFSP: Conheça-nos!

Segundo a equipe, o logotipo se refere à ilustração da vista aérea do prédio da escola com um “pin” demarcando o local.

2. Convite eletrônico enviado às escolas públicas

Olá, coordenador!

Você está preocupado com o futuro dos seus alunos?

Faça a diferença na sua escola, recebendo a visita do nosso projeto!

IFSP: Conheça-nos!

O projeto IFSP: Conheça-nos! foi desenvolvido para divulgar o IF São João aos estudantes de escolas públicas de São João da Boa Vista e região.

INSTITUTO FEDERAL
São Paulo
Câmpus
São João da Boa Vista

Como?
Apresentação de palestra, exibição de vídeo e realização de gincana pelos próprios alunos e servidores do IF São João.

Onde?
Na sua escola.

Qual o conteúdo?
Informações sobre o IF São João, como cursos, infraestrutura, formas de ingresso, programas de incentivo, etc. A duração da apresentação é de aproximadamente 1 hora.

Como faço para participar?
Responda este e-mail ou entre em contato pelo telefone (19) 3634-1114.

sbv.ifsp.edu.br

www.facebook.com/ifpsbv

"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo." (Nelson Mandela)

3. Fôlder entregue aos alunos com os cursos oferecidos pelo Câmpus

Parte interna:

Não sei o que estudar...

...e agora?

Conheça os cursos do Instituto Federal!



CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO

CURSO	Elétrica	Informática
DURAÇÃO	4 anos	4 anos
PERÍODO	Matutino	Vespertino
ACESSO	Processo seletivo	Processo seletivo
REQUISITOS	Fundamental	Completo



CURSOS TÉCNICOS

Química	Administração	Automação Industrial	Informática
2 anos	1 ano e meio	2 anos	1 ano e meio
Noturno	Noturno	Noturno	Noturno
Processo seletivo	Processo seletivo	Processo seletivo	Processo seletivo
Cursando* ou ter concluído o Ensino Médio			



CURSOS SUPERIORES

Sistemas para Internet	Eng. de Controle e Automação
3 anos	5 anos
Noturno	Integral
ENEM / SISU	ENEM / SISU
Médio Completo	



CURSOS TÉCNICOS À DISTÂNCIA

CURSO	Informática para Internet	Administração
DURAÇÃO	1 ano e meio	1 ano e meio
PERÍODO	À distância	À distância
ACESSO	Processo seletivo	Processo seletivo
REQUISITOS	Ter no mínimo 18 anos e Médio Completo	



PÓS-GRADUAÇÃO

CURSO	Desenvolvimento de Aplicações para Dispositivos Móveis	Informática na Educação
DURAÇÃO	1 ano e meio	1 ano e meio
PERÍODO	Noturno	Diurno
ACESSO	Processo seletivo	Processo seletivo
REQUISITOS	Superior Completo	



Com um leitor de QR Code
aponte seu celular aqui!

*Ter concluído o 1º ano do ensino médio

Parte externa:

2,5km do

CENTRO

SJBV

7 Laboratórios Industriais

IFSP

QUALIDADE

1 Laboratório de Química

6 Laboratórios de Informática

ENSINO

Gratuito Federal

PROFESSORES

MESTRES

Doutores

50%

Vagas

Estudantes

Escola

Pública

O Projeto IFSP: Conheça-nos! foi desenvolvido para divulgar o IFSP aos estudantes de escolas públicas de São João da Boa Vista e região.

 facebook.com/ifpsbv

 facebook.com/bibliofpsbv

 sbv.ifsp.edu.br

 (19) 3634-1100

Acesso Dr. João Batista Merlin, s/nº - Jardim Itália - 13872-551 - São João da Boa Vista - SP

 **INSTITUTO FEDERAL** | Câmpus
São Paulo | São João da Boa Vista



É ENSINO. É FUTURO.
É INSTITUTO FEDERAL!



IFSP: Conheça-nos!

Parte adicional:

	NOVO	PREVISTO PARA 2017	PREVISTO PARA 2017
	CURSOS SUPERIORES		
CURSO	Tecnologia em Processos Gerenciais	Licenciatura em Ciências Naturais Habilitação em Química	Licenciatura em Ciências Naturais Habilitação em Física
DURAÇÃO	2 anos	4 anos	4 anos
PERÍODO	Noturno	Noturno	Noturno
ACESSO	ENEM / SISU	ENEM / SISU	ENEM / SISU
REQUISITOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO		

4. Apresentação de slides utilizada nas palestras

INSTITUTO FEDERAL São Paulo

Projeto de Extensão

VOCÊ SABE O QUE É O INSTITUTO FEDERAL?

IFSP: Conheça-nos!

Câmpus São João da Boa Vista

Infraestrutura de ensino

INSTITUTO FEDERAL São Paulo

...mas o que é o Instituto Federal?

GRATUITA

+ DE 30 CÂMPUS

ESCOLA PÚBLICA

DESDE 2008

Infraestrutura de suporte

+ CANTINA ESCOLAR

+ REFEITÓRIO E MERENDA ESCOLAR

Biblioteca
comunitária



Wolgran
Junqueira
Ferreira

 Empréstimo de livros de literatura

Você sabia que...

Investir na formação de nível superior resulta em melhores salários no futuro?

Você sabia que...

Fazer um curso técnico acelera sua entrada no mercado de trabalho?

Cursos



Não sei o que estudar... e agora?



ENSINO MÉDIO

4 anos

PROCESSO SELETIVO

ELETRÔNICA

INFORMÁTICA

Não sei o que estudar... e agora?



GRADUAÇÃO

3 a 5 anos

ENEM SISU

TECNOLOGIA EM SISTEMAS P/ INTERNET

ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO

Não sei o que estudar... e agora?



ENSINO TÉCNICO

1 ano e meio a 2 anos

PROCESSO SELETIVO

ADMINISTRAÇÃO

QUÍMICA

AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL

MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA

Não sei o que estudar... e agora?



PÓS GRADUAÇÃO

1 ano e meio

DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES P/ DISPOSITIVOS MÓVEIS

INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

Não sei o que estudar... e agora?

ENSINO TÉCNICO A DISTÂNCIA

INFORMÁTICA P/ INTERNET

e-Tec

1 ano e meio

ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO SELETIVO

Programas de incentivo para o aluno

BOLSA ENSINO

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS

PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROJETOS DE EXTENSÃO

Programa de cotas para acesso

50% Público em Geral

50% Alunos de Escolas Públicas

Etnia e Renda

Cursar Integralmente Escola Pública

Uniforme escolar e caneca ecológica



Localização e contatos



2,5KM DISTANTE DO CENTRO (19) 3634-1100

PONTO DE ÔNIBUS AO LADO DO SESI

FACEBOOK.COM/IFSPSBV SBV.IFSP.EDU.BR

Fica a dica!

“Você não percebeu que é o único representante do seu sonho na face da Terra? Se isso não fizer você correr, eu não sei o que vai.”

Emicida - Levanta e Anda (adaptada)

fb.com/ifspsbv

fb.com/bibliofspsbv

Por que estudar no... Instituto Federal?

É ENSINO

É FUTURO

INSTITUTO FEDERAL
São Paulo

É INSTITUTO FEDERAL

5. Apresentação de slides utilizada na Semana de Tecnologia de 2016

Como ingressar no Instituto Federal?

Não sei o que estudar e agora?

ENSINO MÉDIO

- 40 Vagas Manhã
- 4 anos
- 40 Vagas Tarde
- ELETRÔNICA
- INFORMÁTICA

Como funciona um processo seletivo?

Não sei o que estudar e agora?

ENSINO TÉCNICO

- Período de inscrições
- Classificação dos candidatos
- Realização da prova
- Chamada para matrícula
- 40 Vagas Cada Curso Noite
- 1 ano e meio a 2 anos
- ADMINISTRAÇÃO
- QUÍMICA
- AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL
- MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA

Não sei o que estudar e agora?

Preciso pagar taxa do processo seletivo?

GRADUAÇÃO

- 2 a 5 anos
- ENEM SISU
- ENGENHARIA CONTROLE E AUTOMAÇÃO
- TECNOLOGIA EM SISTEMAS P/ INTERNET
- TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS
- Não!
- Ensino Fundamental integralmente em Escola Pública
- Solicitar ISENÇÃO Até 21/10

Como me inscrever no processo seletivo?

Anote na sua agenda!

CURSOS TÉCNICOS GRATUITOS

INSCRIÇÕES DE 17/10 A 10/11

PROVA 04/12 - 13H

<http://www.cetroconursos.org.br/ifsp>

Internet

Inscrições

**6. Roteiro do vídeo utilizado para divulgar o evento do Câmpus Sidemeg -
Seminário Internacional de Educação Musical Edwin Gordon**

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSICAL EDWIN GORDON

DATA: 25 A 28 DE AGOSTO de 2016

LOCAL: Câmpus São João da Boa Vista do IFSP

SITE: <http://sidemeg.ifsp.edu.br/index.php>

Locutor: O Câmpus São João da Boa Vista do Instituto Federal convida a todos para prestigiarem o I Seminário Internacional de Educação Musical Edwin Gordon, que ocorrerá de 25 a 28 de agosto.

Coordenadora do evento: “O objetivo do evento é divulgar a Teoria da Aprendizagem Musical, do pesquisador americano Edwin Gordon, que trata do desenvolvimento da aprendizagem musical em crianças desde o seu nascimento. O Seminário contará com profissionais renomados que farão palestras, minicursos, aulas abertas e concertos, dentre eles um muito especial, dedicado aos bebês e às crianças pequenas, que acontecerá dia 28 pela manhã, no Teatro Municipal. ”

Locutor: Confira a programação no site e venha participar conosco! Todas as atrações são gratuitas!

7. Roteiro do vídeo institucional

LOCUTOR: Você sabia que em São João da Boa Vista existe uma escola federal que forma técnicos, tecnólogos e engenheiros para o mercado de trabalho?

LOCUTOR: Agora você não tem mais desculpas para dizer que não sabe!

LOCUTOR: Apresentamos: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

EX-ALUNO – FALA LIVRE: “O IF mudou completamente minha vida profissional. Então, eu me inscrevi no técnico aqui do Instituto Federal e durante o curso Técnico eu já consegui um emprego na área, em uma grande empresa, e isso me incentivou, e eu quis me especializar mais e logo que eu terminei o técnico entrei no Ensino Superior, e isso me incentivou mais ainda, e prestei o concurso, e hoje estou trabalhando aqui no Instituto como servidor. O meu objetivo hoje é, como servidor do IF, é devolver ao IF tudo o que ele fez por mim.”

LOCUTOR: O Instituto Federal existe no município de São João da Boa Vista desde dezembro de 2008.

LOCUTOR: Ele fica localizado no bairro Jardim Itália no Acesso Doutor João Batista Merlin, sem número, bem de frente ao bairro Jardim Maestro Mourão. Ele está situado há aproximadamente 2km da Rodovia SP-344 que liga os municípios de São

João da Boa Vista e Vargem Grande do Sul, e a aproximadamente 2,5km do centro de São João.

LOCUTOR: A escola era conhecida como CEFET e funcionou com este nome até 2008. Esqueça este nome, ele é coisa do passado!

MÃE DE ALUNA – FALA LIVRE: “Eu optei em colocar minha filha aqui porque as pessoas falavam muito bem daqui, e eu sempre quis colocar ela num lugar bom por ser uma escola excelente, ela está adorando! E aqui no Instituto (...) eu acho que é um lugar muito bom para o futuro dos nossos filhos.”

LOCUTOR: Achou o nome do Instituto Federal difícil de memorizar? Então guarde apenas as duas letras que compõem o logotipo da escola: “I” e “F”.

LOCUTOR: Ou guarde a sigla “IFSP”(…) que significa “Instituto Federal de São Paulo”.

BOLSISTA 1: O Instituto Federal conta com as mais modernas instalações para atender os alunos e fazer valer o nosso lema (...) “Oferecer ensino público gratuito e de qualidade”.

BOLSISTA 2: O IF São João conta com amplas salas de aula, modernos laboratórios, um auditório, uma biblioteca comunitária e áreas de convivências para os estudantes, com restaurante e refeitório.

DIRETOR DO CÂMPUS – FALA LIVRE: “O Câmpus São João da Boa Vista do Instituto Federal de São Paulo possui uma área de 43275 metros quadrados, dos quais 3000 metros quadrados de área construída desses câmpus é destinado aos seus mais de 1000 alunos matriculados nos nossos cursos. Esse espaço já está um pouco apertado, por isso estamos trabalhando maciçamente na expansão deste câmpus. Não há dúvidas que a educação é o futuro da humanidade e o Instituto Federal é o futuro do nosso país.”

BOLSISTA 1: Com toda essa moderna infraestrutura, os cursos oferecem conteúdo atual e dinâmico atendendo a realidade do mercado de trabalho da nossa região.

BOLSISTA 2: Atualmente o IF São João oferece cursos técnicos, tecnológicos, uma engenharia e pós-graduação. Com professores altamente qualificados.

BOLSISTA 1: Além disso, no Instituto Federal você tem a opção de estudar na comodidade da sua casa, com os cursos ofertados à distância.

BOLSISTA 2: E o Instituto Federal de São Paulo ainda tem muito mais a oferecer para você!

BOLSISTA 2: O aluno com baixa renda pode se inscrever no Programa de Assistência Estudantil e receber os benefícios como: auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-moradia, entre outros.

BOLSISTA 2: Há também os Programas de Bolsas de Ensino, Extensão e de Iniciação Científica.

BOLSISTA 2: Todos eles dão ao aluno a oportunidade de realizar atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão na escola, complementando a sua formação profissional, moral e humana. E o melhor: recebendo uma bolsa mensal em dinheiro, como forma de incentivo!

ALUNA: No Instituto Federal, nós temos aulas bem variadas, tanto teóricas quanto práticas, que ajudam no nosso desenvolvimento, e aqui nós temos uma oportunidade nova a cada dia. E hoje eu posso dizer que a melhor escolha que eu fiz para o meu futuro foi vir estudar no Instituto Federal.

BOLSISTA 2: O aluno de graduação e pós-graduação poderá realizar estágio no exterior para promover intercâmbio de conhecimentos e experiências.

LOCUTOR: Com todas essas oportunidades que o Instituto Federal oferece, o que você está esperando para vir estudar aqui e fazer parte desta grande família?

BOLSISTA 1: Conheça!

BOLSISTA 2: Estude!

ALUNOS: Viva a Federal!

ANEXO B – Parecer consubstanciado do CEP – UFSCAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: LIMITES INSTITUCIONAIS E IMPACTOS SOCIAIS: A INTERRUPTÃO DO PROJETO
¿IFSP: CONHEÇA-NOS!¿

Pesquisador: GABRIELA DO PRADO GIRALDI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 83487918.5.0000.5504

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações e Sistemas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.545.540

Apresentação do Projeto:

A educação escolarizada é a consumação de um direito social estabelecido constitucionalmente. Ocorre que são necessárias políticas sociais que facilitem e ampliem o acesso e a permanência dos estudantes na escola pública de qualidade, no intuito de garantir a efetivação desse direito, especialmente àqueles que, historicamente, enfrentam barreiras para alcance ao ensino regular. O presente trabalho tem como premissa a de que o Estado, representado pela sua institucionalidade, deve atuar de forma a cumprir os anseios da sociedade, consolidados (mesmo que parcialmente) pelas políticas públicas. Nessa direção, as instituições públicas de educação devem se encarregar por promover, no limite de suas condições, o desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, equitativa e justa, pelas suas práticas educativas. O projeto "IFSP: Conheça-nos!", executado desde 2015 no Câmpus São João da Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, alia a extensão universitária à comunicação pública, no sentido de popularizar os serviços oferecidos pelo IFSP, contribuindo, assim, para o cumprimento dos seus objetivos institucionais, utilizando-se de um método inovador para o câmpus em que é realizado. Ocorre que após dois anos cumprindo os objetivos propostos e gerando resultados positivos, o referido projeto foi interrompido. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é identificar a motivação do seu

esgotamento e suas consequências, tentando propor caminhos para a continuidade das ações de popularização da escola. Isso porque a descontinuidade das atividades do projeto sugere que

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.545.540

limites institucionais foram determinantes para a sua interrupção. Para tanto, este estudo pretende utilizar como método de investigação a pesquisa-ação. Desse modo, este trabalho está dividido, até o presente momento, em 3 capítulos.

Por fim, indica-se um cronograma executivo a ser seguido até a defesa do trabalho final de conclusão de curso. Para cumprir os objetivos almejados, este estudo pretende utilizar como método de investigação a pesquisa-ação, haja vista que a pesquisadora fazia parte da equipe e que os agentes representativos a serem entrevistados também foram membros da equipe idealizadora e executora do projeto. Além disso, o presente estudo de estruturará por meio de levantamento bibliográfico, análises documentais e de dados secundários. As entrevistas serão realizadas diretamente com os indivíduos, por meio de um questionário semiestruturado. As entrevistas serão gravadas e depois transcritas para o formato de texto, mas os agentes representativos não serão filmados, nem serão identificados no trabalho.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

O objetivo central deste trabalho é identificar a motivação do esgotamento do projeto "IFSP: Conheça-nos!" e suas consequências, tentando propor caminhos para a continuidade das ações de popularização do Câmpus São João da Boa Vista.

Objetivo Secundário:

constituem-se objetivos específicos: (1) demonstrar de que modo a educação pública está relacionada com o desenvolvimento do país; (2) possibilitar a reflexão sobre as potencialidades do projeto "IFSP: Conheça-nos!" quanto ao desenvolvimento da função social da escola, por meio da comunicação pública; (3) a fim de subsidiar suas ações de governança da instituição, construir um rol de propostas para que as ações do referido projeto tenham continuidade ou, ao menos, que as consequências de sua interrupção possam ser mitigadas; e (4) contribuir para a agenda de pesquisas empíricas sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como sobre comunicação em instituições públicas, elencando, no caso específico, ações da área que possam contribuir para a democratização da política pública de educação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

São apresentados e os benefícios suplantam os riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto bem delineado, relevante para área de educação.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	
Bairro: JARDIM GUANABARA	CEP: 13.565-905
UF: SP	Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683	E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.545.540

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

São apresentados adequadamente: folha de rosto, projeto de pesquisa, autorização do campo de coleta de dados e TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1062687.pdf	12/02/2018 14:22:29		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacao_ifsp.pdf	12/02/2018 13:47:53	GABRIELA DO PRADO GIRALDI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.doc	12/02/2018 13:45:27	GABRIELA DO PRADO GIRALDI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_completo.doc	12/02/2018 13:43:20	GABRIELA DO PRADO GIRALDI	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	12/02/2018 13:41:09	GABRIELA DO PRADO GIRALDI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 15 de Março de 2018

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
UF: SP Município: SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683 E-mail: cephumanos@ufscar.br